

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CARLOS SOARES LOPES

**TECNOLOGIAS SOCIAIS: EXPERIÊNCIAS DE USO E
MANEJO DE ÁGUA EM TERRITÓRIO PARAIBANO**

Dezembro de 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CARLOS SOARES LOPES

**TECNOLOGIAS SOCIAIS: EXPERIÊNCIAS DE USO E
MANEJO DE ÁGUA EM TERRITÓRIO PARAIBANO**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues.

João Pessoa, novembro de 2008.

L864t Lopes, Carlos Soares.

*Tecnologias sociais: experiências de uso e
manejo de água em território paraibano / Carlos
Soares Lopes.- João Pessoa, 2008.*

140p. : il.

Orientadora: Maria de Fátima Ferreira Rodrigues

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN

*1. Geografia Regional - Paraíba. 2. Tecnologias
Sociais – setor agrário. 3. Semiárido paraibano. 4.
Camponeses – convivência – trabalho familiar.*

UFPB/BC

CDU: 913(813.3)(043)

CARLOS SOARES LOPES

**TECNOLOGIAS SOCIAIS: EXPERIÊNCIAS DE USO E
MANEJO DE ÁGUA EM TERRITÓRIO PARAIBANO**

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/____.

Banca Examinadora:

**Professora Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues
Departamento de Geociências – CCEN – UFPB**

**Professor Dr. Anieres Barbosa da Silva
Departamento de Geociências – CCEN – UFPB**

**Professor Dr. Josias de Castro Galvão
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – UFCG**

**Professor Dr. José Jonas Duarte da Costa (suplente)
Departamento de História – CCHLA – UFPB**

João Pessoa, novembro de 2008.

*O maior sintoma do capitalismo é a fome.
Prof. José Jonas Duarte da Costa*

Nas terras pobres e famintas do Nordeste brasileiro, onde nasci, é hábito servir-se um pedacinho de carne com um prato bem cheio de farofa. O suficiente de carne – Quase um nada – para dar gosto e cheiro a toda uma montanha de farofa feita de farinha de mandioca, escaldada com sal.

Josué de Castro

Dedico este trabalho, de forma especial, à minha querida mãe (in memória). Olga Soares Lopes, mulher forte, mulher guerreira, mulher especial, assim ela foi, em toda a sua trajetória de vida, um ser iluminado por Deus e determinado.

A meu pai, Gerson Lopes Pereira, homem sábio, o sábio do empirismo.

Dedico também a todos os meus ancestrais falecidos, em especial as minhas avós Augusta e Caminha e aos meus avôs Manoel e Júlio.

Aos meus filhos queridos, Diego e Carolina, desejando que a realização desta, entre outras tarefas, sirva de exemplo para que possam construir seus destinos.

Ao povo sertanejo, em especial aos camponeses de todo o nosso sertão paraibano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao criador, a força vital, a energia criadora do universo, que muitos de nós chamamos de **Deus**, a esse **Ser** agradeço a vida, a saúde e a energia para buscar forças nas infinitas madrugadas em que trabalhei durante estes últimos dez meses.

Agradeço aos meus pais, em especial à minha mãe, grande incentivadora dos meus estudos, pelo apoio incondicional durante toda a sua existência, me vem à memória sua alegria por me ver feliz com o resgate da Geografia em minha trajetória. **Mãe**, ao seu lado sempre estarei, hoje e sempre.

A minha esposa Rosileide, pela compreensão, incentivo e ajuda durante a pesquisa.

Agradeço aos meus filhos, Diego e Carolina, pela força, pelo incentivo, pelo orgulho de ver o pai estudando, realizando seu sonho no mestrado. A Carol, obrigado por dividir comigo as madrugadas, durante seus estudos e seus projetos de criação.

Reservo um espaço especial nos agradecimentos, à Professora Maria de Fátima, orientadora, amiga, companheira, determinada, obstinada, líder competente, *ser humano* especial, que visa sempre servir ao próximo, servir na forma da conscientização, na forma do empoderamento, com o propósito de dividir o saber, de pensar e lutar pelos mais humildes, pelos excluídos, pelos injustiçados. Assim é Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, professora desde os 18 anos de idade, uma abnegada pela Geografia, uma cearense imprescindível para a Geografia da Paraíba. A você Fátima, com todo coração, te reverencio, muito obrigado.

Agradeço profundamente aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB. A todos, os meus sinceros agradecimentos pelos ensinamentos e pelo grande aprendizado.

Aos funcionários do Departamento de Geografia, em especial a Soninha, grande pessoa, grande profissional, dedicada e responsável.

À amiga e professora Ana Bernadete, também reservo um espaço especial em minha trajetória pela Geografia, amiga de todas as horas, mulher muito inteligente, lutadora e fiel companheira. Aprendi muito com ela. Muito obrigado, amiga, levarei você para sempre no coração.

Meus agradecimentos aos componentes do Grupo de Pesquisa GESTAR: Amanda, Alecsandra, Flavinha, Salomé, Cláudia, Ivanalda. Um agradecimento especial à professora Aline Barboza, com quem tive o prazer de estudar e aprender.

Agradeço à UFPB, pela estrutura, pelo espaço do conhecimento e do saber, pela possibilidade de cursar um mestrado em um Estado de miseráveis e de excluídos.

Aos professores Anieres Barbosa, Jonas Duarte e Josias de Castro pelas orientações, indicações de bibliografias e empréstimos de livros, meus mais profundos agradecimentos, pois suas orientações foram de suma importância para a conclusão deste trabalho.

À Giseuda Diniz, colega de trabalho da Unimed, que tanto me ajudou nas horas mais difíceis, que tanto me deu suporte, que tanto me deu força, a você amiga, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço à Gabrielle Diniz pela tradução do resumo para o inglês.

À Dona Rita e ao Sr. Miro, pelas acolhidas durante as várias passagens por Assunção para escrever e realizar os trabalhos de campo.

Agradeço a Dona Ivonete Farias, moradora de Assunção - PB, grande incentivadora do empoderamento dos camponeses no município: sua ajuda e contribuição foram fundamentais para a pesquisa.

Por fim, o agradecimento mais que especial aos camponeses de Assunção e Soladade, com destaque para os moradores dos sítios de Cajazeiras II e Lajedo de Timbaúba. Falar em Cajazeiras II é falar em dona Luzimar e dona Lourdes, líderes da comunidade, mulheres fortes e batalhadoras. Aprendi muito com elas, meus sinceros agradecimentos.

Em Lajedo de Timbaúba, agradeço ao Sr. Afonso, a Carlos, a Cláudia e a Claudiana. Lá conheci um ser especial, o Sr. Inácio Tota, homem simples, porém sábio, seu conhecimento empírico sobre a terra é imenso, e esse aspecto foi fundamental para a pesquisa, pois dele recebi muitos ensinamentos e aprendi bastante. A ele, meu muito obrigado.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Estrutura fundiária da Paraíba – 1985	23
Tabela 02	Estrutura fundiária do município de Assunção – PB, 2008.	61
Tabela 03	Estrutura fundiária do município de Soledade – PB, 2008.	62
Tabela 04	População e área territorial de Assunção e Soledade.	64
Tabela 05	População residente, sexo e a situação do domicílio.	64
Tabela 06	Análise do n ^o estabelecimentos/área X tipos de lavouras por município – 2006.	67
Tabela 07	Análise do n ^o estabelecimentos/área X tipos e criação animal por município – 2006.	68
Tabela 08	Análise n ^o estabelecimentos/área X produção de aves por município – 2006.	69
Tabela 09	Análise n ^o estabelecimentos/área X pessoal ocupado/tratores por município – 2006	70
Tabela 10	Espécies alternativas de vegetais plantados em Lajedo de Timbaúba.	107
Tabela 11	Quantidade de água estocada em Lajedo de Timbaúba	109

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01	Mapa de localização dos municípios Assunção e Soledade – PB	20
Ilustração 02	Mapa da região semiárida do Nordeste brasileiro.	51
Ilustração 03	Vegetação de caatinga, castigada pela seca em área desmatada.	52
Ilustração 04	Vegetação de caatinga, após inverno.	52
Ilustração 05	Área ao lado da barragem subterrânea em Lajedo de Timbaúba, no período chuvoso.	54
Ilustração 06	Área da barragem subterrânea no período da estiagem.	54
Ilustração 07	Área de plantio na comunidade de Cajazeiras II em Assunção-PB, no período das chuvas.	54
Ilustração 08	Área de plantio na comunidade de Cajazeiras II em Assunção-PB, no período da estiagem.	54
Ilustração 09	Leito seco do riacho, Lajedo de Timbaúba, Soledade-PB, no período da estiagem.	55
Ilustração 10	O mesmo leito do riacho, em Lajedo de Timbaúba, Soledade-PB, no período chuvoso.	55
Ilustração 11	Estrada de barro, acesso a Lajedo de Timbaúba.	55
Ilustração 12	O rebrotar da caatinga na mesma estrada de barro que dá acesso a Lajedo de Timbaúba, registrada agora no período das chuvas.	55
Ilustração 13	Plantio de palma forrageira, alternativa para os animais de criação no período da estiagem.	55
Ilustração 14	Plantação de milho e espécies alternativas, registrada no período das fortes chuvas no ano.	55
Ilustração 15	Pequeno barreiro, com plantio de legumes e hortaliças no entorno.	63
Ilustração 16	O mesmo barreiro, totalmente seco no período de estiagem.	63
Ilustração 17	Plantio de milho e capim para ração animal. Cajazeiras II em Assunção-PB, no período das chuvas.	63
Ilustração 18	A comunidade Cajazeiras II, sofrendo o revés do período de estiagem.	63
Ilustração 19	Via de acesso principal do município.	65
Ilustração 20	Prédio da Secretaria de Educação. Assunção-PB.	65
Ilustração 21	Feira de artigos populares, Feirantes vindos de Santa Luzia-PB.	65
Ilustração 22	Praça Pio Salvador, símbolo de ostentação em um município pobre.	65
Ilustração 23	Sede da Prefeitura, Assunção-PB.	65
Ilustração 24	Rua Pio Salvador, uma das principais vias de acesso do município.	65
Ilustração 25	Área na periferia de Soledade-PB	66
Ilustração 26	Ponte sobre o leito seco de um riacho, nas proximidades da sede do município.	66

Ilustração 27	Br-230, rodovia federal que “corta” a sede do município, e que “leva” ao sertão.	66
Ilustração 28	Via de acesso principal do município.	66
Ilustração 29	Prédio da Câmara municipal.	66
Ilustração 30	Prédio do posto de saúde.	66
Ilustração 31	Cisterna de placa destinada ao consumo humano através da captação da água da chuva.	86
Ilustração 32	A água da cisterna de placa se tornou essencial para os camponeses no semiárido brasileiro.	86
Ilustração 33	Cisterna de placa reduziu a distância dos locais de acesso à água.	86
Ilustração 34	Cisterna de placa construída pelo P1MC, significa água potável para a família.	86
Ilustração 35	A convivência com tecnologias diferentes ofertadas ao homem do campo.	86
Ilustração 36	Retirada da água da cisterna através da bomba de bola de gude, feita artesanalmente pelos camponeses, mediante transferência de conhecimento da ASA.	86
Ilustração 37	Lançamento do P1+2 em Lajedo de Timbaúba.	87
Ilustração 38	Reunião com camponeses em Lajedo de Timbaúba durante o lançamento do P1+2.	87
Ilustração 39	Sinalização do evento, faixa colocada na Br-230 a 8 km da sede do município.	90
Ilustração 40	Camponeses e convidados durante o lançamento do P1+2 em Lajedo de Timbaúba.	90
Ilustração 41	Sr. Afonso na área do entorno da sua barragem subterrânea em sua propriedade, durante o período da estiagem.	90
Ilustração 42	Área do entorno da barragem subterrânea na propriedade do Sr. Inácio Tota, durante o período de chuvas abundantes.	90
Ilustração 43	Família do Sr. Inácio Tota, ministrando “palestra” durante o lançamento do P1+2.	98
Ilustração 44	Grupo escolar municipal, local das reuniões da Associação dos Moradores de Lajedo de Timbaúba.	98
Ilustração 45	O Sr. Afonso Mendonça, preparando forragem para os animais em sua propriedade em Lajedo de Timbaúba.	102
Ilustração 46	Apiário de abelhas nativas no sítio do Sr. Afonso Mendonça, em Lajedo de Timbaúba.	102
Ilustração 47	Esquema gráfico de aproveitamento do escoamento superficial (SAES).	103
Ilustração 48	Cacimba revestida de tijolos.	104
Ilustração 49	Barragem Subterrânea.	105
Ilustração 50	Área do entorno da barragem subterrânea na propriedade do Sr. Inácio Tota, durante o período das chuvas abundantes.	106
Ilustração 51	Feijão colhido do plantio da propriedade do Sr.	106

	Inácio Tota, durante o período de chuvas abundantes.	
Ilustração 52	Plantio de Sabiá, servindo como planta forrageira e para a confecção de estacas e mourões, cultivada ao lado da barragem subterrânea na propriedade do Sr. Inácio Tota.	106
Ilustração 53	Catavento, tecnologia utilizada sempre consorciada com a barragem subterrânea.	106
Ilustração 54	Poço amazonas e ao fundo a barragem subterrânea na propriedade do Sr. Inácio Tota.	106
Ilustração 55	Plantio de Gliricídea na área do entorno da barragem subterrânea na propriedade do Sr. Inácio Tota.	106
Ilustração 56	Tanque de Pedra pertencente à comunidade, local de extrema importância para Lajedo de Timbaúba, na época da seca.	108
Ilustração 57	Fonte de armazenamento para a forragem animal, os silos são alternativas para a sobrevivência dos animais no período da seca.	108
Ilustração 58	Banco de sementes coletivo.	113
Ilustração 59	Reunião dos camponeses para discutir o seguro safra.	113
Ilustração 60	Projeto Arca das Letras, exemplo de cidadania e organização comunitária.	113
Ilustração 61	Componentes do grupo de mulheres.	113
Ilustração 62	Equipamentos e embalagens destinadas aos produtos do Grupo de Mulheres.	113
Ilustração 63	Produtos oriundos do esforço e trabalho do grupo de mulheres.	113
Ilustração 64	Produtos acabados oriundos das frutas nativas da comunidade de Lajedo de Timbaúba.	114
Ilustração 65	Polpas e picolés (dindins) de frutas nativas, produtos destinados à comercialização, resultado do esforço e organização do Grupo de Mulheres Lajedo de Timbaúba.	114
Ilustração 66	Mapa Municipal Estatístico do município de Soledade.	115
Ilustração 67	Estrada que dá acesso ao sítio Cajazeiras II, zona rural.	118
Ilustração 68	Cisterna de placa, pertencente a Dona Luzimar uma das líderes da comunidade de Cajazeiras II.	118
Ilustração 69	Pequeno pomar de frutas e roçado de legumes.	118
Ilustração 70	Cisterna de placa, possibilitou captação de água potável das chuvas para os camponeses em Cajazeiras II.	118
Ilustração 71	Criação de porcos em cativeiro, fonte de sustento para os camponeses em Cajazeiras II.	119
Ilustração 72	O leite de vaca e a criação de galinhas são outras fontes de sustento dos camponeses em Cajazeiras II.	119

Ilustração 73	Camponeses parceiros em plantação de milho e feijão.	120
Ilustração 74	Na comunidade de Cajazeiras II habita um grande número de camponeses, entre eles muitas crianças.	120
Ilustração 75	Ao lado da casa a cisterna eliminou as grandes caminhadas em busca de água potável.	121
Ilustração 76	A “igrejinha”, local de reuniões e missas na comunidade Cajazeiras II.	121
Ilustração 77	Plantio de coentro, utilizando água do pequeno barreiro. Cajazeiras II.	121
Ilustração 78	Placa registrando o programa P1MC em cisterna de placas em Cajazeiras II.	121
Ilustração 79	Sr. Rogaciano, camponês e parceiro em terras de terceiros.	121
Ilustração 80	Registro de entrevista na “igrejinha”, com dona Ivonete Alves e com o grupo de mulheres de Cajazeiras II.	121
Ilustração 81	Mapa Municipal Estatístico do município de Assunção.	126

LISTA DE ABREVIATURAS

AAUC	Associação dos Alunos da Universidade Camponesa
ASA	Articulação do Semi-árido
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Familiar
CEB's	Comunidades Eclesiásticas de Base
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEPA	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba
EUA	Estados Unidos da América
FAMUP	Federação de Municípios Paraibanos
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FPM	Fundo de Participação do Município
FUNASA;	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEME	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IFOCS	Instituto Federal de Obras Contra as Secas
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONGs	Organizações Não Governamentais
PATAC	Programa de Aplicações de Tecnologias Apropriadas às Comunidades
PRODEEM	Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios
PROPAC	Programa de Promoção e Ação Comunitária
RTS	Rede de Tecnologias Sociais
SAES	Aproveitamento do escoamento superficial
STD	Sólidos Totais Dissolvidos
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

O presente trabalho discute a inserção de tecnologias sociais em áreas semi-áridas no território paraibano. A reprodução do espaço social paraibano teve origem a partir do processo de colonização voltado inicialmente para a exploração do pau-brasil e, posteriormente de produtos agrícolas que eram comercializados além-mar. Este modelo econômico fundamentou-se na concentração de terras, e no seu monopólio, cujas consequências marcam o campo brasileiro até o presente. Os camponeses inseridos nestas áreas lutam para preservar a unidade e o trabalho familiar, como forma de manter sua condição de camponês. Ao conviver em uma região semi-árida, com dificuldades para se reproduzir e fixar-se na terra, a qual ainda hoje na maioria das vezes luta para nela entrar, os camponeses através da importante articulação e participação de diversos movimentos sociais, associações comunitárias, sindicatos dos trabalhadores rurais, ONG's e da sociedade civil organizada, se depara com um cenário de possibilidades e alternativas, no tocante as tecnologias sociais voltadas para o uso e manejo de água, a exemplo das cisternas de placas; barragens subterrâneas, tanque de pedra, poços amazonas, barreiros de trincheiras, dentre outras. A partir dos programas: P1Mc e P1+2 e das ações dos Fundos Rotativos solidários, apoiados em diversas frentes por uma rede de Organizações não Governamentais, pela sociedade civil organizada e pela ação balizadora e financiadora do Governo Federal, essas tecnologias, embora de forma lenta e dispersa, estão cada vez mais sendo implementadas no espaço social do camponês em nosso Semi-Árido. Tecnologias essas que há muito tempo passam pelo conhecimento e pelo saber camponês. Nossa pesquisa realizada nos sítios de Lajedo de Timbaúba em Soledade e em Cajazeiras II em Assunção, levanta as dificuldades e problemas enfrentados pelos camponeses inseridos no semi-árido paraibano, mas, ao mesmo tempo, sinaliza e aponta para caminhos e formas de convivência com o semi-árido.

Palavras-chave: tecnologias sociais; camponeses; convivência; semi-árido.

ABSTRACT

The current job discusses the insertion of social technologies in the Paraíba's semi-arid areas, where has all a context turned to the possibilities and the farmer's coexistence with the water's scarcity. The reproduction of the Paraíba's social space has started from the colonization process turned initially to the exploration of Brazil wood and, later of agricultural products that were marketed oversea. This economical model is based on the concentration of lands and in your monopoly, whose consequences mark the Brazilian field until the present. The farmers inserted in these areas struggle to preserve the unity and the family work, like way of maintaining their farmer condition. When cohabit in a semi-arid area, with difficulties to produce and fix in the land, that which still today, most of the time, struggles for get in it, the farmer through the important articulation and participation of several social movements, community associations, the rural workers' unions, ONG's and of the organized civil society, it comes across a scenery of possibilities and alternatives, in the touching the social technologies turned to water's use and handling, for example of the cisterns' of plates, underground barrages, stone tank, Amazon wells, barriers of trenches among others. Starting from the programs: P1MC and P1+2 and of the actions of the solidary Rotative fund, supported in several fronts for a net of Non Governmental Organizations, for the organized civil society and for the action of the beacon and the finances of the Federal Government, those technologies are more and more being implemented in the farmer's social space, in our semi-arid. Technologies those that are a long time go by the knowledge and for the learning farmer. Our research accomplished at the ranches of Lajedo of Timbaúba in Soledade and in Cajazeiras II in Assunção, it lifts the difficulties and problems faced by the farmers introduced in the Paraíba's semi-arid, but, even, signals and rises for ways and cohabitation forms with the semi-arid.

Key-Words: Social technologies; farmers; coexistence; semi-arid.

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	19
 Capítulo 1 – Breve reflexão sobre o campo e o campesinato brasileiro	28
 1.1 <i>A herança colonial e seu reflexo na territorialidade</i>	36
 1.2 <i>A espacialização do território</i>	44
 Capítulo 2 - Caracterização socioespacial dos municípios de Assunção e Soledade	49
 2.1 <i>Quadro ambiental dos municípios de Assunção e Soledade</i>	52
 2.2 <i>Aspectos socioeconômicos dos municípios de Assunção e Soledade</i>	61
 Capítulo 3 - Políticas públicas, Organizações Não Governamentais e tecnologias sociais no semiárido nordestino	72
 3.1 <i>P1 MC - Programa um milhão de cisternas de placas</i>	83
 3.2 <i>P 1 + 2 - Programa uma terra duas águas</i>	87

<i>3.3 Fundo Rotativo Solidário: um exemplo de organização e base da vida comunitária</i>	91
<i>Capítulo 4 - Convivência e possibilidades no semiárido paraibano</i>	94
<i>4.1 A esperança em Lajedo de Timbaúba</i>	96
<i>4.2 A difícil sobrevivência em Cajazeiras II, em Assunção</i>	116
<i>Considerações finais</i>	127
<i>Referências</i>	132

Apêndices

Apêndice A – Roteiro de entrevista semiestruturada – Lajedo de Timbaúba/Soledade – PB

Apêndice B – Roteiro de entrevista semiestruturada – Cajazeiras II/Assunção – PB

Apêndice C – Solicitação ao INCRA da estrutura fundiária dos municípios Assunção e Soledade/PB

Introdução

A proposta inicial deste trabalho tinha como objetivo examinar políticas voltadas para a inserção de novas tecnologias na paisagem agrária do Cariri paraibano, mais precisamente nas comunidades rurais de Cajazeiras II, Barra e Samambaia, zona rural do município de Assunção – PB e na comunidade Campo do Velho, localizada na zona rural do município de Coxixola – PB, ambas no Cariri paraibano. O tema proposto era “*O Uso de Tecnologias Alternativas na Agricultura Camponesa: Análises de duas experiências no Cariri Paraibano*”. No decorrer da pesquisa verificamos que a área correspondente ao município de Coxixola não apresentava as oportunidades pretendidas no tocante aos objetivos da pesquisa uma vez que a comunidade do Campo de Velho, zona rural do município não possuía exemplos e amostras significativas das tecnologias sociais as quais pretendíamos nos aprofundar em nossa pesquisa. O município é extremamente bem abastecido de água encanada, 100% na zona urbana e 92% na zona rural.

Neste sentido, após participarmos do lançamento oficial do Programa Uma Terra e Duas Águas – P1 + 2, em Soledade – PB, mantendo nossos objetivos, modificamos o nosso recorte espacial, e passamos a trabalhar com os municípios de Assunção e Soledade, reduzindo as áreas de estudo para os sítios de Cajazeiras II e Lajedo de Timbaúba. Essa escolha foi significativa, no que se refere ao aprofundamento e resultados da nossa pesquisa, uma vez que as áreas tratadas apresentam a inserção, em seu território, de várias tecnologias sociais de convívio com a semiaridez. Portanto, mesmo com a mudança anteriormente colocada, mantivemos os objetivos gerais da pesquisa, de analisar as condições socioeconômicas dos camponeses do semiárido paraibano, a partir do uso e incorporação de tecnologias sociais que contribuíam para a elevação de sua qualidade de vida e de sua sustentabilidade em áreas semiáridas, a exemplo dos sítios de Cajazeiras II e Lajedo de Timbaúba, respectivamente nos municípios de Assunção e Soledade, municípios esses que podem ser observados no mapa da página seguinte.

Mapa de localização dos municípios Assunção e Soledade

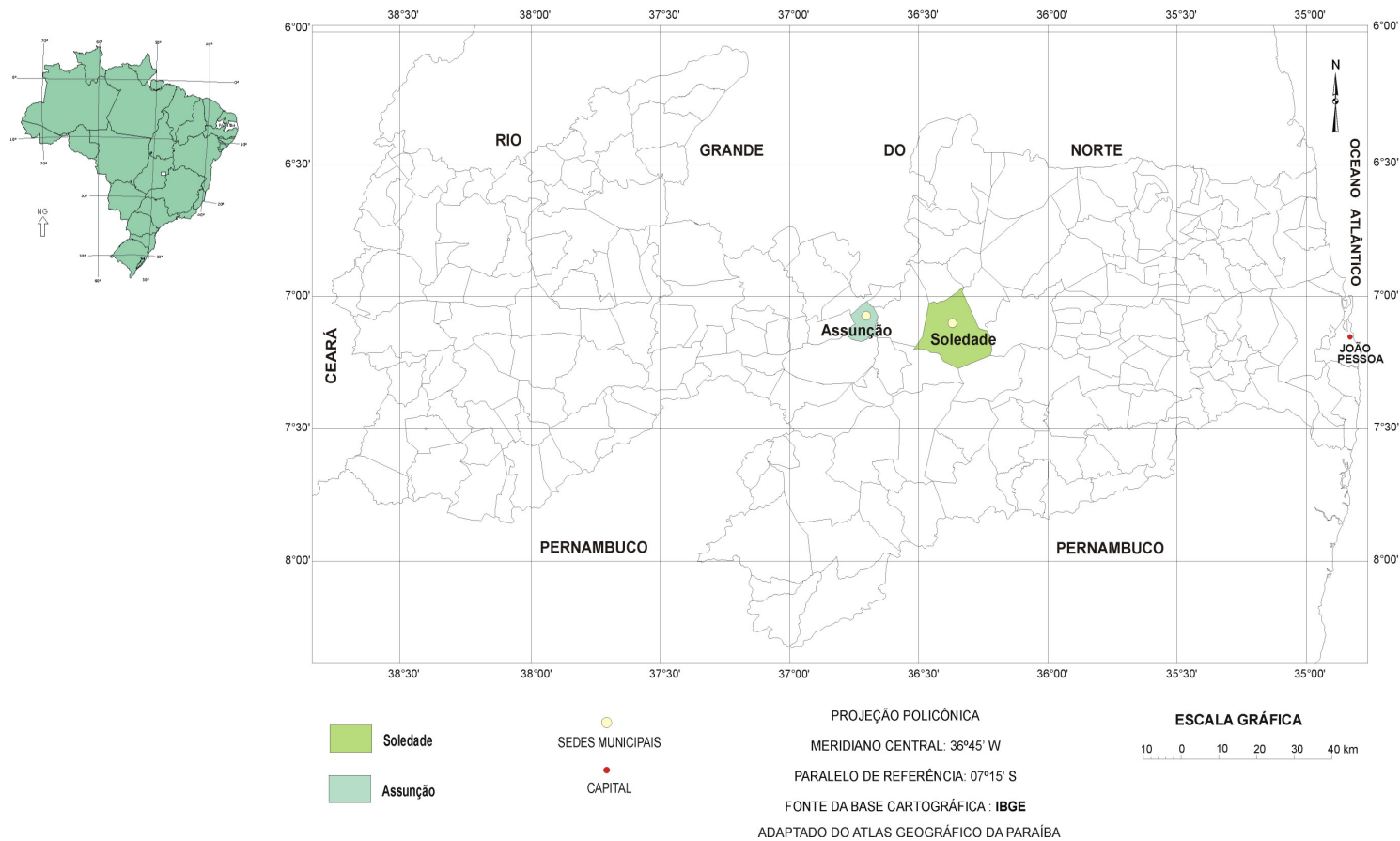


Ilustração 01 – Mapa de localização dos municípios Assunção e Soledade – PB. Elaborado por Cláudia Velozo, 2008.

No tocante aos objetivos específicos da pesquisa, foi possível avaliar a eficácia e a viabilidade da implantação de tecnologias sociais, a exemplo de cisternas de placas, poços amazonas, tanques de pedras, barragens subterrâneas, banco de sementes, dentre outras, como ferramentas que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da renda dos camponeses. Da mesma forma, identificamos as parcerias existentes entre os órgãos públicos, o Terceiro Setor e os camponeses na construção, manutenção e apoio na implantação das políticas que incorporam o uso de tecnologias sociais nos respectivos municípios. Pudemos observar o reflexo das tecnologias sociais sobre o território em estudo utilizando a pesquisa de campo e, por fim, construímos um banco de dados através de pesquisas documentais, registro fotográfico e informações qualitativas, buscando oferecer um melhor registro do trabalho científico.

Procuramos trabalhar em duas escalas: na escala municipal para buscar entender as políticas públicas e na escala local, realizamos uma pesquisa qualitativa para compreender a dinâmica e a territorialidade dos sítios de Cajazeiras II e Lajedo de Timbaúba.

Por acreditar ser possível a convivência do sertanejo com os ambientes do semiárido nordestino é que nos propusemos a estudar as tecnologias sociais de captação, uso e manejo de água, por parte dos camponeses inseridos nessas áreas. Essa motivação foi construída a partir de pressupostos de possibilidades e alternativas viáveis de adaptação do homem simples camponês ao seu local de origem. Pesquisamos então propostas alternativas e práticas inovadoras e não agressoras ao meio ambiente que pudessem contribuir para gerar renda e trabalho para o camponês, bem como melhorar a qualidade de vida nessas comunidades rurais.

Segundo Patrício (1999, p.40), “a qualidade de nossa vida tem sido cada dia mais complexa, mediada por uma diversidade de práticas de poder, pobres em princípios éticos e estéticos de viver saudável, humanizado, individual e coletivo”. O atual estágio da ciência tem criado tecnologias cada vez mais avançadas para as mais diversas necessidades humanas. Em nenhuma época estivemos tão “avançados” em termos de descobertas e invenções científicas.

[...] Mas, também, paradoxalmente, inventamos outras tantas. Sofremos ainda de doenças da ignorância e da falta de equidade.

Gastamos mais tempo e recursos financeiros em tratamentos de cura, em detrimento de ações de promoção à saúde. Sofrimento é sinônimo de lucro. Como coletivo humano, nunca fomos tão insatisfeitos, tão infelizes, como nessa época. E isso se expressa nos altos índices de abuso de uso de drogas, de violência, de doenças agudas e crônicas, de mortes precoces, sem falar do grande número de casos de suicídio (PATRÍCIO, 1999, p. 41).

De certo sabemos que esse modelo de “desenvolvimento” calcado na acumulação capitalista traz cada vez mais sérios prejuízos ao ser humano e conseqüentemente à nossa qualidade de vida, à nossa saúde. Cabe a nós mesmos considerar um modelo de desenvolvimento que seja capaz de modificar o atual estágio do desenvolvimento, gerador de tanto sofrimento humano.

A questão é que nossas vidas têm sido regidas, mesmo à distância, por consciências particularmente centradas em interesses político-econômicos. É o poder de valores e práticas calcados em paradigmas da produção de bens de lucro, de super faturamento, longe de princípios éticos e estéticos de bem-viver individual-coletivo, de comunidade (PATRÍCIO, 1999, p. 42).

Não podemos confundir qualidade de vida com a busca desenfreada pelo conforto e pelo modismo. O mundo atual passa por um estágio de alto “consumismo de coisas e de pessoas” (PATRÍCIO, 1999, p. 43). O custo de toda essa engrenagem movida pelo capital passa inclusive pela vida de outras pessoas e inevitavelmente pela própria qualidade de vida no planeta.

Na busca por promover a compreensão das diversidades e da transformação social através de práticas solidárias e comunitárias, aliadas às relações sociais mais humanas e opostas a esse modelo de desenvolvimento posto, é que trabalhamos com a perspectiva de que a implementação dessas práticas alternativas inovadoras, que não agredem o meio ambiente, possam criar perspectivas de convivência com a região, gerar recursos sociopolíticos, ambientais, culturais, econômicos e tecnológicos para os camponeses, além de propiciar melhoria na distribuição de renda local.

Como afirma Milton Santos (2007, p. 18):

É no território, tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania,

uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade.

Por concordarmos com as palavras do eminente geógrafo é que dirigimos o nosso olhar às experiências já mencionadas.

É imprescindível considerar todo o processo histórico da luta constante pela sobrevivência do camponês inserido no semiárido e, por conseguinte, num contexto social de exploração e exclusão, submetido ainda aos nefastos efeitos provocados pela escassez de água, inclusive para seu próprio consumo.

As áreas em estudo são extratos da realidade fundiária do Estado da Paraíba, onde a concentração de terras é um fato marcante. Segundo Moreira (1997), o reflexo desse processo está marcado na estrutura fundiária da Paraíba e consequentemente no semiárido, que é uma das regiões onde se registra os menores índices de participação dos estabelecimentos com menos de 50 hectares na área total dos estabelecimentos paraibanos, caracterizando assim, o monopólio da terra e do latifúndio.

A tabela 01, a seguir, mostra a concentração fundiária na Paraíba e reflete o monopólio da terra e do latifúndio, evidenciando a compreensão acerca dos conflitos de terra nesse Estado. Nela, observamos que as propriedades com até 50 hectares, as quais representam 91,57% dos estabelecimentos (186.118 propriedades) detêm apenas 24,68% do total da área em hectares. Enquanto que, em apenas 17.146 estabelecimentos, ou seja, em 8,43% das propriedades estão concentradas 75,32% da área em hectares.

Área (ha)	Nº de Estabelecimentos	%	Área Estabelecimentos (ha)	%
0 - 10	148.052	72,84	393.527	8,08
10 - 20	20.329	10,00	268.586	5,61
20 - 50	17.737	8,73	535.432	10,99
50 -100	7.940	3,91	540.245	11,09
100 -200	4.627	2,27	618.401	12,69
200 -500	3.117	1,53	923.916	18,97
500 – 1000	921	0,45	619.082	12,71
1000 em diante	541	0,27	972.224	19,96
Total	203.264	100,00	4.871.413	100,00

Tabela 01 – Estrutura fundiária da Paraíba – 1985. Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário da Paraíba -1985.

Portanto, é nesse contexto de concentração fundiária marcante que nos preocupamos em registrar as estratégias de convivência e de territorialização do camponês, observando seu espaço de convivência e a reprodução dos hábitos, costumes, crenças e valores do mundo rural do semiárido paraibano.

Sendo assim, nosso ponto de análise e pesquisa esteve sempre voltado para a inserção dessas tecnologias sociais no espaço camponês, pois acreditamos que essas tecnologias de captação e manejo de água são opções viáveis e agregadoras de melhoria na qualidade de vida dos camponeses.

Segundo Patrício (1999, p. 54):

A qualidade de vida do ser humano expressa a qualidade de sua saúde, suas possibilidades e limitações individuais e coletivas. Representa o processo de satisfação de suas necessidades primitivas e culturais, de sobrevivência e de transcendência, como ter comida, conhecimentos, ter abrigo e trabalho digno. A saúde está relacionada à qualidade das interações que o ser humano desenvolve no decorrer de todo o processo de viver, desde o útero materno, incluindo sua participação efetiva nessa construção, e que um ser humano pode ser possibilidade ou limitação para o viver saudável dos seus semelhantes, na interação direta ou indireta, através das repercussões no ambiente.

No semiárido brasileiro existem várias experiências voltadas para a construção de uma convivência harmônica do sertanejo com o meio ambiente. Dentre elas, estão várias tecnologias de sucesso de captação e manejo de água de chuva para o consumo humano, para a criação de animais e produção de alimentos, em sua maioria desenvolvida pelos próprios camponeses, às quais podem ser potencializadas ainda mais. Enfocamos assim, de forma mais significativa, as ações voltadas para as cisternas de placas, barragens subterrâneas, tanques de pedra, poços amazonas, dentre outros, sem, contudo, nunca desconsiderar a importância das limitações histórico-geográficas do território semiárido paraibano.

No tocante à metodologia utilizada, consideramos que o pesquisador, ao observar e pesquisar determinado grupo social, necessita trazer à tona práticas sociais e representações, de modo que a essência e o sentido das mesmas não sejam modificados pelo pesquisador, mediante a sua própria visão de mundo, bem como pela carga das representações e práticas oriundas da sociedade a qual ele tem origem.

Esse fato é de grande relevância, uma vez que, de acordo com Moura (1986, p. 07):

[...] o pesquisador traz sempre consigo uma bagagem cultural da qual não pode se desfazer, estando nela incluído um método científico. Como compatibilizar um modo determinado de interpretar a sociedade com a visão dela fornecida por um camponês? Como tirar o melhor partido do encontro tenso dessas duas subjetividades e diferentes visões de mundo? Longe de estar resolvido, esse problema deve permanecer como desafio para o ato de pesquisar outros seres humanos, especialmente os mais próximos e, supostamente, mais iguais.

Sendo assim, utilizamos procedimentos quantitativos em pequena escala e qualitativos em grande parte de nossa pesquisa, com a finalidade de aprofundar os fenômenos e fatos em sua complexidade, pois acreditamos que a realidade social tem caráter qualitativo, a qual se desenvolve num determinado espaço.

Entender o espaço geográfico significa apreendê-lo como ele é na sua essência, como totalidade, considerando todos os seus conflitos, mediações e contradições, que sistematicamente se articulam num processo intermitente e de difícil mensuração. Pensando dessa forma, Silva (2001, p. 20) afirma que:

O espaço geográfico pensado enquanto investigação científica, segundo o método dialético, significa a sua apreensão como totalidade, sem que haja uma preocupação com o que será tratado no início da mesma e no final. O raciocínio dialético é a antítese do raciocínio formal; a lógica formal corresponde a só um momento da lógica dialética. Enquanto na lógica formal se raciocina em linha reta, como se o raciocínio pudesse ser representado geometricamente por um segmento retilíneo, na dialética se caminha em todas as direções, com se a realidade tivesse a forma geométrica de círculos que se justapõem em espiral.

Conforme discutiremos posteriormente, utilizamos essencialmente o método dialético, considerando, assim, as totalidades e os momentos que o espaço geográfico expressa, bem como suas determinações específicas em termos de tempo e do lugar.

Durante a nossa pesquisa foram realizados dez trabalhos de campo, sendo seis em Assunção e quatro em Soledade. Essa técnica de trabalho foi essencial para a construção do projeto de pesquisa, já que o campo foi essencial para a coleta de informações e dados valiosíssimos. O trabalho de pesquisa possibilitou observar a

realidade e a dinâmica social das áreas em estudo.

Procuramos compilar os dados escritos, orais e iconográficos obtidos no campo, tendo sua aplicação passada por uma crítica prévia. As entrevistas utilizadas na pesquisa foram de fundamental importância, já que esta possibilitou um grande aprendizado a partir dos diálogos com os camponeses das duas áreas estudadas. Foram vinte e oito entrevistas realizadas, sendo vinte e uma com os camponeses e as demais realizadas com dois vice-prefeitos, com o presidente e a secretária do Sindicato Rural, o vice-presidente da Associação de Moradores, uma representante do Projeto Dom Helder, uma representante da Pastoral de Patos e com uma associada, membro da Associação de Moradores. Nesta fase o trabalho apresentou uma riqueza de conhecimento incomensurável.

No que tange ao conjunto das imagens publicadas nessa pesquisa através da fotografia, sabemos que ela tem se mostrado bastante eficaz no estudo das relações sociais em que os indivíduos se definem por meio da linguagem gestual. Entretanto, a contribuição mais importante que a fotografia pode trazer à pesquisa e ao discurso antropológico, sociológico, histórico, dentre outros, e principalmente para a geografia, reside no fato de que, pela sua própria natureza, ela obriga a uma percepção do mundo diferente daquela exigida pelos outros métodos de pesquisa, dando assim acesso a informações que dificilmente poderiam ser obtidas por outros meios. Daí a grande importância dada à fotografia nesse trabalho, pois, como afirma Campos (1992, p. 104), a fotografia se configura como “uma forma de produzir significados, pois está a todo tempo emitindo significados, intenções”.

Durante os trabalhos de campo utilizamos máquina e gravador digitais, visando construir um banco de imagens e de dados pertinentes e eficazes para o desenvolvimento da pesquisa.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, o trabalho foi desenvolvido mediante o estabelecimento de um programa de leituras de livros, artigos, entrevistas, *reelases*, jornais e outros, realizado através da aquisição e empréstimos de livros por parte da nossa orientadora e outros professores, consultas à biblioteca pública e pessoal, bem como consultas feitas em *home pages*, a exemplo da Articulação do Semi-árido (ASA), Rede de Tecnologias Sociais (RTS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD); Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE), Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME), Federação dos Municípios da Paraíba (FAMUP) e Projeto Dom Helder.

Na construção desse trabalho, utilizamos sobretudo as categorias de análise território e espaço, como principais autores nos embasamos em Ab'Saber e Andrade para a discussão ambiental; Oliveira, Moura, Martins e Shanin para discutir o campesinato, para discorrer sobre território e espaço, utilizamos Santos, Paulino, Oliveira e Silva.

Capítulo 01

Breve reflexão sobre o campo e o campesinato brasileiro

Neste capítulo, discorreremos sobre o campesinato brasileiro e o ser social chamado camponês a partir de sua recriação e redefinição. Tratamos da importância do trabalho familiar como forma de reprodução do espaço social do camponês. Discutimos também o reflexo na territorialidade brasileira deixada pela herança colonial, tendo como marco maior a Lei de Terras de 1850, que legalizou a propriedade privada das terras. Em seguida fazemos uma breve discussão sobre o espaço social com sendo um resultado da ação do homem e do avanço do capital sobre o território.

Nosso ponto de partida é o campesinato, interpretado na escala local, ou seja, nas comunidades rurais de Cajazeiras II no município de Assunção-PB e no sítio Lajedo de Timbaúba em Soledade-PB. Para situá-los no contexto e realidade mais ampla em que estão inseridos, nos apoiamos em interpretações já realizadas por outros estudiosos sobre o processo histórico em que se insere o campesinato brasileiro. Neste diálogo estabelecemos argumentos que norteiam a nossa análise. Consideramos, portanto, a seguinte concepção:

Essas novas palavras - camponês e latifundiário - São palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção de História, das lutas políticas e dos confrontos entre classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade: por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1986, p. 22).

Seguindo esse mesmo entendimento, Oliveira (1987) afirma que o campesinato deve ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra.

Alguns outros autores e pensadores ligados ao Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD defendem que está em curso um processo de extinção do campesinato, mediante o surgimento da figura do agricultor familiar, a partir da decomposição da estrutura familiar camponesa. Esses autores asseguram “que o único futuro para o camponês é transformar-se em agricultor familiar, mediante sua inserção no mercado e racionalização de sua produção ao máximo. A tentativa e resistência em permanecer camponês condenam este trabalhador ao desaparecimento” (SOARES, 2008, p. 47). Ainda segundo esses autores, “o camponês significa atraso, barbárie, tendendo a desaparecer ou ser transformado em “agricultor familiar” pelo avanço e fortalecimento do capitalismo no campo” (SOARES, 2008, p. 49).

Podemos citar como exemplo de estudiosos no assunto que caminham nessa direção os seguintes autores: Ricardo Abramovay (1990,1992), José Graziano da Silva (1999) e José Ely da Veiga (1996), esses dois últimos são ligados ao NEAD.

Defendendo esse posicionamento, Abramovay (1990, p.124) afirma que:

[...] as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar. Levando consigo o próprio caráter burguês da organização social.

Segundo Paulino (2003, p. 36), “[...] essa sentença proferida por Abramovay supõe que, ao serem alteradas as bases técnicas, uma classe social (os camponeses) desapareceria, dando lugar a uma nova categoria social (os agricultores profissionais), implicitamente integrantes da burguesia pequena”.

Ainda segundo Paulino (2003, p. 37), Abramovay não considera sobre hipótese alguma que os camponeses possam produzir capital. Nesse sentido, de acordo com o autor, fica clara:

[...] a falta de consistência ao modelo explicativo no qual os camponeses comparecem como seres alheios, alienígenas, produzindo apenas para si e sua família, como se fossem refratários às influências do modo de produção do qual fazem parte. Parece tratar-se de uma simplificação perigosa, especialmente se entendermos que as classes sociais não estão isoladas em si mesmas, hipótese essa incompatível até mesmo para sociedades de castas.

É sabido que, mesmo na corrente de pensadores que defende essa tese, há uma aparente dificuldade de conceituação teórica.

Observa-se, de fato, que existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil. Sobretudo a partir da implementação do Pronaf¹. As posições a esse respeito variam bastante. Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que compõe uma tipologia

¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

de benefícios em função de sua capacidade de atendimento (WANDERLEY, 2003, p. 43, grifo nosso).

Na contramão do processo de recriação do campesinato se fixam e se expandem os chamados complexos agroindustriais que têm transformado, segundo Moura (1986, p. 8), “o camponês num trabalhador para o capital, sem torná-lo um operário, o que amplia as interrogações sobre a natureza da sua vida política e econômica”. Neste caso se faz necessário ficar atento aos aspectos da vida camponesa, no tocante à sua integração, subordinação à lógica econômica do capital industrial.

De certo sabemos que existe uma coerção política e econômica que foram estabelecidas com a intenção de criar fluxos permanentes de bens e de trabalhadores para o exercício material das práticas sociais. Essa coerção nos leva a entender a oposição entre dominantes e dominados, entre opressores e oprimidos. Segundo Moura (1986, p.10), “o campesinato é sempre um pólo oprimido de qualquer sociedade”. É sabido que em qualquer tempo e lugar a posição do camponês em relação ao acesso a terra sempre foi marcada pela total subordinação aos donos da terra e do poder, os quais, a partir dos camponeses, visam extrair de forma plena a renda, seja através da renda do produto, da renda em trabalho ou da renda em dinheiro.

Na intenção de aprofundar o conhecimento e a discussão do que é ser camponês, Moura (1986, p.17) afirma ainda que:

O sistema capitalista dominante, que determina a organização do trabalho e da apropriação da terra em muitas formações sociais espalhadas pelo mundo, não erradicou o camponês. Em outras palavras, os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção.

Reconhecendo a existência desse debate, trabalhamos com a concepção de que o capital ao avançar não eliminou as relações camponesas de produção, tal como afirma Rodrigues et al (2004, p. 01) ao referir-se a produção acadêmica de:

Martins e Oliveira, que utilizam a expressão recriação do campesinato para expressar a diversidade de situações em que encontramos no campo brasileiro: seringueiros, ribeirinhos, assentados de reforma agrária, quilombolas, dentre outros.

É perfeitamente possível descrever o camponês sob diversas óticas, numa delas podemos descrevê-lo como sendo um cultivador de pequenas extensões de terras, sobre as quais ele pode estabelecer um controle familiar. Moura (1986, p. 12) esclarece que “esta visão é bastante difundida nos livros de ciências sociais, e tem por objetivo identificar a condição camponesa com o controle direto sobre a terra onde habita e produz”.

Para Shanin (*apud* MOURA, 1986) os camponeses continuarão a existir por muito tempo, o que levou Moura a considerar a importância da afirmação de que o capital não erradicou o camponês. Muito pelo contrário, a complexidade que cerca os processos sociais tende a viabilizar cada vez mais a recriação do campesinato, conseqüentemente do sujeito social camponês.

Neste sentido, Moura (1986, p.17), afirma que “é mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista”.

Para Shanin (2008, p. 34) a realidade sempre será mais complexa que os modelos, portanto, ao tentarmos definir o que é ser camponês, é preciso levar em consideração essa premissa, pois, segundo esse autor, mesmo os camponeses que não apresentam todas as características inerentes a sua definição, são camponeses:

Podemos chamar esses grupos de “quase-camponeses”, camponeses marginais, camponeses marginalizados, uma variedade de coisas. Podemos chamá-los por outros nomes, se quisermos. Camponeses que não têm terra suficiente para sobreviver, mas, ao mesmo tempo, têm uma economia familiar, mostram a maioria das características do campesinato em sua maneira de sobreviver e morar, mesmo que não sejam encontrados neste caso todos os elementos da definição. [...] Eu acho que uma das características principais do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato.

O campesinato se define principalmente em função de sua economia doméstica, familiar, ou seja, ele vive da sua mão-de-obra. Para Shanin (2008, p. 37) “o campesinato é um modo de vida”.

Ser camponês é saber como combinar muitas ocupações como trabalhar a terra, cortar madeira, cuidar de animais, cultivar

alimentos, consertar máquinas. A verdadeira característica e definição dos camponeses tem como um de seus fundamentos essa natureza especial do campesinato, que nunca é uma coisa só, é sempre um combinação. Também não é algo que não se aprende na universidade. Só se aprende com os seus pais. Se for um menino, aprende com seu pai, se for uma menina, aprende com sua mãe. Como é que o camponês consegue fazer tantas coisas? Ele acorda com seu pai todos os dias e vai fazendo e aprendendo. É o mesmo para mulheres (SHANIN, 2008, p. 41).

Para Shanin (2008, p. 45), “a unidade de análise mais eficaz para entender o campesinato é a unidade familiar, que é a unidade que liga a família à terra, que nem sempre é propriedade da família camponesa”. Ainda segundo esse autor, ser dono ou arrendatário da parcela não tem tanta importância, mas fundamentalmente tem importância quem faz uso da terra.

No entendimento de Shanin (2008, p. 27):

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso de trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa.

A vinculação social do camponês com a terra é fator primordial para a sua reprodução, esse caminho é consolidado através do importante mecanismo do trabalho familiar. Sobre esse assunto, Moura (1986, p. 54) diz o seguinte:

Nuclear ou extensa, a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social deste grupo de pessoas. Em geral, cabe ao chefe da família a direção e o desenvolvimento de atividades de derrubada e limpa das áreas destinadas ao plantio e à colheita nas roças. É igualmente de sua responsabilidade o trato com os animais domésticos de grande porte, cujo número e quantidade é sempre comparativamente inferior aos encontrados nas propriedades de um grande fazendeiro ou de uma empresa agropecuária.

Diferentemente do operário que para se reproduzir socialmente é estritamente dependente do mercado, e que necessita vender sua força de trabalho para adquirir todos os meios indispensáveis a sua sobrevivência:

[...] o camponês se diferencia por ser portador de produto excedente, que via de regra é composto por alimentos que são oriundos de trabalho na terra que controla e com instrumentos de trabalho que possui. Por isso, não há uma independência vital para com o mercado, ainda que regularmente haja uma relação intensa com este. Enfim, em situações limite, ele poderá sobreviver sem essa mediação, coisa que não é possível ao operário. [...] o campesinato é uma classe *sui generis*, porque mesmo sobrevivendo do próprio trabalho, não o faz do mesmo modo que o operariado. O seu trabalho é um trabalho autônomo, porque realizado no interior do controle dos meios de produção, o que lhe permite escapar à alienação. É por isso que Martins lembra que suas lutas, ao invés de serem integrativas ao capital, como tendem a ser as lutas operárias por melhores salários e por melhores condições de trabalho, são contra o capital, pois o campesinato luta para não ser engolido pelo capital e, assim, submeter-se ao processo de alienação (PAULINO, 2008, p. 217).

É por esta razão que, segundo Oliveira (1997, p. 25), “os dados censitários revelam que, ao mesmo tempo em que há um aumento dos latifúndios capitalistas, há um aumento das unidades camponesas de produção”. É que mesmo com o aumento das terras nas mãos dos latifundiários, há um considerável aumento da quantidade de camponeses que se articulam na luta pelas terras expropriadas. Trata-se de uma luta para reconquistar um direito perdido há séculos, uma conquista que passa substancialmente por um caminho de entrada na terra.

O que vale dizer: a migração como necessidade da sua reprodução, a luta pela fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo. Quando essa possibilidade de recuperar a fração do território perdido não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa onde ela se tornou capitalista. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é um bom exemplo dessa nova realidade (OLIVEIRA, 1997, p. 26).

O processo de recriação do campesinato se apresenta totalmente contraditório, uma vez que para se reproduzir ele pode aumentar sua participação no processo produtivo, contudo, com uma participação menor em número de pessoas. Sobre essa afirmativa, Paulino (2008, p. 237) diz que:

Se para os capitalistas uma agricultura sem agricultores pode ser desejável, porque elimina o conflito entre capital e trabalho, para os camponeses definitivamente não é, porque trabalho e família são

indissociáveis. Resta assim a recusa a este modelo e a busca por aqueles que sejam emancipadores, já que somente ao capital interessa a homogeneização. Ao campesinato resta a diversificação estratégica, fundada na valorização das práticas endógenas e das redes de ajuda mútua, fundamentais para a insubordinação ao esbulho do mercado.

Ao abordar o tema da recriação do campesinato, Oliveira (2002) afirma que o traço essencial da estrutura fundiária brasileira é o caráter concentrador da terra e, contraditoriamente, o crescimento/formação do campesinato brasileiro. Nesse mesmo sentido, Oliveira (2002, p. 85) diz ainda que:

[...] esse processo de crescimento mostra de forma clara o crescimento do campesinato no Brasil e não o seu “desaparecimento”. Uma das características do campesinato brasileiro, salienta José de Souza Martins, é que ele quer e luta para entrar na terra. Não se trata, portanto, de um campesinato que não quer sair da terra, como na transição europeia do feudalismo para o capitalismo. Trata-se de um campesinato que não esgotou a sua possibilidade histórica de formação/recriação.

Oliveira (2002), ao discorrer sobre a formação territorial capitalista do Brasil e os processos contraditórios nela inseridos, afirma que esses movimentos produzem/geram concentração da população, primeiro nas regiões metropolitanas, depois nas capitais regionais e em geral nas cidades.

Dessa forma, as políticas voltadas para o campo, em especial as que são destinadas aos camponeses, acabam ficando sempre em segundo plano, conforme ratifica Fernandes (1996, p.155):

Neste sentido a modernização é um processo multidimensional de transformações nas esferas, social, política e econômica, que se desenvolve por meio de feixes de relações. Portanto, é o jogo das forças políticas envolvidas que pode estreitar ou ampliar os feixes, fazendo com que haja, de acordo com os interesses da força política no poder, a preferência de uma esfera sobre as outras.

Ao trazer essa análise para o espaço territorial nordestino, verificamos que a seca do Nordeste coloca para o poder público, principalmente para o poder estadual e municipal, a necessidade de se criar condições de plena adaptação e convivência harmônica com os processos inerentes a semiáridade, que possam construir uma relação de convivência com esse fenômeno no tocante a população camponesa

inserida nesses territórios. Pois sabemos que não é prática do poder público ter como foco de melhoria as condições de vida da população no campo, fato ainda mais exacerbado, como diz Oliveira (1995), pela grande concentração fundiária brasileira, a qual tem sua origem na própria história do país.

Portanto, é preciso reverter o pensamento da:

[...] ação do Estado liberal-burguês latifundiário brasileiro. Sua função é assegurar o bem estar dos poderosos e ludibriar a nação como um todo, com a aplicação de medidas enganadoras, que só na aparência se voltam para as causas populares. A atuação contraditória do poder enquanto governo, está calcada nos discursos demagógicos dos seus representantes dentro de uma retórica-abstrata (SILVA, 2001, p. 71).

Ainda refletindo sobre o mundo burguês, Chauí (2006, p. 59) afirma:

[...] o mundo burguês é um mundo laico e profano, um mundo desencantado de onde os deuses se exilaram, mas a ideologia burguesa conserva os traços de uma visão teológica do real onde a Providência inteligente e boa dirige o mundo *ex machina*, elege os justos e pune os injustos segundo desígnios que são e não dos escolhidos nem dos condenados. No mundo burguês a Providência se chama: racionalidade.

1.1 A herança colonial e seu reflexo na territorialidade

O modelo de ocupação imposto pelo colonizador europeu ao Brasil inviabilizou a construção de um espaço social onde a terra pudesse ser democratizada.

Discorrendo sobre esse tema, Martins (1994, p. 22) diz que:

[...] durante todo o período colonial, os direitos se superpuseram, o público e o privado. A grande distinção era de outra natureza e se sobrepunha a todas as outras: o que era patrimônio do rei e da Coroa e o que era patrimônio dos municípios, isto é, do povo. E aí a própria concepção de pessoa, como sabemos, estava limitada aos brancos e católicos, puros de sangue e puros de fé. Os impuros, isto é os mestiços, os escravos indígenas, os escravos negros, mas também os mouros e judeus, estavam sujeitos a uma gradação de exclusão que ia da condição de senhor de patrimônio à condição de patrimônio de senhor.

Segundo Oliveira (1995), ao se estudar a história da estrutura fundiária no Brasil, a distribuição e o acesso a terra, é preciso verificar que desde o início do período colonial a distribuição de terras se deu de forma bastante desigual:

Primeiro foram às capitanias hereditárias e seus donatários, depois foram às sesmarias. Estas estão na origem de grande parte dos latifúndios do país. São frutos da herança colonial quando a terra era doada pela Coroa aos membros da corte. [...] Com a independência do Brasil e, depois, com o fim da escravidão, trataram os governantes de abrir a possibilidade de, através da “posse”, legalizar grandes extensões de terras. Com a Lei de Terras de 1850², entretanto, o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra com pagamento em dinheiro. Isso limita, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade (OLIVEIRA, 1995, p. 482).

De certo, é importante frisar que:

[...] o marco jurídico resultante de mudanças político-econômicas importantes na sociedade brasileira é a lei de terras de 1850, que ao tornar a terra objeto de compra e venda no mercado, concede aos ricos o monopólio de negociá-la. Esta mesma medida impede que inúmeros cultivadores pobres, sem recursos monetários, tenham acesso a terra ou que seus descendentes possam tê-lo (MOURA, 1986, p. 67).

Oliveira (1997, p. 28) corrobora com a afirmativa de Moura e afirma que:

[...] com a independência e com o fim da escravidão, trataram os governantes do país de abrir a possibilidade de, através da “posse”, legalizar grandes extensões de terras. Com a Lei de Terras de 1850³, entretanto, o acesso à terra só passou a ser possível através da compra/venda com pagamento em dinheiro, o que limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os escravos que foram sendo libertos.

² Em 1850, a Coroa, sofrendo pressões inglesas para substituir a mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado, com a consequente e inevitável abolição da escravidão, e para impedir que, com a futura abolição, os então trabalhadores ex-escravos se apossassem das terras, promulga, em 1850, a primeira lei de terras do país. Essa lei foi um marco jurídico para a adequação do sistema econômico e de preparação para a crise do trabalho escravo, que já se ampliava. In: STEDILE.J.P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo, Expressão Popular, 2005. p. 22.

³ A Lei nº 601 de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terra no Brasil. In: STEDILE.J.P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 23.

Sabemos que as terras foram o centro e a base do poder no período colonial, as quais continuam até os dias de hoje objeto de disputa entre trabalhadores, sindicatos e cooperativas patronais. Contudo, foi no período colonial que a terra teve uma importância vital para a organização social vigente. O poder real era extremamente exacerbado, ao ponto de que a propriedade das terras concedidas em regime de sesmarias continuava, mesmo após a sua sessão, em poder do rei. Na conjuntura vigente do Brasil colônia, a realeza mantinha então o seu direito de reaver as terras que por algum motivo fossem abandonadas ou que simplesmente não fossem capazes de gerar os tributos devidos sobre seu uso.

No fim das contas, uma relação de arrendamento. Ao mesmo tempo, já nessa época, os representantes do rei concediam as terras em nome dos interesses do rei e não em nome das necessidades do povo. Não há pedido de sesmaria do período colonial em que o requerente não o justifique com serviços já prestados à Coroa, na guerra ao índio, na conquista do território. No século XVII, os pedidos acrescentam até mesmo uma história familiar de lealdades, em que são invocados os nomes de antepassados que também serviram ao rei. A concessão territorial era o benefício da vassalagem, do ato de servir. Não era um direito, mas uma retribuição. Portanto, as relações entre o vassalo e o rei ocorriam como troca de favor. A lealdade política recebia como compensação retribuições materiais, mas também honrarias, como títulos e privilégios, que, no fim, resultavam em poder político e, conseqüentemente, em poder econômico (MARTINS, 1994, p. 23).

Como visto, a Lei de Terras implantou como característica principal a propriedade privada das terras no Brasil.

Ao discutir a Lei de Terras, nosso pensamento está ancorado nas concepções de Stedile (2005, p. 22), quando ele afirma que:

[...] a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou, então a propriedade privada da terra.

Como segunda característica da Lei de Terras, podemos citar que ela “estabelecia que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras. Poderia transformar sua concessão de uso em propriedade privada, com direito à venda e compra” (STEDILE, 2005, p.23). Contudo, para que

isso fosse possível, seria necessário comprar a terra, o que significava pagar o devido valor à Coroa portuguesa.

Segundo Chauí (2006), na essência da nossa formação, fomos constituídos como fornecedores de açúcar, tabaco e alguns outros gêneros, sendo mais adiante fornecedores de ouro e diamantes; depois de algodão, em seguida alimentamos a coroa portuguesa da produção de café. A colonização brasileira manteve em sua essência o sentido de empreendimento comercial, ou seja, de produzir para o mercado externo, se tornando um mero fornecedor de produtos tropicais e de metais nobres à economia européia. A colonização brasileira foi forjada no âmbito da constituição de uma mera peça do sistema internacional, caracterizada como um eficaz instrumento de acumulação do capital primitivo, inserido no capitalismo mercantil em pleno desenvolvimento na época do Brasil colônia.

No decorrer de quase todo o século XVI, a coroa portuguesa limitou-se basicamente a assegurar, através da ocupação do litoral, o domínio do território brasileiro, sem preocupar-se em proceder diretamente à ocupação dos interiores. É da crítica a esta postura assumida pela coroa portuguesa que resulta a famosa frase do Frei Vicente do Salvador, em seu livro **História do Brasil**: “os portugueses ficavam arranhando o litoral como caranguejos”. A ocupação dos interiores do Brasil, que exigia a aplicação de vultosos recursos, foi posta em prática por particulares. Estes, levados pela cobiça, empreenderam expedições em busca da prata, do ouro e dos demais metais preciosos (RODRIGUES, 2001, p. 250-251, grifo da autora).

Por esse motivo afirmamos que o país foi concebido e historicamente articulado para ser um dos elos do sistema colonial com o capitalismo mercantil europeu e levado a ser uma colônia de exploração atrelada à lógica perversa do modo de produção capitalista, em detrimento de se tornar uma colônia de povoamento, de ser organizado a partir de uma estrutura fundiária calcada em pequenas propriedades, com uma proposta de produção voltada para o próprio consumo.

Contudo, prevaleceu a lógica do capital, pois a colônia de povoamento não despertou interesse da metrópole, ficando à margem do sistema colonial, enquanto que a proposta de uma colonização voltada para a exploração ganhava cada vez mais espaço, mediante os ajustes econômicos do sistema, cujo alicerce foi a organização da grande propriedade escravagista.

O processo de colonização no Brasil, baseado numa proposta europeia de civilização, trouxe consequências profundas para a sociedade aqui presente. Para Bosi (2003), o horror bárbaro imposto pelo civilizador europeu veio carregado de uma carga imensa de sobretrabalho e escravidão e, como consequência, a expansão de um sistema de latifúndios, ligados a grupos mercantis europeus, com destaque para os traficantes de escravos.

O que fez surgir, segundo Dean (1996), uma sociedade de casta, com privilégios para poucos, tais como os funcionários da coroa portuguesa. Essa sociedade era pautada pelo preconceito racial e social profundo, e pelo controle excessivo sobre a colônia.

Bosi (2003, p.11, grifo nosso) diz que “as palavras cultura, culto⁴ e colonização derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*”. *Colo* significou em romano, eu moro, eu ocupo a terra, eu trabalho, eu cultivo o campo. Logo se liga diretamente à palavra “agrícola”, à palavra trabalho.

Neste sentido, é visto em Bosi (2003, p.15) que “a colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do *colo*: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais”.

A história que compõe a colonização não pode ser vista como uma mera corrente migratória. Na verdade, todo esse processo colonizador se dá no âmbito de uma discussão acerca das carências e conflitos da matriz colonial e de uma tentativa de retomar, sob novas condições, aspectos relacionados com o controle e domínio da natureza e dos demais semelhantes, incluídos, à revelia ou não, no processo civilizatório avassalador ora em construção.

Calcado nessa visão estreita de mundo, é que prevalece, segundo Bosi (2003, p.17), a seguinte afirmativa: “a partir do século XVIII aproxima-se e, às vezes, fundem-se as noções de cultura e progresso”.⁵ Neste sentido os séculos XVI, XVII e

⁴ No plano da interioridade, o culto é a homenagem que o homem presta a Deus pelo ato de adoração. Pode exprimir-se por práticas exteriores; as cerimônias rituais a que dão lugar podem também dirigir-se aos ancestrais ou a seres sobrenaturais que se quer homenagear. Idem p. 115.

⁵ Do latim *progressus*, ação de avançar, crescimento. No absoluto, o progresso designa o movimento para frente da civilização ligado ao progresso das ciências e das técnicas. A crença no Progresso, que muitas vezes assume o aspecto de um mito, corre constantemente o risco de ser desmentida – mesmo quando se baseia numa filosofia da história – na medida em que não é observada qualquer ligação necessária entre o progresso intelectual e técnico, por um lado, e o progresso moral e político, por outro. In: DUROZOL, Gerard e ROUSSEL, André. **Dicionário de filosofia**. Campinas - SP: Papirus – Brasil, 1993, p.383.

XVIII foram marcados pelo aumento significativo da circulação das mercadorias, refletindo o que chamava na época de “processo modernizador”, capitaneado pelo progresso, através da colonização do “novo mundo”, que serviria para expandir a rede comercial europeia.

Essa expansão, em busca de novos e mais rentáveis mercados, se deu através da criação de mecanismos de exploração e de controle das sociedades primitivas das Américas e, *a posteriori*, dos mestiços e dos negros arrancados e arrastados da África para formar a mão-de-obra escrava nas colônias europeias. É preciso ter a clareza de que a expansão do capital comercial brutalizou o cotidiano dos dominados e submeteu esses povos a uma condição de barbarização ecológica e populacional.

Quanto aos aspectos culturais, o poder civilizador do europeu deixou como marca a fragilização e a extinção parcial da cultura e dos costumes nativos, dos símbolos e dos mitos⁶. Neste sentido, as narrativas nativas foram aos poucos sendo eliminadas ou substituídas no cotidiano local por uma cultura “transplantada”, carregada de valores e costumes impostos pelo invasor europeu, ao longo do processo colonizador.

De acordo com Bosi (2003, p.16, grifo nosso), “cultura é o conjunto de práticas, das técnicas⁷, dos símbolos⁸ e dos valores⁹ que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social”. Para Bosi (2003, p. 319):

É indispensável reter o conceito antropológico do termo cultura como conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada

⁶ No sentido literal (utilizado em particular em etnologia), um mito é um relato fabuloso de caráter mais ou menos sagrado, que concerne a seres que personificam os agentes naturais ou as origens de uma sociedade. Nas culturas em que é ativo, o mito serve de referência justificadora ou de modelo. In: DUROZOI, Gerard e ROUSSEL, André. **Dicionário de filosofia**. Campinas - SP: Papirus – Brasil, 1993, p.326.

⁷ No sentido antigo, o substantivo técnica designa o conjunto de procedimentos de um ofício ou de uma arte, codificados e transmissíveis, que permitem obter um efeito considerado útil. Na filosofia moderna, a técnica evoca antes um conjunto de procedimentos deduzidos de um conhecimento científico e que permite operar suas aplicações. In: DUROZOI, Gerard e ROUSSEL, André. **Dicionário de filosofia**. Campinas - SP: Papirus – Brasil, 1993, p.460.

⁸ É inicialmente um sinal de reconhecimento formado pelas duas metades de um objeto quebrado que se aproximam. Daí, mais geralmente, um signo que designa outra coisa além dele próprio em virtude de uma analogia natural ou por decisão convencional. Idem p. 436.

⁹ Em filosofia, o termo é em geral considerado numa acepção moral, para designar o que proporciona normas à conduta. A natureza dos valores é concebida de maneira diferente de acordo com os sistemas filosóficos: transcendentais em Platão, historicamente variáveis em Nietzsche, criados a qualquer momento pela liberdade radical no existencialismo sartriano. Idem p. 481.

formação social; e, ao mesmo tempo, abandonar o conceito mais restrito, pelo qual cultura é apenas o modo da produção escrita provinda, de preferência, das instituições de ensino e pesquisa superiores.

Sabemos que é lugar onde se constroem as relações familiares, onde se fixa o sentimento de pertencimento, onde guardamos nossas raízes, memórias e identidade. Daí a importância também do lugar, do local para a formação da cultura popular, a qual, segundo Bosi (2003, p. 324), implica modos de viver:

O alimento, o vestuário, a relação homem-mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as práticas de cura, as relações de parentesco, a divisão das tarefas durante a jornada e, simultaneamente, as crenças, os cantos, as danças, os jogos, a caça, a pesca, fumo, a bebida, os provérbios, os modos de cumprimentar, as palavras tabus, os eufemismos, o modo de visitar e ser visitado, as romarias, as promessas, as festas de padroeiro, o modo de criar galinha e porco, os modos de plantar feijão, milho e mandioca, o conhecimento do tempo, o modo de rir e de chorar, de agredir e de consolar [...].

A preocupação aqui é, que tipo de cultura e sociedade estaremos transmitindo às gerações futuras? Como podemos manter o lado bom das tradições, preservando nossos símbolos e valores? Esses elementos, calcados na ética e no respeito pelo ser humano, são fundamentais para o comprometimento com a mudança e com a justiça social.

O processo histórico da nossa colonização nos fez herdar uma elite que está no poder há cinco séculos. Segundo Chauí (2006, p. 58), “não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o aparelho do Estado, mas porque tem competência para detê-los, isto é, porque detém o saber”. Reforçando o pensamento acima mencionado, Ribeiro (1995, p. 68) afirma que “nada é mais continuado, tampouco é tão permanente, ao longo desses cinco séculos do que essa classe dirigente exógena e infiel ao seu povo”.

Tudo, nos séculos, transformou-se incessantemente. Só ela, a classe dirigente, permaneceu igual a si mesma, exercendo sua interminável hegemonia. Senhorios velhos se sucedem em senhorios novos, super-homogêneos e solidários entre si, numa férrea união superarmada e a tudo predisposta para manter o povo gemendo e produzindo. Não o que querem e precisam, mas o que lhes mandam produzir, na forma que impõem, indiferentes a seu destino (RIBEIRO, 1995, p. 69).

Contrapondo-se a essa lógica perversa de expropriação e exploração, alicerçada numa proposta de criação/recriação de um espaço social humanizado e socialmente mais justo, e considerando as necessidades, os valores, os símbolos e as culturas locais é que um grupo de organizações não governamentais (ONGs) vem investindo em diversas frentes junto às comunidades do semiárido nordestino, região brasileira que mais sentiu e que ainda traz consigo as marcas profundas da herança nociva do processo colonizador europeu.

Trazendo essa lógica para as comunidades de Lajedo de Timbaúba e Cajazeiras II, podemos observar a relação que as duas comunidades mantêm com a natureza, a partir dos seus valores e costumes.

Ratificamos essa observação a partir da afirmativa de que qualquer grupo social precisa de um espaço/território para se reproduzir e se desenvolver a partir dos seus valores, costumes e relações sociais vigentes.

Daí a importância do lugar, do local, pois é no local que o ser humano constrói relações sociais, voltadas para as suas necessidades específicas, que passem pelos interesses dos sujeitos locais que habitam a localidade.

Nessa perspectiva, como explica Moura (1986, p. 69):

[...] o conceito de camponês tem um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias e sugere imediatamente características da sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político. Se por um lado essas características são recortadas dialeticamente por outras providas da classe dominante ou, mais difusamente, do conjunto da sociedade, essa conceituação permite penetrar abertamente no espaço das superestruturas, da cultura, do modo de vida.

Assim se coloca a importância da propriedade camponesa para o camponês no processo de sua reprodução, pois, como afirma Paulino (2003, p. 20), ela “constitui-se em terra de trabalho, restrita a exploração ao regime familiar, não sendo instrumento de acumulação de capital, mas de sobrevivência da família”.

Ao se colocar sobre esse tema, Paulino (2003, p. 20), afirma que “essa dualidade terra de negócio *versus* terra de trabalho somente se explica através do caráter contraditório do desenvolvimento capitalista, que comporta tanto a propriedade privada capitalista quanto a propriedade privada camponesa”.

É neste contexto que se explica a terra camponesa em Cajazeiras II e em Lajedo de Timbaúba.

1.2 A espacialização do território

Ao buscarmos desenvolver a nossa pesquisa sobre o semiárido nordestino recorreremos inevitavelmente a conceitos inerentes à geografia como espaço, lugar e território. A tentativa de evidenciar os conceitos citados, nos levaram a consultar alguns autores da Geografia, tais como Milton Santos (1986), Lenyra Rique da Silva (2001), Eliane Tomiasi Paulino (2003) e (2008), bem como, Costa (2004, p. 105), que afirma:

Seguindo a lógica do pensamento de Deleuze e Guattari, Doel vê o espaço como algo sempre em processo, um permanente “tornar-se” (ou “devir”, segundo a tradução brasileira). Para ele, “se logo existe, é apenas enquanto confluência, interrupção e coagulação de fluxos”. Em consequência, não há “última instância” ou estrutura primeira, solidez e fluidez nunca estão separadas, “a permanência é um efeito especial da fluidez”.

Ao buscar compreender o espaço geográfico segundo uma visão marxista, é preciso, no entendimento de Silva (2001, p. 19), “apreendê-lo como ele é na sua essência, como totalidade, com todos os conflitos, mediações, que se articulam num processo incomensurável, interminável”. Assim, o espaço geográfico, discutido, pensado e repensado enquanto investigação científica, na ótica dialética, significa a apreensão desse mesmo espaço em sua totalidade. Isso nos faz refletir que na dialética não há uma preocupação com o que será tratado no início e no final da investigação científica.

O raciocínio dialético é a antítese do raciocínio formal; a lógica formal corresponde a só um momento da lógica dialética. Enquanto a lógica formal se raciocina em linha reta, com se o raciocínio pudesse ser representado geometricamente por um segmento retilíneo, na dialética se caminha em todas as direções, como se a realidade tivesse a forma geométrica de círculos que se justapõem em espiral (SILVA, 2001, p. 20).

Sabemos que toda produção e reprodução das relações sociais no planeta se manifestam no espaço geográfico, sendo que esse espaço humanizado estará sempre, de acordo com Silva (2001, p. 55), submetido “à tridimensionalidade espaço-temporal (passado; presente; futuro; lugar A, B, C, etc)”. Essa afirmativa é ratificada por Santos (1986, p.189) quando ele diz que “o comportamento do espaço depende tanto das ações passadas como das ações atuais”. E ainda quando ele diz que “a terra não é um ator mudo, um testemunho” (SANTOS, 1986, p. 134).

Segundo Silva (2001, p. 20) “as totalidades, os movimentos do espaço geográfico expressam o movimento dialético da matéria natural e social e suas determinações específicas em termos de tempo e lugar”.

O espaço na geografia se constituiria de uma síntese, guardando ao mesmo tempo uma diversidade, submetida ao fator lugar, com todas as suas manifestações contraditórias, centradas nas relações humanas coisificadas, nas relações humanizadas entre coisas e nas relações predatórias entre a classe dominante e a natureza (SILVA, 2001, p. 21).

Temos a consciência que a natureza sempre foi considerada um celeiro para o homem, inclusive desde que o homem se encontrava em sua fase pré-social. Para que o homem se transformasse em homem social, foi preciso que ele se tornasse o centro da natureza, para tanto foi necessário e fundamental a utilização consciente por parte desse homem dos instrumentos de trabalho.

Nesse momento a natureza deixa de comandar as ações dos homens e a atividade social começa a ser uma simbiose entre o trabalho do homem e uma natureza cada vez mais modificada por esse mesmo trabalho. Essa fase da história não poderia realizar-se se não houvesse um mínimo de organização social e sem uma organização paralela do espaço (SANTOS, 1986, p.161).

Portanto, é de suma importância reconhecer que o espaço humano é resultado da produção em qualquer que seja o período histórico. Assim, reconhecendo essa afirmativa e as peculiaridades de cada sociedade, não podemos pensar em um espaço único na geografia. Ao trazer esse conceito para o espaço atual brasileiro, jamais poderíamos compará-lo, por exemplo, com o espaço que havia há cinquenta anos. Como também podemos observar que:

[...] o espaço agrário brasileiro e o industrial não são homogêneos; o espaço da pequena produção nordestina não é exatamente o mesmo da produção mercantil do sul do país. Todos eles, no entanto, têm um traço comum, estão submetidos ao mesmo modo de produção; em qualquer um deles há exploração econômica, em todos eles existe um componente terra, a base física, que em qualquer parte da sociedade capitalista tem um preço, um valor de troca, e se constitui em monopólio privado de uma classe – os proprietários de terra (SILVA, 2001, p. 21).

Pensando assim, não podemos deixar de considerar que os aspectos e traços culturais da população do lugar têm fundamental importância para a produção do espaço social. Outro elemento relevante que devemos considerar é a história do lugar, a qual é também marcada pela ação do Estado, cujo papel é reconhecidamente importante em seu cotidiano, sendo muitas vezes, segundo Santos (1986, p. 184), “[...] chamado a se intrometer cada vez mais em domínios diversos, seja para tentar estabelecer ou restabelecer o chamado equilíbrio social”. E ainda, segundo Santos (1986), para ofertar aos cidadãos respostas cada vez mais diretamente ligadas às necessidades da vida cotidiana, tais como, educação, saúde, trabalho, transportes e lazer dentre outros.

Assim, se tomamos os problemas do ponto de vista das relações internacionais ou se levamos em consideração os problemas da vida cotidiana do mais modesto cidadão, o Estado aparece como um fator por excelência de elaboração do espaço e deve, pois, ser considerado como elemento fundamental de seu estudo, mesmo se a ação do Estado, quanto à reformulação do espaço, é marcada por contingências e por limitações (SANTOS, 1986, p. 184).

Segundo Santos (1986), a combinação característica de cada lugar é única, o que faz surgir um conjunto de ações multilaterais que se materializam em tempos diferentes sobre cada lugar e conseqüentemente em todos os pontos da superfície do planeta. Portanto, ao pensar em explicar as localizações específicas devemos ter em mente as ações do presente e do passado, bem como, considerar as ações locais e extralocais. Para Santos (1986, p. 211):

[...] o lugar assegura assim a unidade do contínuo e do descontínuo, o que a um tempo possibilita sua evolução e também lhe assegura uma estrutura concreta inconfundível. Em um ponto determinado no tempo, as variáveis do espaço são assíncronas de um ponto de vista genético, isto é, levado em conta as diferenças de “idade” que as caracterizam no pólo do sistema e nos outros pontos periféricos

do espaço. No entanto, as variáveis funcionam sincronicamente em cada “lugar”. Todos trabalham em conjunto, graças às relações de ordem funcional que mantêm. Cada lugar é, a cada momento, um sistema espacial, seja qual for a “idade” dos seus elementos e a ordem em que se instalaram. Sendo total, o espaço é também pontual.

Não é suficiente afirmar que o espaço é o resultado da acumulação do trabalho de uma sociedade global, além de ser obra do caminho histórico percorrido pela sociedade. No entendimento de Santos (1986, p. 213):

A sociedade se transforma em espaço através de sua redistribuição sobre as formas geográficas, e isto ela o faz em benefício de alguns e em detrimento da maioria; ela também o faz para separar os homens entre si.

Para o autor, esta capacidade possibilita atribuir:

[...] um pedaço de espaço segundo um valor comercial: e o espaço-mercadoria vai aos consumidores como uma função de seu poder de comprar. O estudo do espaço exige que se reconheça os agentes dessa obra, o lugar que cabe a cada um, seja como organizador da produção e dono dos meios de produção, seja como fornecedor de trabalho (SANTOS, 1986, p. 214).

No atual estágio de desenvolvimento do capital, o território deve ser apreendido como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo/mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, dentre outras), em que o Estado desempenha a função de regulação e o território é produto concreto da luta de classes no processo de produção.

Seguindo esse entendimento, Paulino (2003, p.102), diz que:

[...] a constatação de que o capital, ao invés de se territorializar, monopoliza o território, pressupõe uma ruptura com o entendimento de que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas culminaria na bipolarização entre o capital e o trabalho, ou sua variante, na separação entre meios de produção e força de trabalho. Por sua vez, designa a possibilidade de que a lógica da acumulação ampliada não sofra restrições, ainda que determinados agentes não atuem diretamente na esfera produtiva, controlando apenas a circulação das mercadorias.

Portanto, considerando a atual fase do avanço do capital sobre o território, podemos afirmar que “o debate acerca do território nunca foi tão oportuno, dada a redefinição das estratégias de acumulação de capital e, conseqüentemente, da subordinação dos bens, recursos e energia vital aos imperativos da acumulação” (PAULINO, 2008, p. 214).

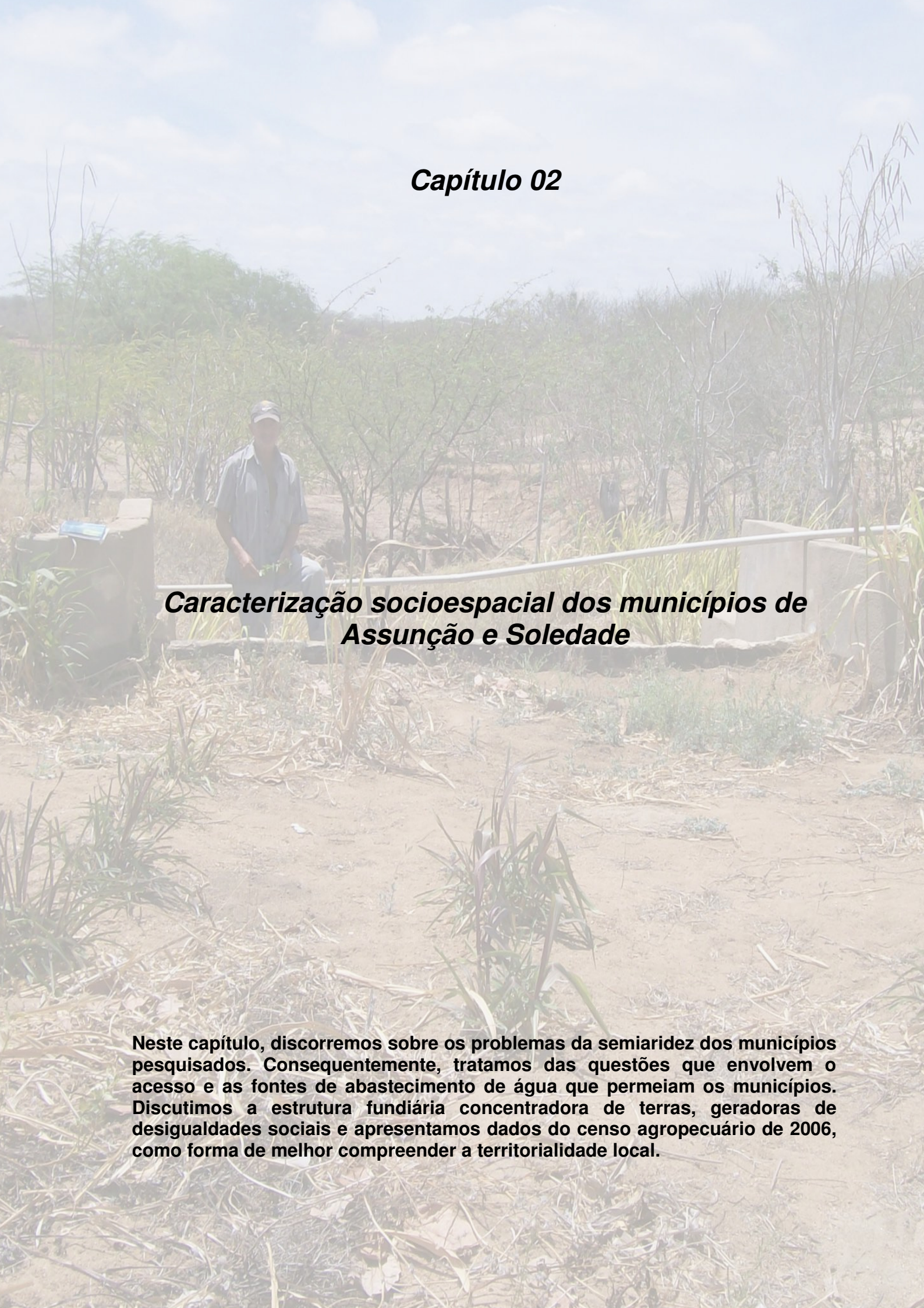
Sabemos que não é a acumulação simples o principal ingrediente da força motriz desse modo de produção, mais sim a acumulação ampliada, a qual exerce uma avidez constante e continuada sobre os bens materiais que possam se transformar em mercadorias. Neste sentido, se faz necessário:

[...] atentar para a ordenação do território, que ganha relevância ímpar, porque é este que comporta as ações de produção, circulação e consumo, o tripé da valorização capitalista que culmina na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida (PAULINO, 2008, p. 214).

Devemos entender as configurações do território como um resultado das forças complexas e unificadas, observando, entretanto, a real existência de uma lógica constante, que é o estreito elo entre a configuração e a lógica do desenvolvimento do capital com as condições históricas estabelecidas, as quais podemos entender com sendo: políticas, fiscais, sociais e conflituais.

Há que se considerar, assim, que o território é, ao mesmo tempo, um agente e um receptáculo do processo de produção capitalista, cuja lógica hegemônica inscreve os contornos dos arranjos existentes. Pensar em contorno é assim, negar a idéia de arranjo acabado, tendo em vista a confluência de embates movidos por interesses divergentes, e que não estão restritos aos conflitos entre as classes, mas também intra-classes e que, ao fim, impedem a delimitação dos espaços de poder ao gosto dos seus agentes, traduzindo-se sempre em rearranjos (PAULINO, 2008, p.215).

Ao trazermos essa discussão para o âmbito do campesinato brasileiro, o qual é marcado por recuos, avanços e impasses em seu processo de recriação, devemos entendê-lo, segundo Paulino (2008, p. 213), “no contexto dos territórios em disputa e que, neste momento, reafirma a sua capacidade de recriar-se, a despeito dos bloqueios oriundos do pacto hegemônico e sua vinculação com o agronegócio”.

A person wearing a cap and a light-colored shirt stands in a semi-arid landscape. The ground is dry and sandy, with sparse, low-lying vegetation. In the background, there are more trees and a clear sky. A concrete structure, possibly a water channel or a small dam, is visible in the foreground.

Capítulo 02

Caracterização socioespacial dos municípios de Assunção e Soledade

Neste capítulo, discorreremos sobre os problemas da semiaridez dos municípios pesquisados. Consequentemente, tratamos das questões que envolvem o acesso e as fontes de abastecimento de água que permeiam os municípios. Discutimos a estrutura fundiária concentradora de terras, geradoras de desigualdades sociais e apresentamos dados do censo agropecuário de 2006, como forma de melhor compreender a territorialidade local.

Nossa pesquisa foi desenvolvida nos municípios de Assunção e Soledade, situados, respectivamente, a cerca de 240 km e 170 km de João Pessoa. Consideramos como recorte espacial os sítios de Cajazeiras II inserido no município de Assunção e o sítio de Lajedo de Timbaúba localizado no município de Soledade.

Os municípios escolhidos para a realização da pesquisa direta estão situados numa região em que a semiaridez e a escassez de água se encontram aliadas à ineficiência de políticas públicas, mais precisamente do poder público local, que na maioria das vezes se mantém distante de ações e projetos que possam inserir um plano de convivência eficaz com as áreas ciclicamente afetadas pela estiagem, capaz de criar melhores condições de vida para a população carente e excluída. Esta exclusão atinge uma grande parte da população do semiárido, que se mantém fora da terra, sem saneamento básico, sem educação de qualidade e sem água. Este conjunto de fatores é responsável por índices alarmantes de miséria e por ciclos migratórios constantes. Ao destacarmos esses aspectos do quadro socioambiental, não queremos reforçar o imaginário social gestado no Nordeste brasileiro de que o quadro climático dessa região é determinante à sua condição de “região pobre”. Antes buscamos destacar exemplos de outras regiões do mundo que, tendo condições climáticas semelhantes, tornaram-se celeiros de produção agrícola. Com esta assertiva reafirmamos as palavras de Menezes (2002, p. 03), para quem “a origem da miséria nordestina não está na escassez de água nem na irregularidade dos invernos, mas na forma como a sociedade da região está organizada”.

Sabemos que é possível a convivência e a adaptação do homem às regiões com alto grau de escassez de água, desde que hajam políticas públicas adequadas, o que nos leva a concluir que a seca é inibidora do crescimento social e econômico, contudo, não é determinante. A forma como a sociedade nordestina está organizada é muito mais marcante e geradora de desigualdades do que esse fenômeno climático.

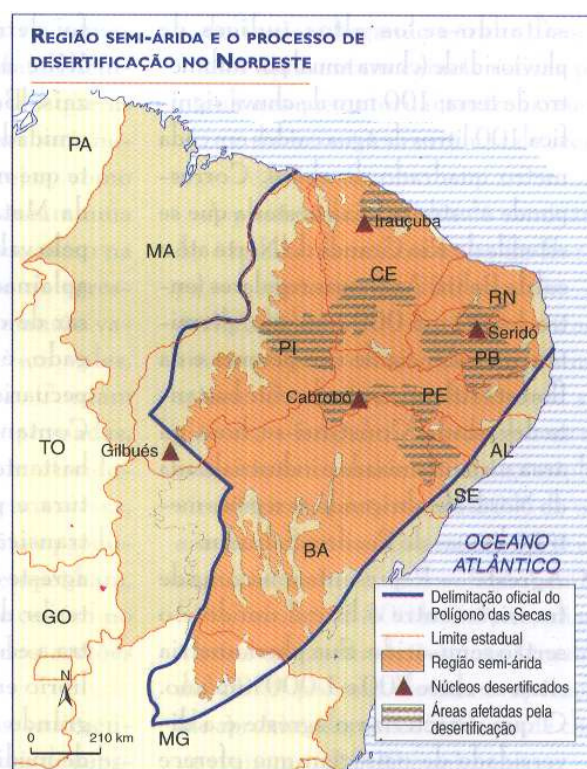
“Esse fenômeno físico, como já foi demonstrado por outros países, não constitui causa suficiente para explicar a situação de exploração, miséria e ignorância a que está submetida grande parte da população nordestina” (Menezes, 2002, p. 4).

Temos como exemplos de convivência com a semiaridez os casos de países como Israel, China, Índia e Estados Unidos onde, na Califórnia, numa área

totalmente árida, se consegue obter excelente grau de rentabilidade e produtividade de uma região com gravíssimos problemas hídricos e de solos. Essa mesma realidade se aplica ao Estado de Israel, que está inserido num deserto e com péssimas condições do solo e de recursos hídricos, e mesmo assim se obtém, através do uso de tecnologias modernas, excelentes índices de produtividade agrícola e total aproveitamento dos poucos recursos hídricos existentes. Neste sentido, Menezes (2002, p. 73) reforça o que já asseveramos, ao afirmar que:

A maior potência do mundo, os EUA, tem 67% de sua superfície seca ou desértica. Israel, um país com área equivalente ao oeste do Rio Grande do Norte, apesar de ter 100% do seu território dividido entre a seca e o deserto, também transformou-se em uma potencial agrícola mundial.

Abaixo observamos a região semiárida do nordeste brasileiro, com destaque para as áreas que se encontram em processos de desertificação, bem como a área delimitada pelo polígono das secas, onde podemos visualizar o estado da Paraíba.



Fonte: M. N. Souza. *Redimensionamento da região semi-árida do Nordeste do Brasil*. Fortaleza. Seminário Latino-Americano da Desertificação. Apud J. B. Conti. *Desertificação nos trópicos*. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1995; Ministério do Meio Ambiente. *Desertificação: características e impactos*. Projeto BRA93.

Ilustração 02 – Mapa da região semi-árida do Nordeste brasileiro. Fonte na ilustração.

2.1 Quadro ambiental dos municípios de Assunção e Soledade

O semiárido nordestino tem uma vegetação de caatinga muito rica, sua biodiversidade e sua capacidade de recuperação mesmo após longos períodos de estiagem, já estão fortemente registradas na literatura acadêmica por autores como Josué de Castro, Euclides da Cunha, José Américo, Manuel Correia de Andrade, dentre outros, conforme destaca Ab'Sáber (1999, p. 85).

Essa capacidade da vegetação da caatinga de se recuperar é essencial para a conservação da biomassa no semiárido. Esse processo de recuperação se manifesta logo após as primeiras chuvas no sertão, após um longo período de estiagem é comum acontecer o rebrotar das folhas miúdas e do verde nos arbustos depois das primeiras chuvas. Essa característica comum na paisagem do semiárido nordestino foi amplamente registrada em nossas pesquisas de campo nas duas comunidades estudadas.

Ab'Saber (1999) faz duras críticas às políticas públicas empregadas pelos governantes ao longo do nosso processo histórico, políticas essas que se mostraram inadequadas para uma convivência com a seca e para o estabelecimento de condições adequadas a realidade da sobrevivência dos sertanejos numa região bastante castigada pelos processos naturais.



Ilustração 03 – Vegetação de caatinga, castigada pela seca em área desmatada. Assunção-PB. Pesquisa direta, fevereiro de 2003.



Ilustração 04 – Vegetação de caatinga, após inverno. São João do Cariri-PB. Trabalho de Campo/PGGA, abril de 2002. Foto do autor.

É preciso ficar atento a relevante necessidade de se compreender a dinâmica dos sertões secos, analisando as originalidades da terra e os impactos da semiaridez sobre a vida e o cotidiano do sertanejo, mostrando sua força ao enfrentar corajosamente as condições adversas para preservar o dom da vida. Conforme expõe Ab`Saber (1999) fica evidente que, apesar da estrutura agrária injusta, esta é a região semiárida mais povoada do mundo.

Ratificando sua afirmativa, Ab`Sáber (1999, p. 36) discorre ainda sobre a questão agrária, assegurando que “a experiência nos permite afirmar que não existe qualquer possibilidade de uma reforma agrária verdadeira sem que se transforme a estrutura agrária regional”. Neste sentido, ele afirma que:

[...] é preciso ainda adotar-se padrões mais polivalentes de produção, de modo a garantir a continuidade da produção rural em todos os tipos e tempo. É não dar tréguas às oligarquias locais, imbatíveis na sua maciça insensibilidade humana (AB`SABER, 1999, p. 36).

Neste sentido, passamos a discorrer, de forma sucinta, sobre os municípios de Assunção e Soledade, estabelecendo uma caracterização socioespacial desses territórios municipais.

Os dois municípios estão localizados no semiárido paraibano, estando Assunção inserida no Cariri Ocidental e Soledade no Curimataú Ocidental, e ambos fazem parte, do ponto de vista geomorfológico, da Superfície Elevada Aplainada da Borborema, com baixos índices pluviométricos e má distribuição de chuvas ao longo do ano. Ratificando essa afirmativa, assegura Andrade (1999, p. 7) que, “um dos grandes problemas dos climas áridos e semi-áridos é a inconstância das chuvas, que são escassas ou se concentram em um curto período do ano, com numerosos meses sem precipitações”.

As duas comunidades estudadas nessa pesquisa apresentam características fisiográficas semelhantes. Pudemos, em diversos momentos, observar a paisagem nos períodos de estiagem e no inverno, ocasião em que as áreas recebiam chuvas irregulares, como foi o caso em 2007, bem como em 2008, quando as chuvas registradas ficaram acima das médias anuais, em virtude do fenômeno La Nina¹⁰.

¹⁰ La Nina representa um fenômeno oceânico-atmosférico com características opostas ao El Niño, e que caracteriza-se por um esfriamento anormal nas águas superficiais do Oceano Pacífico Tropical, o que ocasiona aumento nas precipitações e vazões dos rios do Nordeste brasileiro. Fonte: <http://www.cptec.inpe.br>.



Ilustração 05 – Área ao lado da barragem subterrânea em Lajedo de Timbaúba, no período chuvoso. Soledade-PB. Pesquisa direta, abril de 2007. Foto do autor.



Ilustração 06 – Área da barragem subterrânea no período da estiagem. Lajedo de Timbaúba, Soledade-PB. Pesquisa direta, novembro de 2007. Foto do autor



Ilustração 07 – Área de plantio na comunidade de Cajazeiras II em Assunção-PB, no período das chuvas. Pesquisa direta, abril de 2007. Foto do autor.



Ilustração 08 – Área de plantio na comunidade de Cajazeiras II em Assunção-PB, no período da estiagem. Pesquisa direta, novembro de 2007. Foto do autor.

Nos períodos de estiagem os riachos secaram, a vegetação ficou escassa, o índice pluviométrico caiu de forma drástica, a terra ficou árida, influenciando de forma significativa o plantio das culturas tradicionais e a criação animal, o que demandou um maior esforço por parte dos camponeses em convivência com as adversidades naturais. Em contrapartida, nos períodos com maior volume de água, ou seja, nos meses de fevereiro a abril, a terra se tornou mais propícia ao cultivo e ao final do período das chuvas, a colheita tornou-se mais satisfatória e com melhores resultados para os moradores dos sítios. Essa situação pode ser claramente observada nas fotografias apresentadas acima e na página seguinte.



Ilustração 09 – Leito seco do riacho, Lajedo de Timbaúba, Soledade-PB, no período da estiagem. Pesquisa direta, Novembro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 10 – O mesmo leito do riacho, em Lajedo de Timbaúba, Soledade-PB, no período chuvoso. Pesquisa direta, junho de 2008. Foto do autor.



Ilustração 11 – Estrada de barro, acesso a Lajedo de Timbaúba. No período da estiagem a caatinga “perde” suas folhas, como forma de proteção. Soledade-PB. Pesquisa direta, Novembro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 12 - O rebrotar da caatinga na mesma estrada de barro que dá acesso a Lajedo de Timbaúba, registrada agora no período das chuvas. Soledade-PB. Pesquisa direta, junho de 2008. Foto do autor.



Ilustração 13 – Plantio de palma forrageira, alternativa para os animais de criação no período da estiagem. Lajedo de Timbaúba, Soledade-PB. Pesquisa direta, Novembro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 14 – Plantação de milho e espécies alternativas, registrada no período das fortes chuvas no ano. Soledade-PB. Pesquisa direta, junho de 2008. Foto do autor.

Pudemos observar um maior volume de água nos barreiros, nos tanques de pedra e nas cisternas de placas. A vegetação de caatinga e as espécies vegetais

alternativas¹¹ de Lajedo de Timbaúba recuperaram suas folhagens. Nesse período, as fruteiras das duas comunidades apresentaram uma melhor colheita, servindo para o consumo das famílias e para a comercialização, no caso de Cajazeiras II. Em Lajedo de Timbaúba, esse período chuvoso trouxe a possibilidade de uma maior produção de frutas nativas ou não¹², destinadas ao fabrico de polpas e doces.

No que se refere aos recursos hídricos, Assunção e Soledade fazem parte da bacia hidrográfica do rio Taperoá, localizada na parte central do estado da Paraíba.

Lacerda e Barbosa (2006, p. 64) referem-se à bacia do Taperoá da seguinte forma:

Seu principal rio é o Taperoá, de regime intermitente, que nasce na serra do Teixeira e desemboca no rio Paraíba, no açude Presidente Epitácio Pessoa. A bacia drena aproximadamente 7.316 Km² (PARAÍBA, 1997). Recebe contribuições de cursos d'água como os rios São José dos Cordeiros, Floriano, Soledade e Boa Vista e dos riachos Carneiros, Mucuí e da Serra.

Nos leitos dos rios que cortam o território de Assunção e Soledade, os lençóis freáticos se afundam e se ressecam. Nessas circunstâncias, a sabedoria popular adotou a prática de utilizar o leito seco arenoso, que possui água por baixo das areias de seu leito seco, capaz de fornecer água para fins domésticos e dar suporte para culturas de vazantes.

Conforme destaca a literatura acadêmica, o semiárido nordestino comporta elevados níveis de calor.

O sistema climático regional envolve uma fortíssima entrada de energia solar, ao lado de precipitações relativamente escassas e muito irregulares. Na área principal do domínio seco nordestino, as médias térmicas anuais são muito elevadas e relativamente constantes, oscilando entre 26 e 27 graus. Por sua vez, as precipitações concentradas em torno dos meses de verão – são irregulares no espaço e no tempo, totalizando médias anuais que variam entre 300 mm e 250 mm (AB'SÁBER, 1980, p. 8).

Corroborando com Ab'Saber, Andrade (1999, p. 22), afirma que “[...] o problema da semi-aridez, porém, não depende unicamente da temperatura, apesar

¹¹ Maior detalhamento entre as páginas 89 e 93.

¹² Umbú, caju, manga, acerola, graviola, coco-da-baía, dentre outras.

desta contribuir para uma elevada taxa de evaporação, ela depende muito da quantidade e da distribuição das chuvas”.

Nesse quadro ambiental se inserem os municípios de Assunção e Soledade. Frequentemente eles são inseridos, através do poder local, no quadro de municípios em situação de emergência, os quais recebem água através dos carros-pipa, distribuída pelo exército brasileiro. As famílias de maior renda realizam a compra direta da água dos carros-pipa a particulares. Fica evidente que para o poder local essa é mais uma forma de dominação e dependência das populações carentes. Trata-se na realidade da manutenção da política de favores e apadrinhamento, que os políticos locais utilizam há bastante tempo.

A água utilizada nesse processo de “ajuda” à população dependente desse recurso é oriunda do açude Boqueirão em Campina Grande e distribuída gratuitamente para abastecimento das comunidades rurais, havendo um prévio cadastramento das cisternas de placas a serem beneficiadas. No tocante à compra dos carros-pipa por particulares, trata-se de uma pequena minoria privilegiada, que detém recursos suficientes para comercialização do bem privatizado a partir de sua aquisição por proprietários de terras nos dois municípios.

Além das dificuldades de ordem climática, o semiárido paraibano apresenta “limitações edáficas¹³”, sendo composto por solos rasos e pedregosos e em sua maioria salgados, devido à grande quantidade de minerais existentes. Essa condição do solo do semiárido influencia de forma significativa a atividade agrícola, com repercussões sobre a ocupação no território.

No setor ocidental da Borborema, a “evaporação é muito forte e interfere de maneira significativa nos componentes hídricos locais, neutralizando, em parte, os efeitos das chuvas já irregulares e escassas” (CARVALHO, 1982, p. 42).

Embora os dois municípios façam parte da referida bacia, juntos eles sofrem de forma sistemática os nocivos problemas relacionados à escassez de água. O município de Assunção convive com sérios problemas no tocante à falta de água potável, a cidade é precariamente abastecida. Mediante pesquisa de campo¹⁴,

¹³ Concernente à parte agrícola ou coloidalmente mais ativa do solo. GUERRA, A. T. e GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.218.

¹⁴ Pesquisa de campo realizada em 21.02.2003.

fizemos a seguinte constatação: dos 692 domicílios¹⁵ existentes no município, apenas 114 recebiam uma pequena cota de água encanada, o que representa somente 16,47% desse total. A grande maioria, ou seja, 578 domicílios (83,53% dos domicílios) não têm acesso à água encanada, o que tem gerado na comunidade uma grande angústia pela busca de água.

Pelo diagnóstico¹⁶ realizado pelo Ministério das Minas e Energia, através do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM), foi registrada em Assunção a existência de 19 poços tubulares. Com relação à propriedade dos terrenos onde estão localizados os pontos d'água cadastrados, a pesquisa aponta que desse total, 100% deles estão em propriedades particulares. Entende-se por terrenos públicos aqueles de serventia pública e por particulares, de uso privado.

Quanto ao tipo de abastecimento a que se destina a água, os pontos cadastrados foram classificados em: *comunitários*, quando atendem a várias famílias e *particulares* quando atendem apenas ao seu proprietário. Neste sentido, 52% dos pontos d'água destinam-se ao atendimento comunitário, 11% ao consumo de propriedades privadas e 37% dos pontos não tiveram a finalidade do abastecimento definida.

Em relação ao uso da água, 33% dos pontos cadastrados são destinados ao uso doméstico primário (água de consumo humano para beber); 32% são utilizados para o uso doméstico secundário (água de consumo humano para uso geral); 11% para agricultura e 24% para o uso animal.

Quanto à qualidade das águas dos pontos cadastrados, o relatório, conforme a Portaria nº 1.469/FUNASA, estabelece padrões de potabilidade da água para consumo humano: o valor máximo permitido para os Sólidos Totais Dissolvidos (STD) é 1000 mg/l, e teores elevados deste parâmetro indicam que a água tem sabor desagradável, podendo causar problemas digestivos, principalmente nas crianças, e também danificar as redes de distribuição.

Para efeito de classificação das águas dos pontos cadastrados no município, segundo o PRODEEM, foram considerados os seguintes intervalos de STD: 0 a 500 mg/l = água doce; 501 a 1.500 = mg/l água salobra; > 1.500 mg/l = água salgada.

¹⁵ Dados do censo populacional do IBGE (2000).

¹⁶ Diagnóstico realizado em out. 2005 pelo Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios. Fonte: CPRM/PRODEEM.

Ainda, segundo o relatório, foram coletadas e analisadas amostras de 14 pontos d' água. Os resultados das análises mostraram valores oscilando de 172,90 e 11.726,00 mg/l, com valor médio de 2.621,59 mg/l.

O relatório chega a seguinte conclusão no que se refere à classificação das águas subterrâneas no município de Assunção: há predominância de água salina em 36% dos pontos pesquisados e 29% de água salobra deles, sendo que 35% desses poços apresentaram água doce.

Fica evidente a necessidade de uma urgente intervenção do poder público local, especialmente no que concerne aos poços comunitários, visando à instalação de dessalinizadores, para melhoria da qualidade da água oferecida à população e redução dos riscos à saúde existentes.

O relatório recomenda que deva ser analisada a possibilidade de treinamento de moradores das proximidades dos poços, para manutenção de bombas e dessalinizadores em caso de pequenos defeitos, ou ainda, para serem os responsáveis por fazer comunicação à Prefeitura Municipal, em caso de problemas mais graves, para que sejam tomadas ou articuladas as medidas cabíveis.

Quanto ao município de Soledade, os principais corpos de acumulação hídrica são: os açudes Soledade e Santa Teresa, além das lagoas: Maria Preta, dos Pereiras, de Dentro e Nova.

Além do Programa um Milhão de Cisternas de Placas - P1MC, voltado para abastecer de água as comunidades rurais, levando assim cidadania e dignidade para essas comunidades, a ASA, em parceria com o Governo Federal, com a Petrobras, Fundação Banco do Brasil e com apoio da RTS, lançou, no dia 17.04.2007 em Soledade, na comunidade rural de Lajedo de Timbaúba, um novo programa denominado Programa Uma Terra Duas Águas - P1+2. O foco do programa é a promoção da segurança alimentar e geração de renda dos camponeses, a partir do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos.

Levantamento semelhante e seguindo os mesmos métodos de trabalho e pesquisa, realizado pelo Ministério das Minas e Energia no município de Soledade, apresenta resultado diferente do encontrado em Assunção no tocante a quantidade de poços registrados e encontrados. Segundo o PRODEEM, há registro de apenas um poço tubular em operação no município, sendo esse localizado em propriedade

privada, contudo, sua finalidade se destina ao atendimento eminentemente comunitário.

Os dados revelam que 50% da água captada do poço se destinam ao consumo doméstico primário, sendo os outros 50% alocados para o consumo dos animais. No que diz respeito aos padrões de potabilidade da água, o relatório sobre o poço tubular de Soledade apresenta, conforme a classificação das águas já citadas anteriormente, valor médio de 7.605,00 mg/l, verificando assim a predominância de água salina.

As gestões municipais dos dois municípios precisam ficar atentas a um fato importante que é a questão do rejeito, pois o lançamento inadequado dos rejeitos dos possíveis dessalinizadores, geralmente quando ocorre diretamente no solo, traz problemas agudos para o meio ambiente, causando degradação ambiental. Faz-se necessário dotar os poços equipados com dessalinizadores, de um receptáculo adequado, evitando a poluição do aquífero e a salinização do solo.

É recomendação do Ministério que todos os poços sejam submetidos à manutenção periódica¹⁷ para assegurar o seu pleno funcionamento, principalmente em tempos de estiagem prolongada. O Ministério afirma ainda que, para assegurar a boa qualidade da água do ponto de vista bacteriológico, devem ser implantadas em todos os poços, ativos e paralisados, possíveis de recuperação, medidas de proteção sanitária, tais como selo sanitário, tampa de proteção, limpeza permanente do terreno, cerca de proteção, dentre outras. Acreditamos que isto possa ser facilmente articulado entre as Prefeituras Municipais e a própria população beneficiária dos poços, desde que haja iniciativas do poder local e engajamento político das comunidades envolvidas.

Quanto aos poços abandonados, devem ser tomadas medidas de contenção, como a colocação de tampas soldadas ou aparafusadas, visando evitar a contaminação do lençol freático, provocada pela queda acidental de pequenos animais e/ou pela introdução dos mais variados objetos, especialmente os colocados por crianças, um fato muito comum nas áreas visitadas.

¹⁷ Por manutenção periódica entende-se um período, no mínimo anual, para retirada de equipamento do poço e sua manutenção e limpeza, além de limpeza do poço como um todo, possibilitando a recuperação ou manutenção das suas vazões originais.

Os fatores climáticos somados à ausência de políticas públicas locais que favoreçam a convivência com esses fatores constituem-se em desafios a serem enfrentados pelos camponeses da região.

2.2 Aspectos socioeconômicos dos municípios de Assunção e Soledade

Para os camponeses, a implementação de políticas públicas e orientação técnica adequada são fundamentais para que se possa estabelecer uma convivência mais harmônica no tocante às questões de ordem climática que afetam a população durante os longos períodos de estiagens, bem como se faz necessária uma política de acesso a terra, mais justa e democrática, pois como podemos verificar nas tabelas 02 e 03 a seguir, a concentração fundiária continua presente no processo histórico de construção da territorialidade do semiárido paraibano. Abaixo, apresentamos dados da estrutura fundiária dos municípios de Assunção e Soledade, respectivamente.

Área – em hectares	Total de imóveis	Total – em hectares
Até 5 ha	07	25,6 ha
5,1 – 10 ha	06	45,0 ha
10,1 – 50 ha	17	410,2 ha
50,1 – 100 ha	02	117,9 ha
100,1 – 200 ha	01	184,0 ha
200,1 – 500 ha	02	542,6 ha
Total Geral	35	1325,30 ha

Tabela 02 – Estrutura fundiária do município de Assunção – PB, 2008. Fonte: INCRA. Informação coletada em 23 de outubro de 2008.

A tabela 02 apresenta dados da estrutura fundiária de Assunção. Nela podemos observar que do total de 35 estabelecimentos, 30 são propriedades com área menor ou igual a 50 hectares, o que representa 85,71% das propriedades. Contudo, em termos de área, essas 30 propriedades apresentam apenas 480,80 hectares de área, o que representa 36,28% da área total. Significa dizer que apenas 05 propriedades (14,29% do total) que apresentam área superior a 50 hectares concentram 844,50 hectares de terras, ou seja, 63,72% da área total em hectares.

Na tabela a seguir, verificamos que a estrutura fundiária de Soledade se apresenta com fortes semelhanças com a de Assunção, ou seja, registra-se uma grande concentração fundiária, o que caracteriza os dois municípios como sendo territórios onde o monopólio da terra e do latifúndio estão fortemente presentes.

No tocante a Soledade, a tabela 03 reflete ainda mais uma realidade injusta do ponto de vista do acesso a terra. Do total dos 624 estabelecimentos do município, 406 propriedades concentram apenas 8.057,72 hectares. Ou seja, 65% dos estabelecimentos que apresentam área igual ou menor que 50 hectares detêm apenas 15,26% da área total em hectares do município. A grande concentração de terra se faz presente em áreas a partir de 50 hectares, onde 218 propriedades (34,93%) representam uma concentração de 44.717,22 hectares, o que significa 84,74% do total da área de todas as propriedades do município.

Área – em hectares	Total de imóveis	Total – em hectares
Até 5 ha	55	123,40 ha
5,1 – 10 ha	73	596,40 ha
10,1 – 50 ha	278	7337,92 ha
50,1 – 100 ha	91	6576,10 ha
100,1 – 200 ha	68	9281,22 ha
200,1 – 500 ha	44	13458,30 ha
500,1 – 1000 ha	11	7099,80 ha
1000,1 – 1500 ha	-	-
1500,1 – 2000 ha	03	5251,80 ha
2000,1 – 2500 ha	-	-
2500,1 – 3000 ha	-	-
3000,1 – 3500 ha	01	3050,00 ha
Total	624	52774,94 ha

Tabela 03 – Estrutura fundiária do município de Soledade – PB, 2008. Fonte: INCRA. Informação coletada em 23 de outubro de 2008.

A realidade fundiária dos municípios pesquisados é um extrato do que se reproduz por toda a Paraíba. Neste contexto, Moreira (2000) afiança que a paisagem paraibana é um resultado do desenvolvimento desigual, cuja marca é a convivência com uma pobreza muito grande, vivida pela maioria da população em detrimento de uma minoria dominante, vivendo na abundância e com excelentes condições de vida.



Ilustração 15 – Pequeno barreiro, com plantio de legumes e hortaliças no entorno. Cajazeiras II em Assunção-PB, no período das chuvas. Pesquisa direta, abril de 2007. Foto do autor.



Ilustração 16 – O mesmo barreiro, totalmente seco no período de estiagem. Cajazeiras II em Assunção. Pesquisa direta, novembro de 2007. Foto do autor.

A principal fonte de renda dos municípios envolvidos na pesquisa advém de empregos públicos municipais, aposentadorias e da pequena produção agropecuária direcionada para o cultivo de milho, feijão, mandioca, coco-da-baía e batata doce, bem como da pecuária, especificamente da criação de bovinos, caprinos e ovinos.

As ilustrações 15, 16, 17 e 18, apresentadas nessa página, representam de forma clara o modo de vida simples e até certo ponto demonstra as dificuldades dos moradores do sítio Cajazeiras II em Assunção – PB, de se reproduzirem.



Ilustração 17 – Plantio de milho e capim para ração animal. Cajazeiras II em Assunção-PB, no período das chuvas. Pesquisa direta, abril de 2007. Foto do autor.



Ilustração 18 – A comunidade Cajazeiras II, sofrendo o revés do período de estiagem. Assunção-PB. Pesquisa direta, novembro de 2007. Foto do autor.

Soledade tem ainda como fonte de geração de renda um pequeno comércio local já consolidado ao longo do tempo. Já em Assunção, nos últimos dois anos, o comércio local apresenta sinais de uma pequena e modesta expansão, contudo,

perfeitamente adequado para os padrões do município, mediante o surgimento de pequenos estabelecimentos comerciais dos mais variados segmentos.

Assunção e Soledade se mantêm basicamente com os recursos do Fundo de Participação do Município (FPM)¹⁸ (2006), mediante um repasse anual de R\$ 2.727.850,44 e de R\$ 3.287.568,38, respectivamente.

De acordo com os dados do IBGE, considerando a contagem da população – ano base 2007, a população dos municípios se apresentam conforme a tabela 04 a seguir, que revela uma densidade demográfica de 26 habitantes por km² para Assunção e de 23 habitantes por km² para Soledade.

Indicador	Assunção	Soledade
Contagem da população - Pessoas residentes: 2007	3.336 hab.	13.128 hab.
Área da unidade - Territorial Km2	126 Km ²	560 Km ²

Tabela 04 – População e área territorial de Assunção e Soledade. Fonte: IBGE. Disponível em <[http:// www.ibge.org.br/cidades](http://www.ibge.org.br/cidades)>. Acesso em jul.2008. Elaborada pelo autor.

No tocante a população residente, sexo e a situação do domicílio, os dados apresentados no censo de 2000, conforme o exposto na tabela 05, revelam que, mantendo a proporcionalidade os dois municípios apresentam as mesmas características demográficas, ou seja, há predominância de um contingente populacional maior na área urbana dos municípios, bem como um equilíbrio entre o contingente populacional masculino e feminino, com um incipiente desvio padrão entre os sexos.

Município	Pop. Total	Homem	%	Mulher	%	Urbana	%	Rural	%
Assunção	2.960	1.481	50	1.479	50	2.141	72	818	28
Soledade	12.061	5.897	49	6.164	51	8.461	71	3.600	29

Tabela 05 – População residente, sexo e a situação do domicílio. Fonte: IBGE. Disponível em <[http:// www.ibge.org.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php/tipo=31](http://www.ibge.org.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php/tipo=31)>. Acesso em jul.2008. Elaborada pelo autor.

Nas duas páginas seguintes podemos observar através das fotografias um pouco da área urbana dos municípios de Assunção e Soledade respectivamente.

¹⁸ Dados do Anuário Estatístico do Estado da Paraíba - 2007, disponível em <<http://www.ideme.PB.gov.br>>. Acesso em 14 de jul.2008.

Área urbana de Assunção – PB.



Ilustração 19 – Via de acesso principal do município. Assunção-PB. Pesquisa direta, novembro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 20 – Prédio da Secretaria de Educação. Assunção-PB. Pesquisa direta, novembro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 21 – Feira de artigos populares, Feirantes vindo de Santa Luzia-PB. Assunção-PB. Pesquisa direta, novembro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 22 – Praça Pio Salvador, símbolo de ostentação em um município pobre. Assunção-PB. Pesquisa direta, novembro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 23 – Sede da Prefeitura, Assunção-PB. Pesquisa direta, novembro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 24 – Rua Pio Salvador, uma das principais vias de acesso do município. Assunção-PB. Pesquisa direta, novembro de 2007. Foto do autor.

Vias de acesso e área urbana de Soledade - PB



Ilustração 25 – Área na periferia de Soledade-PB Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 26 – Ponte sobre o leito seco de um riacho, nas proximidades da sede do município. Soledade-PB. Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 27 – Br-230, rodovia federal que “corta” a sede do município, e que “leva” ao sertão. Soledade-PB. Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 28 – Via de acesso principal do município. Soledade-PB. Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 29 – Prédio da Câmara municipal. Soledade-PB. Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 30 – Prédio do posto de saúde. Soledade-PB. Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.

Conforme dados obtidos e trabalhados a partir do censo agropecuário do ano de 2006, analisamos e discorremos sob os números e os dados relacionados aos dois municípios, dados esses, apresentados nas tabelas 06, 07, 08 e 09 a seguir. São dados significativos para que possamos avaliar e tecer considerações sobre a produção agropecuária dos municípios elencados nessa pesquisa.

Item pesquisado	Assunção	%	Soledade	%
Nº de estabelecimentos agropecuários.	215 est.	-	839 est.	-
Área estabelecimentos agropecuários	8.653 hectares	-	46.941 hectares	-
Nº estabelecimentos c/ lavouras permanentes	60 est.	28%	25 est.	3%
Área de lavouras permanentes	390 hectares	4,5%	19 hectares	0,04%
Nº estabelecimentos c/ lavouras temporárias	102 est.	47%	761 est.	91%
Área de lavouras temporárias	446 hectares	5%	6.583 hectares	14%

Tabela 06 - Nº estabelecimentos/área X tipos de lavouras por município – 2006. Fonte: Adaptação dos autor dos dados do Censo Agropecuário - 2006. Disponível em <<http://www.ibge.org.br.cidades>>. Acesso em jul.2008. Elaborada pelo autor.

A tabela acima apresenta a quantidade de estabelecimentos agropecuários e os tipos de lavouras nos dois municípios.

Verifica-se em Assunção que, das 215 propriedades (8.653 hectares), apenas 60 mantêm lavouras permanentes, o que representa 28% do total das propriedades, o que significa dizer que apenas em 4,5% de área das propriedades existem lavouras permanentes, voltadas para a produção de coco-da-baia, goiaba, castanha de caju e manga.

Soledade com 839 estabelecimentos registrados, tem 25 propriedades com área de lavouras permanentes, o que representa somente 3% do total. As lavouras permanentes ocupam uma área de apenas 19 hectares de um total de 46.941 hectares, utilizando apenas módicos 0,04% dessa área para as lavouras permanentes, o que é insignificante. A produção é voltada para coco-da-baia e goiaba.

No tocante as lavouras temporárias há uma inversão dos percentuais entre os dois municípios, contudo, as áreas cultivadas ainda são muito inexpressivas.

Assunção apresenta lavouras temporárias em 102 estabelecimentos, de um total de 215 propriedades, o que representa 47%, contudo, no que diz respeito à

área cultivada, o registro é de apenas 5%, ou seja, há lavoura temporária em apenas 446 hectares, de um total de 8.653 hectares, o que é muito pouco. São produzidos batata doce, fava, feijão, mandioca, milho, tomate e mamona.

Soledade apresenta lavoura permanente em 91% dos estabelecimentos (761 estabelecimentos), em um total de 839 propriedades, contudo, em termos de área cultivada, em apenas 6.583 hectares (14% do total) há lavouras permanentes de batata doce, fava, feijão, mandioca e milho.

Item pesquisado	Assunção	%	Soledade	%
Número de estabelecimentos agropecuários.	215 est.	-	839 est.	-
Área estabelecimentos agropecuários	8.653 hectares	-	46.941 hectares	-
Nº estabelecimentos com bovinos	122 est.	57%	675 est.	80,45%
Nº de cabeças de bovinos	1.582 cabeças	-	11.469 cabeças	-
Nº estabelecimentos com caprinos	36 est.	17%	314 est.	37,4%
Nº de cabeças de caprinos	1.071 cabeças	-	12.774 cabeças	-
Nº estabelecimentos com ovinos	20 est.	9,3%	375 est.	44,69%
Nº de cabeças de ovinos	471 cabeças	-	10.290 cabeças	-
Nº estabelecimentos com suínos	68 est.	32%	291 est.	34,68%
Nº de cabeças de suínos	272 cabeças	-	1.206 cabeças	-
Nº estabelecimentos com produção de leite de vaca	66 est.	31%	444 est.	52,92%
Produção de leite de vaca	326.000 litros	-	3.263.000 litros	-
Nº estabelecimentos com produção de leite de cabra	01 est.	0,47%	04 est.	0,48%
Produção de leite de cabra	n/d	-	13.000 litros	-

Tabela 07 - Nº. estabelecimentos/área X tipos e criação animal por município – 2006. Fonte: Adaptação do autor dos dados do Censo Agropecuário - 2006. Disponível em <<http://www.ibge.org.br.cidades>>. Acesso em jul.2008. Elaborada pelo autor.

A tabela 07 mostra que os dois municípios concentram boa parte da sua produção agropecuária na criação de animais, principalmente no número de cabeças de bovinos, caprinos e ovinos.

Em Assunção, 57% dos estabelecimentos mantêm a criação de bovinos (122 propriedades), contando com 1.582 cabeças. No que diz respeito à criação de caprinos, o percentual de propriedades diminuiu para 17%, o que representa apenas 36 estabelecimentos, com um contingente de 1.071 cabeças de caprinos. A criação de ovinos e suínos apresenta baixos indicadores, em apenas 20 propriedades (9,3%) há criação de ovinos, com 471 cabeças. No tocante a criação de suínos, a qual é de 272 cabeças, existem 68 estabelecimentos (32%) criando suínos. A

produção de leite de vaca é registrada em apenas 31% dos estabelecimentos, ou seja, em 66 propriedades, as quais produziram 326.000 litros de leite de vaca ao ano. Quanto ao leite de cabra, há registro de apenas 01 propriedade com produção, contudo, não há registro da quantidade de litros produzidos.

No município de Soledade os números são diferentes, pois o município tem uma forte tendência para a criação de bovinos e caprinos. Em 80,45% dos estabelecimentos, ou seja, em 675 propriedades criam-se 11.469 bovinos, do número total de propriedades, 52,92% produzem leite de vaca, ou seja, em 444 propriedades, foram produzidos 3.263.000 litros de leite de vaca. Quanto aos caprinos, registra-se 12.774 cabeças, distribuídas por 314 estabelecimentos, o que representa 37,40% do total das propriedades agropecuárias do município. A criação de ovinos também é significativa para o município, em 44,69% dos estabelecimentos há criação de 10.290 cabeças, ou seja, em 375 propriedades criam-se ovinos. No tocante a criação de suínos, embora percentualmente o índice com propriedades (34,68%) seja considerável, em valores absolutos, são apenas 1.206 cabeças distribuídas por 261 estabelecimentos. A produção de leite de cabra é insignificante, 04 estabelecimentos (0,48% das propriedades) produziram 13.000 litros de leite.

Item pesquisado	Assunção	%	Soledade	%
Número de estabelecimentos agropecuários.	215 est.	-	839 est.	-
Área estabelecimentos agropecuários	8.653 hectares	-	46.941 hectares	-
Nº estabelecimentos com aves	102 est.	47%	647 est.	77,1%
Nº de cabeças de aves	1.966 cab.	-	105.297 cab.	-
Nº estabelecimentos com produção de ovos de galinha	81 est.	38%	377 est.	45%
Produção de ovos de galinha	02 mil dúzias	-	134 mil dúzias	-

Tabela 08 - N.º estabelecimentos/área X produção de aves por município – 2006. Fonte: Adaptação dos dados do censo agropecuário - 2006. Disponível em <<http://www.ibge.org.br/cidades>>. Acesso em jul.2008. Elaborada pelo autor

A tabela 08 acima, apresenta uma análise no tocante ao número de estabelecimentos nos dois municípios com criação de aves e produção de ovos de galinha.

No município de Assunção, 47% dos estabelecimentos, ou seja, 102 propriedades mantêm a criação de aves, com um total de 1.966 cabeças. Do total de

propriedades, 81 estabelecimentos criam aves (38%), esses estabelecimentos produziram duas mil dúzias de ovos.

Soledade apresenta o seguinte cenário, 77,1% dos estabelecimentos criam aves, quer dizer, são 647 propriedades produtoras, as quais produziram 105.297 cabeças de aves. A produção de ovos de galinha se deu em 377 estabelecimentos, o que representa 45% do total de propriedades, esses estabelecimentos produziram 134 mil dúzias de ovos de galinha.

Item pesquisado	Assunção	%	Soledade	%
Número de estabelecimentos agropecuários.	215 est.	-	839 est.	-
Área estabelecimentos agropecuários	8.653 hectares	-	46.941 hectares	-
Total pessoal ocupado c/ laços de parentesco c/ produtor	568 pessoas	91%	2.398 pessoas	92,3%
Total pessoal ocupado sem laços de parentesco c/ produtor	56 pessoas	9%	201 pessoas	7,7%
Total de estabelecimentos agropecuários com tratores	03 est.	0,13%	20 est.	2,38%
Número de tratores nos estabelecimentos agropecuários	04 tratores	-	23 tratores	-

Tabela 09 - N° estabelecimentos/área X pessoal ocupado/tratores por município – 2006.

Fonte: Adaptação do autor dos dados do censo agropecuário - 2006. Disponível em <<http://www.ibge.org.br.cidades>>. Acesso em jul.2008. Elaborada pelo autor.

A tabela 09 diz respeito ao total de tratores existentes nas propriedades, como também ao pessoal ocupado nas propriedades com ou sem grau de parentesco.

A análise que podemos retirar dessa tabela é que existe nos estabelecimentos agropecuários dos dois municípios um baixo índice de mecanização, haja vista a baixa quantidade de propriedades com tratores.

No município de Assunção há apenas três propriedades com tratores, o que representa apenas 0,13% do total de estabelecimentos. Já em Soledade há somente 20 estabelecimentos com tratores, o que significa apenas 2,38% das propriedades.

Em Assunção há um total de 624 pessoas ocupadas nos estabelecimentos, sendo que 568 pessoas têm laços de parentesco com o produtor, o que representa 91%. As demais pessoas ocupadas, ou seja, 56 pessoas não têm nenhum laço de parentesco com o produtor, representando apenas 9%.

Em Soledade a realidade é bastante parecida, das 2.599 pessoas ocupadas nos estabelecimentos, 92,3% tem laços de parentesco com o produtor, o que

representa 2.398 pessoas. Já às pessoas sem nenhum laço de parentesco representa 7,7%, o que em números absolutos significa 201 pessoas.

Os dados quantitativos apresentados ratificam o que estaremos reafirmando ao longo desse trabalho, ou seja, que o trabalho familiar e as relações familiares são a base para a reprodução do trabalho camponês.

Capítulo 03.

Políticas públicas, Organizações Não Governamentais e tecnologias sociais no semiárido nordestino

Neste capítulo discutimos sobre a indústria das secas e o domínio do espaço sertanejo pela oligarquia nordestina, a partir dos grupos familiares, calcado nas políticas de favores e apadrinhamento. Discorreremos sobre a visão arcaica implantada pelos governantes do combate à seca em detrimento de ações de convivência com esse fenômeno. Por fim, trazemos à tona a discussão atual de convivência com o semiárido, focada em bases sólidas e com a participação dos sujeitos sociais, a partir da implementação dos programas P1MC e do P1+2 por parte da sociedade civil, ONGs e do Governo Federal.

Na construção e reconstrução do território nordestino, o papel do Estado e as ações dos governantes, ao longo do processo histórico da sociedade nordestina, estão intrinsecamente ligados ao acesso a terra e conseqüentemente à água. Podemos afirmar, como já foi explanado nesse trabalho, que a herança colonial deixada ao Brasil, especialmente para o Nordeste, trouxe conseqüências profundas no tocante a concentração fundiária e conseqüentemente na distribuição da renda.

Uma das questões agrárias mais marcantes no semiárido nordestino é o que diz respeito às secas periódicas que assolam a região. Sobre esse tema, Andrade (1999, p. 29) discorre da seguinte forma: “A história das secas pode ser confundida com o processo de ocupação do Nordeste; elas antecederam a colonização, foram anteriores à chegada dos europeus à terra de Santa Cruz”.

Acontece que o Estado brasileiro sempre procurou enfatizar os problemas do Nordeste brasileiro como um problema único, resultante da falta de água. Com essa visão estreita oportunizou o surgimento da chamada indústria da seca, trampolim e palco para o domínio do espaço sertanejo pelas oligarquias¹⁹ nordestinas. Para o autor (idem), este é o significativo mal e:

[...] o grande equívoco na luta que se empreende contra a falta de água no Nordeste, desde o período imperial, é que a intervenção governamental vem sendo feita visando “lutar contra a seca” e não lutar “contra os efeitos da seca”. Esquecem-se os nossos administradores que a seca, com tal, não pode se combatida, de vez que é um fenômeno natural. Na realidade, o que deve ser feito é uma conscientização da população visando à adaptação à seca e travar luta para atenuar os seus efeitos (ANDRADE, 1999, p. 47).

Duas datas têm relevância no cenário do Estado oligárquico no Nordeste brasileiro, são elas 1877 e 1922, as quais são assim classificadas:

[...] a primeira corresponde ao início da intervenção estatal na região, por ocasião da grande calamidade de 1877, e ao nascimento da chamada **indústria da seca**; e 1922, que marca o fim da primeira etapa de grande intervenção do Governo Federal, correspondendo também à última seca ocorrida na Primeira República (FERREIRA, 1993, p. 16, grifo da autora).

¹⁹ O termo oligarquia, em seu sentido etimológico, significa que a autoridade se concentra nas mãos de poucas pessoas, podendo estas pertencerem ao mesmo partido, classe social ou família. No caso brasileiro, o sistema oligárquico se fundamentou na estrutura familiar e na classe dos proprietários de terra. FERREIRA. L.de F.G. **Raízes da indústria da seca**: o caso de Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993. p.18.

As oligarquias nordestinas foram se consolidando em diversas atividades econômicas, dentre elas, nas atividades ligadas ao açúcar, à pecuária, ao algodão e ao café, as quais, ao longo dos tempos, permaneceram unidas e solidárias no combate a qualquer tipo de organização de partidos, sindicatos e representantes que ameaçassem os interesses contrários aos seus.

De certo, podemos ver que a situação atual no Nordeste brasileiro pouco mudou desde o período da Primeira República, pois ainda hoje temos vários grupos familiares, comandando e dirigindo o destino de milhões de nordestinos, na maioria esmagadora dos municípios de forma paternalista, com apadrinhamento, calcado na relação de compadrio e favorecimentos. Fato destacado por Ferreira (1993, p. 19) já na Primeira República, quando ela diz que:

[...] para exercer o controle da vida política do Estado, a oligarquia lançava mão de vários instrumentos, dentre eles o empreguismo, o nepotismo e a corrupção eleitoral, levando a uma situação difícil e insustentável aquele que se colocasse em oposição ao governo estadual.

Segundo Ferreira (1993, p. 22, grifo da autora):

[...] desde o Império, os municípios brasileiros eram verdadeiros **feudos** políticos sob o domínio das autoridades locais. Com a implantação do regime republicano, esse poderio floresceu – chamado coronelismo.

Ainda segundo a autora:

O papel do coronel é muito importante na dinâmica do estado Oligárquico. Ele é o arrebanhador de votos, os chamados **votos de cabresto**, que dão base legal para sustentar a facção situacionista. Votos estes utilizados como poder de barganha para o atendimento de suas reivindicações não só pessoais para atender à parentela e à clientela – como também de ordem pública, para levar para a região obras de interesse da população (FERREIRA, 1993, p. 23, grifo da autora).

A política de favores e compromissos sempre foi traço marcante na sociedade oligárquica nordestina, estabelecendo um domínio político e econômico na mão da elite proprietária de terras. A elite nordestina sempre se beneficiou da indústria da seca, a qual pode ser observada sob dois aspectos:

O local, onde ocorriam os desvios diretos dos gêneros alimentícios por membros das comissões de socorros públicos, juntamente com tropeiros e comerciantes; e por um nível mais amplo, com a conscientização dos representantes nordestinos no sentido de aproveitar e usar as secas como meio de conseguir investimentos governamentais na região (FERREIRA, 1983, p. 61).

Seguindo esse caminho de políticas de favores e o estabelecimento definitivo de um conceito de combate às secas no Nordeste é que, durante o período do governo presidencial de Afonso Pena, tem início o projeto de criação de um órgão federal para combater os efeitos da seca no Nordeste de forma permanente. Contudo, só após a morte deste governante e após assumir a presidência é que Nilo Peçanha cria em seu governo, no ano de 1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), com sede no Rio de Janeiro. A partir desse momento tem início a prática e a concepção da necessidade de implantação de grandes investimentos e grandes projetos, como forma de “salvar” o Nordeste das calamidades provocadas pelos regimes de estiagens cíclicas da região.

Dessa maneira, sequenciado e seguindo essa mesma forma e lógica de intervenção no território nordestino, é que outros órgãos foram criados e serviram de ferramentas estatais para a construção e reconstrução do espaço alienado nordestino. Assim, foram concebidos o Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), criado em 1919, órgão que federalizou o IOCS; em seguida tivemos o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado na Gestão de Getúlio Vargas, em 1945; e por último, no ano de 1958, tivemos a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada durante a presidência de Juscelino Kubitschek, com o intuito de estimular o desenvolvimento do Nordeste tendo como slogan “cinquenta anos em cinco”.

Portanto, o que vimos desde o império até os dias de hoje no território nordestino, foram formas milagrosas, mirabolantes e corruptas de gerir os recursos públicos, implantadas para favorecer uma pequena minoria privilegiada. A elite nordestina, no poder ao longo de todo o nosso processo histórico “fincou suas garras” nos recursos públicos, a fim de implantar um modelo de desenvolvimento alicerçado nas grandes obras, tais como: grandes açudes; projetos agropecuários, projetos industriais, dentre outros, sempre em busca de privilégios ou vantagens financeiras, a exemplo do que diz Andrade (1999, p. 60):

O incentivo de uma política de industrialização não encontrou grandes obstáculos por parte dos grupos regionais, mas o anúncio de uma política de redistribuição de propriedades, mesmo feita em moldes os mais moderados, e uma intervenção na política de uso da terra no semi-árido, não foram bem aceitas. Tanto assim, que a criação da SUDENE, com o controle de ação dos órgãos regionais, provocou uma forte reação tanto dos governos estaduais, por admitirem que a agência de desenvolvimento feria o princípio da autonomia dos estados federados, como do DNOCS cujos setores eram controlados por políticos com influência regional, que nomeavam os detentores dos cargos de direção do órgão, controlavam as verbas a eles destinadas e indicavam os locais e áreas em que o mesmo deveria atuar. Deputados e senadores, muitas vezes aliados a governadores, procuraram impedir a ação da SUDENE, sendo ela praticamente neutralizada na área açucareira cujos empresários se colocaram à sombra protetora do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Pensando da mesma forma, Ferreira (1993, p. 80) diz que:

[...] A partir dessa justificativa, percebe-se que o tratamento a ser dado à problemática das secas é direcionado para soluções restritas ao problema da água, sem tocar em outros pontos mais amplos como a estrutura econômica e social da região, que também têm vínculos diretos com a questão. Atacar o problema apenas por esse lado atendia aos interesses da fração da classe dominante localizada no Nordeste, detentora de latifúndios.

Neste sentido, e de forma bastante atual no contexto em que vivemos, o Estado permanece subordinado aos interesses privados da elite industrial e latifundiária.

A água ou a seca no Nordeste têm sido tratadas ou escamoteadas, pelo lado técnico, fugindo a uma dimensão política da questão. Este quadro engendrado pelos donatários da indústria da seca, gerou o processo de exclusão dominante no semi-árido nordestino. A partir daí, deu-se importância às ações reativas, tais como as construções de canais, de açudes grandes e médios, instalação de perímetros irrigados, como forma de combater os efeitos da seca. Neste quadro, encerra-se uma exorbitante tecnificação e uma indisfarçável despolitização da questão. A baixa eficiência do aparelho público, o caráter paternalista-eleitoreiro das obras realizadas, a falta de coordenação, a baixa eficiência no uso das águas disponíveis, a descontinuidade do trabalho, associado à ignorância política no tratamento da água, resultam no quadro de agravamento e de pobreza vivido pelos sertanejos do semi-árido (BATISTA FILHO, 2001, p. 32, 33).

Segundo SILVA (2007, p. 472), “[...] as políticas de combate à seca (emergenciais e estruturais) entraram em crise ainda na primeira metade do século XX”. Segundo esse mesmo autor:

Os principais questionamentos sobre os resultados ou eficácia dos órgãos e das ações de combate à seca ocorreram concomitantes às constatações da forte estagnação econômica regional nordestina verificada desde as primeiras décadas daquele século. Em relação às políticas governamentais no Semi-árido, questiona-se o caráter emergencial, fragmentado e descontínuo dos programas desenvolvidos em momentos de calamidade pública que alimentavam a chamada “indústria da seca” (idem, 2001, p. 472).

Sobre essa mesma problemática, Santos e Branco (2001, p. 72) afirmam que “durante períodos de longa estiagem, o governo tem implementado medidas paliativas, entre elas, a distribuição de alimentos. De água, em carros-pipa, e trabalho, através das frentes de emergência”. Esse fato comprova a visão governamental focada no combate a semiaridez, em detrimento da proposta de convivência e possibilidades desenvolvidas a partir das mais variadas organizações sociais não governamentais.

Segundo ainda o relato dessas duas autoras, e enveredando por outro caminho, no qual acreditamos ser um caminho de esperança marcado por esse cenário que vem sendo redesenhado da seguinte forma:

[...] nos últimos anos, além das medidas mitigadoras de caráter emergencial, a sociedade civil tem se mobilizado e o trabalho de educação da população sobre como conviver com o fenômeno da seca, tem sido desenvolvido pelas ONGs (Organizações-Não-Governamentais) que atuam na Região. As ONGs têm tido uma excelente atuação, embora suas ações sejam de caráter pontual, não beneficiando, dessa maneira, grande parte da população atingida pelas secas (SANTOS; BRANCO, 2001, p. 72),

Portanto, é a partir do exemplo de políticas não-governamentais, colocadas em práticas pela sociedade civil nordestina, políticas essas voltadas para ações de baixo custo e totalmente direcionadas para as possibilidades e convivência com o semiárido, que acreditamos num caminho diferente do construído ao longo desses anos em nosso semiárido. Nesse sentido:

[...] entidades como a Cáritas – NE, AS-PT, a articulação do Semi-árido, a CNBB-NE, o Movimento de Organização Comunitária, iniciativas de prefeituras isoladas, fóruns de cidadãos nordestinos, universidades, sindicatos, etc., essa imensa rede de atores sociais, políticos e religiosos vem mudando lentamente a face sofrida e calcinada dos sertanejos (FILHO, 2001, p.10).

Na contemporaneidade, verifica-se um número cada vez mais crescente de experiências voltadas para o manejo e uso do solo, da água e da biodiversidade, com base em alternativas que utilizam tecnologias de baixo custo e que têm como lema reduzir os impactos sobre o ambiente.

A fase atual de desenvolvimento capitalista, caracterizada por uma globalização cada vez mais excludente, tem sido marcada pela busca e realização de forma de produção alternativa, pela construção de uma relação mais harmônica com o território, capaz de garantir um desenvolvimento mais igualitário, baseado nas potencialidades do território e da comunidade que o realiza, ou seja, de um desenvolvimento de base local auto-sustentável (MARCOS, 2005, p. 8523).

Este movimento de reorganização da sociedade indica que os projetos voltados para a agricultura e para a gestão da água no semiárido, baseados em alto consumo de energia e tecnologias sofisticadas, se mostram cada vez menos eficientes e autossustentáveis. É necessário romper com o modelo dominante, onde prevalece, por exemplo, a dependência total do homem do campo às autoridades locais na busca pela água no semiárido, aos sistemas com elevado teor de agrotóxicos utilizados na produção, aos atravessadores, aos especuladores, dentre outros. É preciso incentivar diversas lógicas de produção no campo. Tecnologias e práticas re-descobertas ou novas têm permitido uma distinta abordagem na construção e desenvolvimento de técnicas capazes de melhorar esta convivência com o homem do semiárido.

Segundo Marcos (2005), nessa linha de pensamento, surge a necessidade de se agregar a dimensão “auto” ao termo sustentável, com o intuito de trabalhar a lógica da autossustentabilidade a partir de um desenvolvimento endógeno, sendo esse desenvolvimento realizado com a participação dos sujeitos sociais inseridos no contexto local. Essa proposta descarta as ideias e propostas exógenas, ou seja, vindas de fora das realidades locais. É preciso, portanto, considerar as peculiaridades sociais e ambientais do lugar.

Dessa forma, a sustentabilidade do desenvolvimento depende de um novo modo de produção do território sensível às regras de seu funcionamento e capaz de estabelecer relações sinérgicas entre todas as dimensões territoriais existentes. É neste contexto que o local se torna o ponto central no interior do debate sobre a sustentabilidade do desenvolvimento (MARCOS, 2005, p. 02).

Por esse motivo, Almeida (2002, p. 25) diz que:

[...] A noção de desenvolvimentos sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Esta noção nasce da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países.

[...] Esta noção parece querer dar a idéia de uma busca de integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, ou seja, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social. Entretanto, há ainda uma dúvida em relação a qual ator/agente caberia definir os parâmetros valorativos e políticos capazes de nortear essa integração. Trata-se de sustentar o que? “Futuro comum” de quem e para quem? Nestas questões reside a principal base de conflitos entre aqueles que “disputam” a idéia e as práticas sociais e produtivas a ela circunscritas.

Para Carvalho (2005, p. 194):

[...] ao mesmo tempo em que se ensejam alterações nas relações sociedade civil e Estado, reformulando as instituições da sociedade civil, se estará proporcionado emancipações sociais continuadas (Carvalho, 2002) dos camponeses ao romperem as suas dependências perante o grande capital monopolista, o Estado e as mediações políticas tradicionais como os sindicatos e os partidos (...). As mudanças necessárias para que os camponeses possam resistir à opressão capitalista, ainda que inseridos na sociedade capitalista, tem como valor subjacente a valorização da pessoa humana e do meio ambiente.

A convivência com o semiárido deve ser construída em bases sólidas para que se possa enfrentar o atual modelo de desenvolvimento insustentável estabelecido pelo capital, considerando a necessidade e a possibilidade de convivência com ecossistemas fragilizados, baseada, contudo, em processos que exijam a participação, o resgate e a utilização de culturas alternativas apropriadas.

Sobre essa afirmativa, Silva (2007, p. 476) diz que:

[...] esses processos requerem uma abordagem negociada e contratual de identificação de necessidades, de capacidades locais e do aproveitamento dos recursos potenciais para a melhoria das condições de vida das populações locais (...). A valorização do espaço territorial para a convivência requer, portanto, novas formas de pensar, sentir e agir no ambiente no qual se está inserido. Nessa perspectiva cultural, a convivência é um reaprendizado da comunhão intrínseca entre os sujeitos e a realidade do Semi-árido através das experiências vividas. A mudança de percepção sobre a realidade local e a experimentação de alternativas de produção apropriada pela população sertaneja é a principal garantia da convivência.

Portanto, é preciso saber que é possível mudar para melhor as condições socioeconômicas dos camponeses, a partir do uso e incorporações de tecnologias sociais e práticas alternativas que possam contribuir para a elevação da sua qualidade de vida e de sua auto-sustentabilidade no semiárido, como cisternas de placa, barragens subterrâneas, tanque de pedra, silagem, cultivo de plantas alternativas, dentre outras. Com base na observação e registro dessas experiências há quem afirme que:

[...] Está ocorrendo no sertão nordestino uma verdadeira regeneração cívica e ética do tecido social das comunidades que habitam e vivem na região semi-árida do nordeste. Ações e iniciativas pedagógicas, alimentares, ecológicas, organizativas, de coleta, armazenamento, cuidado e gerenciamento de recursos hídricos, promovidas por essa extensa rede, vem mudando o estigma da miséria, do fanatismo, do clientelismo e assistencialismo, responsável pela reprodução da oligarquia nordestina e do próprio governo federal. Essas iniciativas oriundas do esforço ecumênico e solidário de um diferenciado conjunto de atores e entidades vêm fornecendo pistas para um plano alternativo, de baixo custo e de muita eficiência prática, de convivencialidade dos sertanejos com os efeitos da estiagem. Desde a construção e a capacitação para o uso de cisternas e barragens subterrâneas, até o aproveitamento de espécies vegetais e animais na produção e consumo de seus habitantes (FILHO, 2001, p. 10).

Para Duarte (2002, p. 39):

A década de 90 presenciou o surgimento de várias iniciativas de pesquisa tecnológica voltada para a convivência da população do semi-árido nordestino com a seca. Aquelas iniciativas partiram de entidades de natureza diversa: órgãos públicos, entidades particulares, organizações não-governamentais (ONGs). Estas últimas formaram uma rede de intercâmbio de informações sobre tecnologias para o semi-árido do Nordeste.

É no âmbito desta proposta de mudança de paradigma que surge a Articulação no Semi-Árido (ASA), criada em julho de 1999, em Recife. Trata-se de um fórum de organização da sociedade civil, calcado em um novo modelo de desenvolvimento para o semiárido. A ASA traz como proposta um novo olhar para a região e uma nova forma de incentivar a articulação da sociedade civil.

Evidente que outras entidades também trabalham nessa linha de pensamento, a exemplo do Projeto Dom Helder²⁰, RTS, Caritas, Programa de Aplicações de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC), Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Familiar (AS-PTA) e outros. Segundo Duarte (idem, p. 76):

[...] essas organizações, pela sua natureza, trabalham mais perto dos agricultores, orientando-os em relação à convivência com o semi-árido e ensinando-lhes técnicas de produção simples e adequadas às condições do meio ambiente onde vivem.

Podemos verificar essa afirmativa, pelo depoimento a seguir de uma moradora de Lajedo de Timbaúba, sobre o trabalho desenvolvido pelo Projeto Dom Helder:

Primeiro entra o protagonismo, o protagonismo dos próprios agricultores. E segundo ele tem linhas de projetos, que é o produtivo e físico-social que é mais voltado pras ações das cisternas, de barragens subterrâneas, pode ser usado também de tanques, aí tem o produtivo, pode ser associado no projeto de galinha, de cabra, de ovelha, de frutas, tudo que venha a ser gerado um pouco de renda. (Informação Verbal)²¹

Essas entidades estabelecem como princípio o abandono do velho e falso desafio de “combater a seca”, que tanto mal trouxe aos sertanejos há séculos. O que norteia o pensamento das organizações inseridas neste contexto é uma visão mais profunda dos problemas e a busca de caminhos mais adequados a serem percorridos pela sociedade civil.

Nessa perspectiva, a ASA congrega, no Nordeste brasileiro, mais de 700 entidades de diversos segmentos, como igrejas católicas e evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos,

²⁰ Em parceria com o MDA.

²¹ Informação concedida por de Adriana Arruda, moradora do sítio Lajedo e Timbaúba, ao autor. Pesquisa Direta, 24 de novembro de 2007.

movimentos sindicais, organismos de cooperação internacionais, universidades públicas e privadas.

Podemos observar como o papel das ONGs tem se apresentado decisivo para a construção de uma sociedade mais justa e mais humanizada, pautada nos valores das comunidades locais e no princípio de uma convivência harmônica no semiárido. No depoimento a seguir, isto pode ser notado:

O Dom Helder contrata ou associações ou cooperativas, ou entidades como foi o caso do PATAC né? Ele tá com um grupo de cooperativa que são os responsáveis pelos técnicos e tem as outras entidades que entram como parceiras que no caso, pela qual eu trabalho, é a AAUC que é a Associação dos Alunos da Universidade Camponesa... que essa Universidade foi uma parceira com a UFCG. A AAUC trabalha pro Dom Helder, existe essa parceria... aí no caso a gente trabalha pra AAUC, que trabalha pro Dom Helder. É um bloco de entidades. Aí no caso de Lajedo de Timbaúba, por exemplo, mas é em todos os setores onde o Dom Helder trabalha tem um mobilizador e o técnico que tá responsável por fazer o acompanhamento da família e por estar elaborando projetos. E o mobilizador tá sempre articulado, acessando políticas públicas, tá fazendo um acompanhamento diário das famílias. (Informação Verbal)²²

A realidade social nos mostra que o Estado, com a exceção de algumas ações isoladas, não prioriza o suficiente em suas intervenções o contexto histórico, cultural e social do camponês, onde até a escola que vivenciamos é uma escola que muitas vezes serve para legitimar o capital e sua dominação.

Acreditamos que a educação tem que ser voltada para a liberdade, e não para a dominação. O poder do Estado, aqui representado pelo poder local, exerce vários domínios sobre os indivíduos, entre eles o da dependência emocional e econômica, e, a partir desse ponto, passa a controlar o fluxo do saber e da informação.

Fatos como esses se verificam nos municípios de Assunção e Soledade, principalmente nas comunidades rurais dos municípios, observadas ao longo da nossa pesquisa.

Contudo, é importante considerar que mesmo nesse contexto, vêm sendo empregadas, por parte do Governo Federal, sobretudo a partir de ano de 2003, mudanças e quebra de paradigmas na gestão das políticas públicas destinadas ao

²² Informação concedida por Adriana Arruda, moradora do sítio Lajedo e Timbaúba, ao autor. Pesquisa Direta, 24 de novembro de 2007.

semiárido nordestino. O Governo Federal vem apoiando, através de parcerias e destinação de recursos direcionados a fomentar a pesquisa e a implementação de tecnologias sociais de convivência com o semiárido nordestino, a exemplo dos programas P1MC, o qual incorporou às suas políticas públicas e do P 1+2, bem como o apoio e incentivo às práticas solidárias mediante os Fundos Rotativos Solidários.

A participação do Governo Federal vem se dando nomeadamente através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), de empresas estatais, a exemplo da Petrobras (incentivo a projetos de pesquisas nas universidades e apoio ao (P1+2)), apoio e parceira com ONGs, principalmente através do Projeto Dom Helder, projeto ao qual incorporou, visando atuar nesta frente.

3.1 P1 MC - Programa um milhão de cisternas de placas

Uma das propostas centrais da ASA para a convivência com o semiárido, a construção de cisternas, foi a semente do que deu origem ao P1MC - Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um milhão de Cisternas Rurais. Mais tarde, este anteprojeto se transformou em um convênio com o MMA e a ASA. A prioridade, segundo o Programa, é a família rural.

Iniciado em julho de 2003, o Programa de Formação e Mobilização Social para a convivência com o semiárido vem desencadeando um movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do semiárido, através do fortalecimento da sociedade civil organizada, da mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual.

O objetivo do P1MC é beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas em toda a região semiárida, com água potável para beber e cozinhar, através das cisternas de placas. Segundo apontam dados fornecidos pela ASA²³, até o dia 03 de setembro de 2008, foram construídas 226.829 cisternas de placas no semiárido brasileiro.

²³ Consulta realizada através do site <<http://www.asabrasil.org.br>>. Em 09 de set/2008.

No semiárido a chuva não é regular e a evaporação é muito intensa. Por isso é importante captar a água das chuvas e armazená-la para ser utilizada durante as estiagens. A tecnologia de cisternas de placas é o tipo mais comum, pois se trata de reservatórios de água cilíndricos, cobertos e semienterrados que permitem o armazenamento de águas das chuvas, aproveitadas a partir do seu escoamento nos telhados das casas, através de calhas de zinco ou de policloreto de vinila (PVC)²⁴.

A cisterna de placas permite o armazenamento para o consumo humano em reservatório protegido da evaporação e das contaminações causadas por animais e dejetos trazidos pelas enxurradas. O tamanho da cisterna varia de acordo com o número de pessoas da casa e do tamanho do telhado.

Do ponto de vista social, essa tecnologia de captação e manejo da água pode permitir que as famílias obtenham uma vida mais saudável, através de uma acentuada melhoria nas condições de vida do homem do campo, possibilitando inclusive uma redução dos casos de diversas endemias, entre elas verminoses, diarreias, tifo, dentre outras, devido à melhora da qualidade da água consumida.

Uma família gasta, em média, uma hora por dia para buscar água nos açudes. Com a possibilidade de obter água mais próximo de sua casa, o camponês terá mais tempo para outras atividades. Com a cisterna, cada família fica mais independente, autônoma, com a liberdade de buscar e conhecer novas técnicas de convivência com a semiaridez e, o mais importante, com mais saúde e mais tempo para cuidar dos filhos, dos estudos e da vida em geral.

Outro fator importante é a diminuição da dependência da população aos caminhões-pipa, enviados por políticos locais. A adoção dessas políticas pode ainda promover a educação da população em questões de saúde, higiene, ecologia e cidadania. As experiências apontam que, em média, uma cisterna de 16 mil litros de água pode garantir água potável para uma família beber e cozinhar por até oito meses.

A maior parte das cisternas construídas no âmbito do programa é do tipo cisterna semienterrada, feita com placas pré-moldadas. São utilizados, ainda, dois outros tipos: a) cisterna de concreto com tela de arame (que utiliza uma fôrma

²⁴ O **PVC** (policloreto de vinila) IUPAC *polychloroeteno* é um plástico não 100% originário do petróleo. O **PVC** contém, em peso, 57% de cloro (derivado do cloreto de sódio - sal de cozinha) e 43% de eteno (derivado do petróleo). Como todo plástico, o **vinil** é feito a partir de repetidos processos de polimerização que convertem hidrocarbonetos, contidos em materiais como o petróleo, em um único composto chamado polímero. O **vinil** é formado basicamente por etileno e cloro.

durante a primeira fase de construção), que raramente apresenta problemas de vazamento e, se isso acontecer, a cisterna pode ser facilmente consertada; b) a cisterna de tela-cimento, aperfeiçoada no ano de 2005, com a utilização de material galvanizado, o que facilita a montagem, uma vez que o material galvanizado “fica em pé” na hora da montagem, sendo então dispensada a fôrma.

O P1MC tem como fundamento utilizar, no processo de construção das cisternas de placas, mão-de-obra local, ou seja, na confecção dessas tecnologias são utilizados pedreiros das próprias localidades, formados e capacitados pelo Programa e pelas próprias famílias, que executam os serviços gerais de escavação, aquisição e fornecimento da areia e da água.

Os pedreiros são remunerados e a contribuição das famílias nos trabalhos de construção se caracteriza como a contrapartida no processo. Conforme já esclarecido anteriormente, se a água da cisterna for utilizada de forma adequada, ou seja, se tiver a sua utilização voltada para o uso doméstico, de forma cuidadosa, o camponês poderá ter água de boa qualidade por até oito meses ao ano, o que é um avanço significativo na conquista da dignidade social do homem do campo e ponto de partida para possíveis rupturas com as práticas coronelistas que se associam com a problemática da escassez de água.

Na página a seguir é possível observar através de várias fotografias os dois tipos de cisternas de placas, a que tem a tampa retilínea e a que tem a tampa em forma de cone, bem como, fica claro que elas podem estar localizadas ao lado da casa ou mesmo um pouco distante da área residencial, o que neste caso dificulta um pouco a coleta de água da chuva, a partir da necessidade de se dispor de uma maior encanação para a obtenção da água captada do telhado.

Cisternas de placas: Zona rural - Sítios de Cajazeiras II e Lajedo de Timbaúba



Ilustração 31 – Cisterna de placa destinada ao consumo humano através da captação da água da chuva. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 32 – A água da cisterna de placa se tornou essencial para os camponeses no Semiárido brasileiro. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 33 – Cisterna de placa reduziu a distância dos locais de acesso à água. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 34 – Cisterna de placa construída pelo P1MC, significa água potável para a família. Cajazeiras II. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor.



Ilustração 35 – A convivência com tecnologias diferentes ofertadas ao homem do campo. Cajazeiras II. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor



Ilustração 36 – Retirada da água da cisterna através da bomba de bola de gude, feita artesanalmente pelos camponeses, mediante transferência de conhecimento da ASA. Cajazeiras II. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor.

3.2 P 1 + 2 - Programa uma terra duas águas

O Programa Uma Terra Duas Águas (P1+2) utiliza como referencial o Programa 1-2-1, desenvolvido na China. O clima semiárido, ao norte daquele país, de forma mais precisa na província de Gansu, caracteriza-se por precipitações irregulares e evaporação alta, o que traz para a agricultura dessa parte da China uma grande dependência da chuva como fonte de água. Nos últimos anos, o governo da província colocou em prática o programa “Providenciando água para o uso humano e para animais, desenvolvendo a economia agrícola e melhorando o meio ambiente através do uso de água da chuva”, denominado de “Programa 1-2-1”.

Esse programa conta com o apoio do governo chinês, que auxilia cada família a construir uma (1) área de captação de água de chuva, dois (2) tanques de armazenamento para água captada e a ter uma (1) terra para plantação de culturas comercializáveis.

O Programa P 1+2 é um programa de formação e mobilização social para a convivência com o semiárido e foi lançado oficialmente pela ASA em abril de 2007 no município de Soledade. Cerca de 250 pessoas, entre camponeses, autoridades locais, representantes da ASA, parceiros e convidados, compareceram ao lançamento do programa no Sítio Lajedo de Timbaúba, na propriedade do Sr. Inácio Tota, um dos camponeses mais comprometidos com as inovações e propostas do programa.



Ilustração 37 – Lançamento do P1+2 em Lajedo de Timbaúba. Pesquisa direta, abril de 2007. Foto do autor.



Ilustração 38 – Reunião com camponeses em Lajedo de Timbaúba durante o lançamento do P1+2. Pesquisa direta, abril de 2007. Foto do autor

O desenvolvimento do P1+2 tem sua origem nas dinâmicas sociais, comunitárias e territoriais, estimuladas, fortalecidas e criadas a partir do Programa de Formação Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um milhão de Cisternas Rurais – P1MC, desenvolvido pela ASA há alguns anos.

Neste sentido, muito embora o P1+2 apresente referências da experiência chinesa, a sua construção é inspirada nas dinâmicas do P1MC, alicerçada, por sua vez, na diversidade de experiências, na utilização sustentável da terra e dos recursos hídricos, desenvolvidas por famílias de camponeses do semiárido brasileiro, como podemos verificar no depoimento do camponês a seguir:

O agricultor entra com sua colaboração de trabalho, né? Fundos Rotativos e a ONG entra com a parte de material que é mais industrial, né? No caso, o tijolo, a lona e o cimento e o que a comunidade for... O que pertence à comunidade, a comunidade que banca tudo. Esse recurso é pra não sair, é pra ficar na comunidade. (Informação Verbal)²⁵.

Do ponto de vista conceitual e de sua metodologia, o P1+2 estabelece como suporte o modelo de atuação dos movimentos sociais, das pastorais de igrejas e das ONGs, inspiradas na Educação Popular, semelhante aos métodos empregados no P1MC, seguindo dessa forma o mesmo caráter de participação, em todas as suas fases, desde a preparação e elaboração até o final da implementação.

O P1+2 tem a coordenação da ASA, em parceria com a Petrobras e Fundação Banco do Brasil, e conta ainda com o apoio da RTS. Durante o lançamento do programa, em Lajedo de Timbaúba, o coordenador de Tecnologias Sociais da Petrobras, o Sr. Lenart Nascimento, presente ao evento, falou da importância do programa no tocante a garantia da água para a produção de forma descentralizada, possibilitando a fixação do homem na terra e, em alguns casos, uma renda extra.

O P 1+2 tem como meta oferecer ao camponês melhores condições de vida através da promoção da segurança alimentar e geração de renda, a partir do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para a produção de alimentos. A proposta inicial, prevista na primeira etapa do projeto, chamada de projeto demonstrativo, foi desenvolvida em 60 municípios de 10 estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão,

²⁵ Depoimento do Sr. Francisco Luis Pereira, membro da Associação de moradores de Lajedo de Timbaúba. Pesquisa Direta, em 17 de out. 2007.

Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), através da sistematização, intercâmbio e implementação de 144 experiências de captação da água para a produção agrícola familiar.

O P1+2 valoriza o conhecimento popular do camponês, que durante anos vem mostrando que é possível conviver com o semiárido. Assim, como o Programa Um Milhão de Cisternas, o P1+2 surge como uma proposta que visa recuperar e valorizar as mais variadas experiências desenvolvidas pelas comunidades sertanejas na eterna luta pela terra, pela água e pelo seu uso racional. Em consequência, constrói e elabora uma outra visão sobre o semiárido, na perspectiva de libertar-se de preconceitos e mistificações.

Na nomenclatura P1+2, o número “1” significa terra suficiente para que nela sejam desenvolvidas as etapas necessárias aos processos produtivos, os quais têm como objetivos a segurança alimentar e nutricional. O “2” diz respeito às duas maneiras de utilização da água – água potável imprescindível para cada família camponesa do semiárido e a água também extremamente importante para a produção agropecuária, de forma que as famílias de camponeses e o contingente a elas interligado tenham a plena condição de viver dignamente.

Assim, o P1+2 mantém como objetivos principais ir além da captação de água da chuva para o consumo humano, avançando para utilização sustentável da terra e do manejo adequado dos recursos hídricos para a produção alimentar (animal e vegetal), sempre na perspectiva da segurança alimentar e da geração de renda para o camponês inserido no semiárido.

Contrariando as ações históricas de combate à seca, como a distribuição de cestas básicas e a construção de grandes obras hídricas para favorecer o agronegócio, o P1+2 aposta na implementação de ações estruturantes e de pequeno porte. Dentre as alternativas de convivência com o semiárido, o P1+2 estimula o investimento em barragens subterrâneas, em tanques de pedra, barreiro de trincheira, cisterna adaptada à roça, dentre outras formas conjugadas de tecnologias sociais, a exemplo de cata-ventos e poços amazonas. Essas tecnologias complementares devem ser associadas, preferencialmente, às barragens subterrâneas, tecnologia que tem como princípio armazenar a água de escoamento para uso posterior: a parede da barragem é cavada para baixo da superfície do chão em solo raso, em direção ao subsolo cristalino impermeável. Em seguida, uma

barreira de terra ou pedras é construída e coberta com uma folha de PVC ao lado de onde vem a água para evitar vazamentos.



Ilustração 39 – Sinalização do evento, faixa colocada na Br-230 a 8 km da sede do município. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, abril de 2007. Foto do autor.



Ilustração 40 – Camponeses e convidados durante o lançamento do P1+2 em Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, abril de 2007. Foto do autor.



Ilustração 41 – Sr. Afonso na área do entorno da sua barragem subterrânea em sua propriedade, durante o período da estiagem. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, novembro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 42 – Área do entorno da barragem subterrânea na propriedade do Sr. Inácio Tota, durante o período de chuvas abundantes. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, junho de 2008. Foto do autor.

Toda barragem deve ter um sangradouro para escoar o excesso de água e evitar que a força da água quebre a barragem. Durante o inverno, acumula-se água no solo (e não na superfície, como nas barragens tradicionais). No solo encharcado com água cria-se um ambiente propício ao plantio de culturas anuais, de verduras, forragem para os animais e para plantio de árvores frutíferas, e/ou pode-se aproveitar a água armazenada a partir do poço amazonas que obrigatoriamente deve ser construído ao lado da barragem.

Segundo o Sr. Inácio Tota²⁶, o custo médio de uma barragem subterrânea varia entre R\$ 1.100,00/R\$2.000,00 (pequena) a R\$ 4.000,00 (grande).

3.3 Fundo Rotativo Solidário: um exemplo de organização e base da vida comunitária

A prática dos FRS tem uma longa história no Brasil, mas é a partir da década de 1980 que essas ações ganham força junto aos movimentos sociais e às diversas igrejas. No início dessa década, percebia-se cada vez mais claramente que as políticas e projetos assistenciais pouco contribuiriam para alterar as estruturas que geravam o empobrecimento. As pastorais sociais e comunidades eclesiais de base (CEB's) propuseram alternativas de desenvolvimento comunitário baseadas nas necessidades, práticas e culturas locais.

A ASA/PB desenvolve, desde 1993, ações de resgate e divulgação do saber camponês, bem como de construção do conhecimento agroecológico e de formação política, que têm com consequência o empoderamento²⁷ do campesinato no semiárido.

Concomitantemente, estavam se desenvolvendo, especialmente por iniciativa do PATAC, a ONG mais antiga da Paraíba na área rural, experiências de parcerias com outras ONGs, pastorais, associações comunitárias, visando a implantação de tecnologias simples facilitando a convivência das famílias camponesas com características do semiárido.

Os FRS constituem uma estratégia adotada pela ASA/PB para todas suas ações de implementação de tecnologias apropriadas à convivência com a região semiárida. Trata-se de uma forma de associação de crédito rotativo que possibilita, através da cooperação entre seus membros, a construção de um bem material pré-estabelecido.

²⁶ Camponês proprietário de 32 ha de terra no sítio Lajedo de Timbaúba, em Soledade-PB.

²⁷ Processo de ação social, no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder. In: PASE, H. L. Capital Social e Empoderamento. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC, Florianópolis, Brasil. Abril de 2007. Anais de Evento. Disponível em <<http://www.sociologia.ufsc.br>>. Acesso em ago 2008.

Inicialmente, os FRS tinham como objetivo colocar à disposição dos camponeses recursos destinados à construção de cisternas de placas, barragens subterrâneas ou qualquer outro bem que pudesse contribuir para uma convivência harmônica e ecologicamente sustentável com as regiões semiáridas, evitando assim, buscar esses recursos nos bancos oficiais, uma vez que neles a burocracia bancária atrelada a juros altos, levava o camponês a enfrentar situações desvantajosas frente a essas instituições financeiras. No modelo adotado pelos FRS, a administração dos recursos é realizada pela própria comunidade local, sendo esses recursos retornados às comunidades, segundo regras definidas localmente, a fim de beneficiar todas as famílias participantes.

O primeiro FRS surgiu no município de Soledade, no ano de 1993, na comunidade de Caiçara, zona rural do município. Esse fundo teve como objetivo a construção de cisternas de placas. A partir de então, o FRS se propagou por toda a Paraíba, em primeiro lugar nas comunidades rurais do município de Soledade, a *posteriori* nos demais municípios do Estado.

Visando propagar esse modelo pelos demais municípios do Estado, a ASA/PB realizou parcerias com diversas outras instituições, sendo essa medida, portanto, um trampolim para a expansão do projeto, o qual teve, a partir dessas parcerias, novas formatações de funcionamento, devido às especificidades inerentes a cada município, bem como às características de cada comunidade.

O sistema de FRS apresenta vários aspectos positivos e relevantes para o homem do campo. Em um primeiro momento, o FRS visa atender às necessidades por pequenos investimentos produtivos ou de infraestrutura que venham a contribuir com a economia das famílias camponesas.

Em um segundo momento, fica claro que não se trata de “favor” e sim de um empréstimo a ser quitado (pelo menos parcialmente) e revertido para um fundo comum comunitário, denominado pelos camponeses de poupança comunitária, o qual não deve criar dependência. A intenção é fomentar nos camponeses o orgulho de exibir o bem construído a partir dos seus esforços e da coletividade.

Em um terceiro momento, é considerado que os FRS servem como fomento para a organização comunitária, passo essencial na busca pela cidadania e de melhores condições de vida para os camponeses inseridos no semiárido brasileiro, fugindo assim, da dependência política dos poderes locais, conforme afirma o Sr.

Inácio Tota: “a associação deve se desligar da política, só assim a comunidade vai se desenvolver” ²⁸.

Os FRS são elementos que favorecem, de certa forma, uma espécie de pedagogia dirigida à cidadania e à organização das comunidades camponesas. Tem ainda como finalidade fortalecer as associações comunitárias mediante incentivo à participação coletiva, fator essencial para a articulação dos camponeses no semiárido paraibano.

²⁸ Informação concedida ao autor. Pesquisa Direta, Lajedo de Timbaúba, novembro de 2007.

A photograph of a man wearing a straw hat, smiling and holding a branch of a green plant with long, thin leaves. The background is filled with more green foliage. The text is overlaid on the image.

Capítulo 04

Convivência e possibilidades no semiárido paraibano

Neste capítulo analisamos a convivência e as possibilidades do camponês, inserido em áreas semiáridas, tomando como objeto de estudo as comunidades de Lajedo de Timbaúba e Cajazeiras II. Trata-se de dois sítios, pertencentes a grupos com relações fortes de parentescos. Discorreremos sobre as mais variadas formas de convivência, analisando e expondo as condições socioeconômicas dos camponeses, a partir do uso e incorporações de tecnologias sociais e práticas alternativas que possam contribuir para a elevação da sua qualidade de vida e de sua autossustentabilidade no semiárido, a exemplo de cisternas de placa, barragens subterrâneas, tanque de pedra, silagem, cultivo de plantas alternativas, dentre outras.

A força do trabalho familiar é o elemento inicial e que mais se destaca na caracterização da produção camponesa. Segundo Oliveira (1997) o trabalho familiar é o “motor do processo de trabalho na produção camponesa”. Nesse processo de produção não há separação do trabalho da pessoa do trabalhador, sua força de trabalho é convertida em mercadoria. Ao referir-se a esse tema, Oliveira (1997, p. 56) diz que:

[...] cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulado pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo.

Sendo assim, a produção camponesa tem como alicerce central para a sua reprodução o trabalho familiar, o qual apresenta como característica básica e fundamental a articulação familiar. Oliveira (1997, p. 56) afirma que é:

[...] derivado dessa característica que a família abre a possibilidade da combinação muitas vezes articulada de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa. É assim que o trabalho assalariado, ajuda mútua e parceria aparecem como relações que garantem a complexidade das relações na produção camponesa. Porém essa complexidade de relações estabelecidas é primeiro e fundamentalmente, articulada a partir da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo.

O camponês se relaciona com o mundo através do que produz, ficando o seu trabalho oculto em seu produto. Neste sentido, o seu trabalho não se manifesta como uma relação de trabalho, contudo, na prática seja. Trata-se de uma relação invisível com o mercado de produtos e, através dele, com o capital, que quando avança, via de regra, destrói as relações de trabalho tradicionais, criando novas relações de trabalho, ou seja, relações assalariadas e a precarização do trabalho. O capital vem ao longo do processo histórico expulsando o camponês do campo.

Entretanto, essa relação invisível com o mercado se apresenta de forma variada, fundamentada na sua existência como pessoa. As relações sociais imediatas para o camponês são outras, ou seja, são as relações de família, que para o camponês se trata de uma família extensa, baseada em várias gerações, as quais

vivem em proximidade, inclusive muitas vezes num mesmo espaço. Observa-se também este contexto nas relações de vizinhança, na comunidade, no povoado, na “rua”, dentre outros.

Para Martins (2002, p.72), “[...] não é incomum que essas sociabilidades vicinais expressem, na verdade, uma teia de relações parentais”. É o que muitas vezes acontece nas comunidades camponesas mais antigas, onde todos são parentes de todos, parentescos esses construídos ao longo de muitos anos.

É no lugar que o ser humano pode construir uma sociedade mais harmônica, mais voltada para as comunidades locais, a partir da construção de relações que passem pela discussão e envolvimento dos atores locais, as quais se desenvolvem a partir dos valores, costumes e relações sociais vigentes²⁹.

A presença de uma teia de relações que se expressam em práticas solidárias é fato facilmente encontrado nas duas comunidades aqui estudadas, pois os dois sítios congregam grupos sociais que têm fortes relações de parentesco, Lajedo de Timbaúba, com uma área de com 200 hectares, e, Cajazeiras II com uma área de 05 hectares.

4.1 A esperança em Lajedo de Timbaúba

O sítio Lajedo de Timbaúba foi originado em 1924, ano em que choveu bastante em Soledade. Segundo o Sr. Inácio Tota, atual presidente da Associação Comunitária do Desenvolvimento de Lajedo de Timbaúba, o nome da comunidade foi originado a partir da árvore nativa, muito comum na época chamada de “sipaúba”. Trata-se de um sítio com 200 hectares, que teve em sua origem 22 famílias, hoje há 36 famílias com propriedades que variam entre 03 e 19 hectares, sendo que 30 dessas famílias³⁰ moram na comunidade, com um contingente de 98 moradores, todos parentes, divididos entre tios, primos, irmãos, dentre outros. Essas famílias têm como principal atividade a agricultura e em segundo lugar a criação animal. As outras seis famílias proprietárias restantes residem na sede do município de

²⁹ Fala proferida por RODRIGUES (2006), em aula na disciplina Geografia e Cultura, do PPGG/UFPB, tendo por base o pensamento de Milton Santos.

³⁰ Dados atualizados mediante pesquisa de campo realizada em 13 de junho de 2008 em Lajedo de Timbaúba.

Soledade ou em outras localidades, as quais ficam sob a responsabilidade de parentes.

A zona rural do município de Soledade apresenta-se de forma distinta da zona rural de Assunção no tocante a maneira como a sociedade civil organizada se articula no cotidiano. Fica evidente que nesse município as ações da ASA, PATAC, Projeto Dom Helder e do Sindicato Rural são mais destacadas. A comunidade trabalha com uma perspectiva de convivência com a seca, embora seja essa uma realidade que demande amadurecimento da comunidade e intervenção do Estado no espaço rural do município, bastando, para isso, observar o fato de que em outubro de 2007³¹ havia apenas 117 cisternas de placas na zona rural do município, mesmo com pleno abastecimento de água do açude de Boqueirão, com um alto custo de transporte, executado pelo Exército Brasileiro.

Para chegar ao Sítio Lajedo de Timbaúba é preciso percorrer a distância de 8 km de Soledade, no sentido Leste/Oeste da BR-230, em seguida seguir por um outro acesso à direita da BR-230 e caminhar mais 5 km por uma estrada de barro, até chegar à comunidade. O lugar fica distante aproximadamente 13 km da sede do município.

No lugar existem diversos afloramentos de granito, em toda parte há exposição desse tipo de rocha, daí o nome Lajedo. Em toda a comunidade há 21 tanques de pedra, que é um tipo de tecnologia social voltada para o acúmulo de água da chuva, tratando-se de um reservatório de água a céu aberto inserido nos afloramento de granitos.

Para falar em Lajedo de Timbaúba é necessário falar no camponês Sr. Inácio Tota. Homem simples, porém sábio, o Sr. Inácio detém o conhecimento empírico resultante de um esforço em aprender a viver em seu lugar de origem. Líder comunitário local, considera-se um agricultor experimental, totalmente voltado e aberto ao novo, às novas experiências no campo. A forma de articulação e organização da comunidade de Lajedo de Timbaúba dá-se através da sua Associação de Moradores, o que possibilita um bom nível de compreensão dos problemas locais e conscientização. Faz-nos chegar a essa conclusão as palavras do Sr. Inácio ao afirmar que, “[...] quando a gente tem autonomia, a gente começa a ter resposta”, ao que acrescenta:

³¹ Dado obtido mediante pesquisa de campo realizada em outubro de 2007.

[...] Essa associação é uma das poucas no município amparada de lei. Nós não temos uma sede ainda, nos reunimos no grupo escolar, que é do município. Não temos recurso pra ter uma sede. Nos reunimos no primeiro sábado de cada mês, chova ou faça sol e define as coisas”. Hoje eu tô satisfeito com a reunião da Associação, mais do que com a participação dos políticos, porque quando vem um político pra reunião, o índice de participantes é muito pequeno, porque as pessoas não estão mais acreditando e nós temos feito um trabalho grande juntos, cuidando do que a comunidade precisa.... Quando a gente quer resolver, conversa com todo mundo junto, quando tem uma divergência vai maioria, tem que dar a vez a quem tem aprovação. (Informação Verbal)³²



Ilustração 43 – Família do Sr. Inácio Tota, ministrando “palestra” durante o lançamento do P1+2. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, abril de 2007. Foto do autor



Ilustração 44 – Grupo escolar municipal, local das reuniões da Associação dos Moradores de Lajedo de Timbaúba. Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.

A história do Sr. Inácio Tota na comunidade começa no ano de 1974, quando ele herdou a primeira propriedade com 19 hectares. Ao longo do tempo e mediante trabalho árduo conseguiu comprar uma nova propriedade de 13 hectares, dentro da comunidade de Lajedo de Timbaúba. Antes, trabalhou diversas vezes em São Paulo na construção civil³³. Essa passagem na vida de Sr. Inácio reforça o que já sabemos, que o camponês do semiárido brasileiro é constantemente expulso de suas terras e levado a sujeitar-se à exploração nas cidades, através da venda de sua mão-de-obra, ou seja, através do seu trabalho, muitas vezes engrossando o exército industrial de reserva.

A experiência da migração não o convenceu a permanecer na cidade, retornou às suas terras e através do programa globo rural tomou conhecimento dos benefícios que a barragem subterrânea podia trazer para o camponês em áreas com

³² Depoimento do Sr. Inácio Tota concedido ao autor. Pesquisa Direta, 24 de nov. 2008.

³³ Aonde chegou a dormir no chão. Depoimento do Sr. Inácio Tota concedido ao autor. Pesquisa Direta, 24 de nov. 2008.

problemas de stress hídrico. A reportagem relatava as experiências das barragens subterrâneas localizadas no município de Ouricuri – PE. A reportagem despertou nele o interesse por essa proposta de mudança na forma de ver a relação com a natureza e a forma de organização da comunidade.

Na tentativa de pôr em prática suas ideias, ele se articulou com o Sindicato Rural e com entidades não governamentais, no sentido de propor um modelo novo de convivência com o semiárido. Hoje o Sr. Inácio Tota é um multiplicador deste conhecimento acerca dessas tecnologias sociais voltadas para o semiárido. Além de praticar o intercâmbio, ele é um dos instrutores e multiplicadores mais requisitados de Soledade. Em pesquisa de campo realizada em outubro de 2007, pudemos vivenciar uma prática de intercâmbio, na qual o Sr. Inácio teve a oportunidade de levar o seu grande conhecimento sobre barragens subterrâneas, assessorando e implantando uma barragem no município de Maturéia, no sertão paraibano, na propriedade de dona Lêla, camponesa e pessoa comprometida com essa proposta de convivência com a semiaridez.

A necessidade de sobrevivência fez com que as famílias de Lajedo de Timbaúba se organizassem para buscar novos conhecimentos. A organização fortaleceu-se no ano 1999 quando, por ocasião de uma grande seca que atingiu a região, eles buscaram a aproximação com Sindicato Rural de Soledade para se apoiar e reforçar seus interesses, pois acreditavam que sozinhos as dificuldades seriam maiores e a possibilidade de avançar seria mais difícil. Conforme explica dona Maria do Céu³⁴: “uma mão lava a outra, e as duas lava o rosto”.

Na propriedade do Sr. Inácio, pudemos observar, além da determinação dos componentes familiares, fator preponderante para a resistência e fixação do homem no campo, a existência de barragens subterrânea, poço amazonas, cata-vento e cisterna de placas, silo para forragem e dutos simples de irrigação. A partir da utilização dessas tecnologias sociais, a família composta por dois homens e três mulheres, realiza de forma harmoniosa a divisão do trabalho a partir da distribuição das tarefas. Os homens ficam responsáveis pelo cultivo e colheita, pela ordenha, pelo cuidado com os animais, pela silagem, eles são também responsáveis pela manutenção das tecnologias sociais, dentre outras atividades. Às mulheres cabem as atividades domésticas, como cozinhar, lavar e passar roupas, fazer faxina,

³⁴ Camponesa proprietária de 04 hectares de terra em Lajedo de Timbaúba.

realizar a limpeza na casa, cuidar do jardim, bem como colher as frutas e transformá-las em polpas, doces, picolés, através da usina de beneficiamento de frutas.

Na propriedade são cultivados, milho, feijão, batata, legumes como, tomate, pimentão, diversos tipos de frutas, dentre elas pinha, acerola, coco, caju, graviola, umbu, plantas e flores diversas, dentre outras. Há a criação de galinhas, porcos, vacas, bodes e ovelhas. Tudo é produzido sem a utilização de agrotóxicos e fertilizantes artificiais, através de adubo natural, mediante o manejo racional dos esterco dos animais de criação.

A produção de forragem para os animais de criação é outra realidade possível de ser constatada na propriedade, fato oriundo através do plantio e cultivo de espécies especialmente destinadas a esse fim, tais como a palma forrageira (*Nopalea cochenillifera* Salm-Dyck ou *Opuntia ficus indica* Mill); moringa (*Moringa oleifera*); sabiá (*Mimosa caesalpineafolia*); gliricídea (*Gliricidia sepium*); leucena (*Leucaena spp*); sorgo (*Sorghum bicolor* L. Moench) e capim elefante (*Pennisetum purpureum*).

A propriedade tem um apiário com 10 caixas de abelha Apes, tipo africana, produzindo 13 litros de mel por colmeia.

Assim, ao longo da nossa pesquisa, foi possível constatar em Lajedo de Timbaúba, a disposição às novas ideias, que lá não há espaço para:

[...] alimentar o preconceito de que camponês é igual a atraso, ou mesmo que vive fora do tempo, emaranhado em costumes arcaicos, ao observar inocente, o capitalismo passar, inovar e transformar. [...] Sua vida familiar, relações de parentesco e herança são regidas por códigos flexíveis o suficiente para adaptar as mais diversas relações que surgem entre parentes a inflexíveis realidades materiais de áreas fisicamente limitadas a necessidades de possuir terra para assegurar a continuação da família; à garantia de mão-de-obra familiar para desempenho de diferentes tarefas, num contexto onde não é possível arcar com a despesa de assalariar estranhos (MOURA, 1986, p. 27).

Neste sentido, o trabalho em família e entre os membros da comunidade é de fundamental importância para a produção e a reprodução do espaço camponês em Lajedo de Timbaúba.

Outro morador de Lajedo de Timbaúba, o Sr. Afonso Mendonça³⁵, possui uma propriedade menor, com quatro hectares. Segundo ele, em 2002, junto com outros moradores do sítio, fizeram várias visitas de intercâmbio para conhecer experiências de outras famílias de camponeses que estavam experimentando iniciativas para melhor conviver na região semiárida. Na ocasião, o Sr. Afonso teve a oportunidade de conhecer as experiências positivas envolvendo barragens subterrâneas, fato que despertou seu interesse em experimentar essa tecnologia alternativa em sua propriedade. Junto com a barragem ele construiu um poço amazonas, pois o mesmo trabalha consorciado à barragem, como forma de acumular água para o consumo principalmente dos animais.

Em depoimento realizado em novembro de 2007, o Sr. Afonso Mendonça diz que:

[...] o solo está com uma cobertura muito boa para trabalhar. A terra que antes era levada pelo riacho agora fica na propriedade, possibilita uma maior quantidade de água e de produção, dessa forma já aumentou a área de plantio da barragem três vez. (Informação Verbal)³⁶

Pudemos observar que em sua propriedade, o Sr. Afonso e sua família cultivam pinha, laranja, goiaba, melancia, melão, pepino, graviola, caju, batata-doce, macaxeira, feijão e milho, bem como, espécies destinadas à ração animal, tais como palma forrageira, cana-de-açúcar, gliricídea, leucena, sabiá, moringa, capim elefante, além de plantas nativas como baraúnas, angico, jurema, pereiro, facheiro e xique-xique, os quais servem de alimentos para a pequena criação de garotes, cabras e ovelhas.

Assim como o Sr. Inácio Tota, o Sr. Afonso mantém uma criação de abelhas nativas, em um total de 25 colmeias produzindo mel que, segundo ele já tem a venda garantida na zona urbana de Soledade. As colmeias apresentam a seguinte produção: “cada caixa produz um litro de mel por ano, vai de acordo com as flores, depende do inverno”³⁷.

³⁵ Entrevista concedida mediante pesquisa de campo realizada em 24 de novembro de 2007.

³⁶ Informação Verbal concedida ao autor. Pesquisa Direta, novembro de 2007.

³⁷ Informação Verbal concedida ao autor. Pesquisa Direta, novembro de 2007.



Ilustração 45 – O Sr. Afonso Mendonça, preparando forragem para os animais em sua propriedade em Lajedo de Timbaúba. Pesquisa direta, novembro de 2007. Foto do autor.

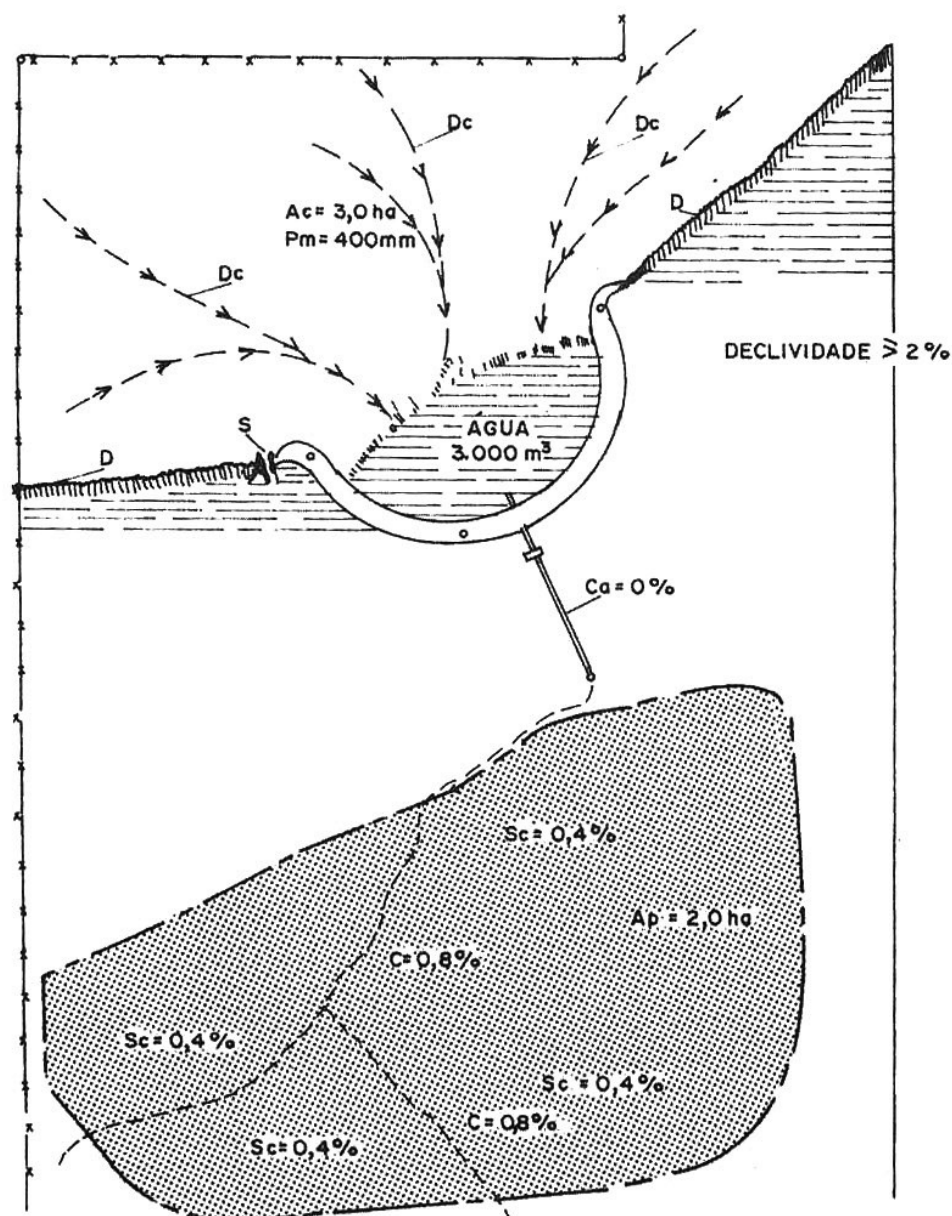
Ilustração 46 – Apiário de abelhas nativas no sítio do Sr. Afonso Mendonça, em Lajedo de Timbaúba. Pesquisa direta, novembro de 2007. Foto do autor.

As iniciativas e articulações da comunidade na busca da convivência com a semiaridez parecem ilimitadas, tanto no que diz respeito às formas e processos que possibilitem o acúmulo e o manejo da água, bem como às alternativas de técnicas e soluções locais ou importadas de outras regiões/locais que se assemelhem ao nosso semiárido.

A metodologia adotada pelos camponeses, apoiada e financiada pelas organizações não governamentais inseridas nesse processo de convivência e superação dos desafios apresentados ao camponês, é o modelo de intercâmbio. Esse se fundamenta em visitas a outras comunidades.

Através desse mecanismo de aprendizagem e troca de ideias, os camponeses se capacitam através da socialização de conhecimentos relacionados à convivência com o semiárido. A proposta é trazer novas experiências que obtiveram êxito em outros municípios e/ou em estados vizinhos, que consequentemente possam ser implantadas ou adaptadas à realidade local.

Apresentamos a seguir nas páginas 103, 104 e 105 iconografias que ilustram as descrições já feitas sobre as tecnologias sociais, a exemplo de barragens subterrâneas, barreiros de salvação e os procedimentos técnicos para sua construção, como também, na página 106, fotografias, onde constam as alternativas e a forma de articulação praticada em Lajedo e Timbaúba.



LEGENDA

A_c = ÁREA DE CAPTAÇÃO	Sc = SULCOS E CAMALHÕES
D = DIQUE DIVISOR DE ÁGUA	A_p = ÁREA DE PLANTIO
D_c = DRENO COLETOR	S = SANGRADOURO
Ca = CONDUTOR DE ÁGUA	P_m = PRECIPITAÇÃO MÉDIA
C = CANAL DE IRRIGAÇÃO	

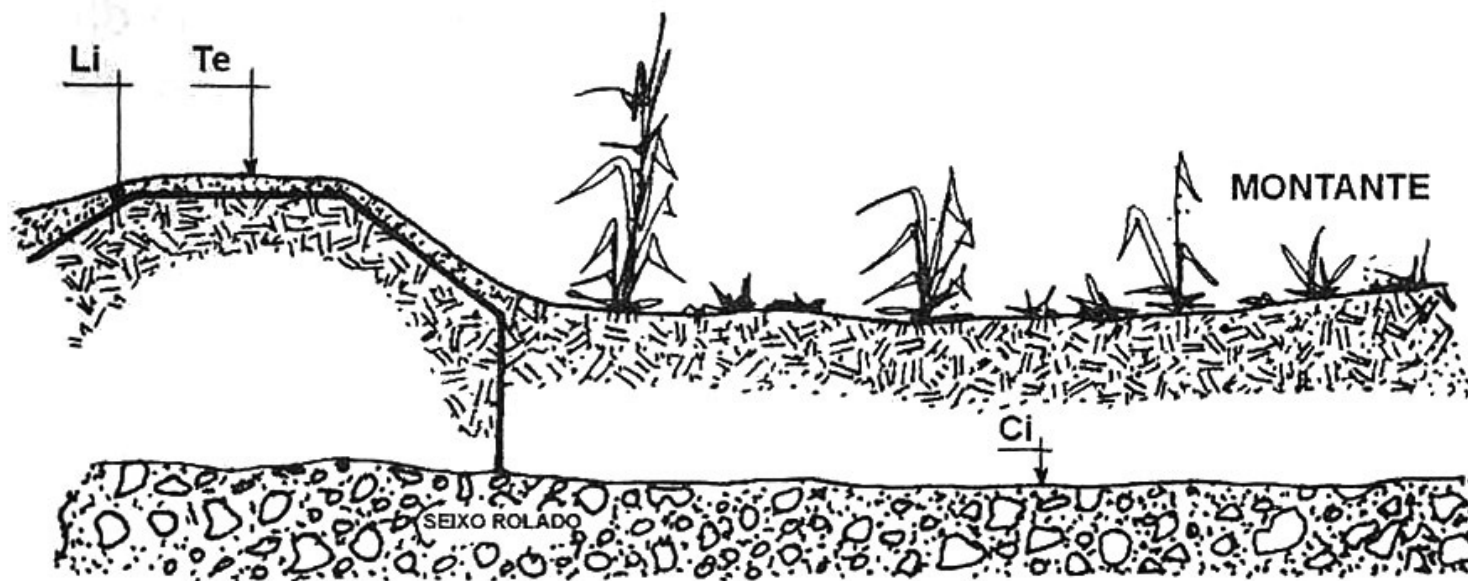
APROVEITAMENTO DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL (SAES): BARREIRO PARA USO COM IRRIGAÇÃO DE SALVAÇÃO

Ilustração 47 – Esquema gráfico de aproveitamento do escoamento superficial (SAES): barreiro para uso de irrigação de salvação. Fonte: DUARTE, Renato. O Estado da Arte das Tecnologias para a Convivência com as Secas do Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. (Série Estudos sobre as Secas no Nordeste). V. 6.



CACIMBA REVESTIDA DE TIJOLOS

Ilustração 48 – Cacimba revestida de tijolos. Fonte: DUARTE, Renato. O Estado da Arte das Tecnologias para a Convivência com as Secas do Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. (Série Estudos sobre as Secas no Nordeste). V. 6.



LEGENDA

- Te** - CAMADA DE TERRA
Li - LONA IMPERMEABILIZANTE
Ci - CAMADA IMPERMEABILIZANTE
 (Rocha)

BARRAGEM SUBTERRÂNEA

Ilustração 49 – Barragem Subterrânea. Fonte: DUARTE, Renato. O Estado da Arte das Tecnologias para a Convivência com as Secas do Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. (Série Estudos sobre as Secas no Nordeste). V. 6.

Alternativas e articulação em Lajedo e Timbaúba – Soledade - PB



Ilustração 50 – Área do entorno da barragem subterrânea na propriedade do Sr. Inácio Tota, durante o período das chuvas abundantes. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, junho de 2008. Foto do autor.



Ilustração 51 – Feijão colhido do plantio da propriedade do Sr. Inácio Tota, durante o período de chuvas abundantes. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, junho de 2008. Foto do autor.



Ilustração 52 – Plantio de Sabiá, servindo como planta forrageira e para a confecção de estacas e mourões, cultivada ao lado da barragem subterrânea na propriedade do Sr. Inácio Tota. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, junho de 2008. Foto do autor.



Ilustração 53 – Catavento, tecnologia utilizada sempre consorciada com a barragem subterrânea. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, junho de 2008. Foto do autor.



Ilustração 54 – Poço amazonas e ao fundo a barragem subterrânea na propriedade do Sr. Inácio Tota. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, abril de 2007. Foto do autor.



Ilustração 55 – Plantio de Gliricídea na área do entorno da barragem subterrânea na propriedade do Sr. Inácio Tota. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, abril de 2007. Foto do autor.

O aprendizado e as trocas de ideias não se limitam somente às tecnologias sociais, mas também a um grande universo de experiências, tais como o FRS, o projeto Arca das Letras³⁸, coordenado pelo Projeto Dom Helder e, mais especificamente, o Grupo de Mulheres e o cultivo de espécies alternativas de vegetais destinados à produção de forragem para os animais de criação, a exemplo da moringa, da gliricídea, da leucena, do sabiá, do capim elefante e do sorgo. Essas espécies são utilizadas e processadas através do consorciamento, ou seja, misturadas de forma balanceada e estocadas em silos cobertos com lonas, visando à conservação para a utilização futura nos meses de estiagem prolongada, além de utilizadas largamente para compor e completar a ração destinada aos animais de criação, bem como são utilizadas para a confecção de mourões e cercas e tratamento da água para consumo humano, conforme podemos observar na tabela 10 abaixo.

Espécies vegetais	Uso e aplicabilidade
Moringa ou lírio do campo	Serve para purificar e para o tratamento da água para consumo humano. É utilizado ainda na mistura do preparo da ração animal.
Gliricídea	É utilizado na construção de cerca, madeira e ração animal.
Leucena (Leucaena)	Utilização voltada para a ração animal.
Sansão do campo ou Sabiá	Utilizada como cerca viva, quebra-vento. Confecções de estacas e mourões. A folha e a vargem são utilizadas como ração para os animais de criação.
Sorgo	Utilização voltada para a ração animal.
Capim elefante	Utilização voltada para a ração animal.

Tabela 10 – Espécies alternativas de vegetais plantados em Lajedo de Timbaúba. Fonte: Pesquisa direta, Lajedo de Timbaúba, 13 de junho de 2008. Elaborada pelo autor.

No que se refere à organização e à articulação da comunidade, a experiência com FRS tem demonstrado que é possível a organização entre os camponeses para um melhor convívio com as adversidades apresentadas pela semiaridez. No caso de Lajedo de Timbaúba, a Associação Comunitária é quem administra os recursos obtidos pelo Fundo Rotativo, a qual tem como presidente e vice-presidente os senhores Inácio Tota e Francisco Alcântara, respectivamente. A associação conta

³⁸ Projeto mantido pela coordenação de Ação Cultural da Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA.

hoje com 45 associados que se reúnem todo primeiro sábado de cada mês, no grupo escolar municipal inserido em Lajedo de Timbaúba. O Fundo tem servido para estimular a forma de organização comunitária e vem desenvolvendo, de forma coletiva, algumas estratégias de acesso e manejo da água para consumo familiar e para a produção de alimentos orgânicos. Os associados se reúnem e discutem coletivamente o que fazer com os recursos obtidos.

Recentemente, e dentro do programa P1+2, a Associação coordenou um mutirão de trabalho focado na melhoria do tanque de pedra da comunidade, o maior dos 21 tanques existentes na comunidade, mediante recursos oriundos da própria Associação. Foram 100 dias de serviço/homem, organizados com a finalidade de aumentar a capacidade de acumulação de água e realizar melhorias em seu entorno. Segundo o Sr. Inácio Tota, a Petrobras cedeu 90 sacos de cimento, contudo, a mão-de-obra foi totalmente da comunidade de Lajedo de Timbaúba. A forma de participação no FRS em Lajedo de Timbaúba se dá de duas formas: contribuição em dinheiro ou em trabalho (mão-de-obra).

Por esse motivo ele afirma:

Quando a gente tem autonomia, a gente começa a ter resposta. [...] a gente discute o que alcança a gente, se não a gente não é lembrado, porque se a gente não tá discutindo não tá defendendo a nossa casa [...] a comunidade só tem liberdade se tiver discutindo, se não, não se liberta. (Informação Verbal)³⁹.



Ilustração 56 – Tanque de Pedra pertencente à comunidade, local de extrema importância para Lajedo de Timbaúba, na época da seca. Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 57 – Fonte de armazenamento para a forragem animal, os silos são alternativas para a sobrevivência dos animais no período da seca. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, junho de 2008. Foto do autor.

³⁹ Depoimento concedido pelo Sr. Inácio Tota. Pesquisa Direta, 13 de junho de 2008.

A comunidade é referência quando se trata da utilização de tecnologias sociais, basta observar o levantamento dos números dessas tecnologias e a importância que elas representam para a comunidade. Na tabela 11, podemos verificar esses números apresentados pelo PATAC e pela Associação dos moradores de Lajedo de Timbaúba, onde a quantidade de água acumulada era de 34.235.210 litros de água, o que equivale a 4.279 carros-pipa de 8.000 litros, considerando que a água que é trazida para Soledade vem do açude de Boqueirão, o que configura uma economia muito grande de recursos para o Governo Federal.

Tipo de tecnologia social	Quantidade	Volume de água estocada em litros	Quanto representa em carros pipas-cap. 8.000 litros
Tanque de Pedras	21	2.545.210	318
Barragem subterrânea	07	7.920.000	990
Cisterna de placas	28	448.000	56
Barreiro tradicional	09	20.767.000	2.596
Poço amazonas	07	(*) 2.555.000	319
Total	72	34.235.210	4.279

Tabela 11 - Quantidade de água estocada em Lajedo de Timbaúba. Fonte: Patac/Associação de Lajedo de Timbaúba – 22 de março de 2008.

(*) Considerando 1.000 litros/dia por cada poço – 07 poços x 365 dias/ano = 2.555.000 litros/ano utilizado.

Em Lajedo de Timbaúba, como dito anteriormente, há ainda três projetos de extrema importância para a comunidade local, que são a Arca das Letras, coordenado pelo Projeto Dom Helder; o banco de sementes e o Grupo de Mulheres que são apoiados pela ASA.

O programa Arca das Letras mobiliza as populações das comunidades rurais, que participam na definição dos acervos e dos agentes de leitura, voluntários que atuam nas atividades de empréstimo de livros e incentivo à leitura. O programa do MDA articula parcerias para que as populações das comunidades rurais que não dispõem de bibliotecas possam ter acesso ao livro. O acervo da biblioteca rural é formado com títulos doados pelo Ministério da Educação, pelo Senado, por editoras e por ONGs, além dos que são obtidos por doação de escritores e das populações urbanas através de campanhas.

Em depoimento concedido em novembro de 2007, a Sra. Adriana Arruda, moradora de Lajedo de Timbaúba e representante do Projeto Dom Helder junto à comunidade, explica como funciona a Arca das Letras:

O projeto veio do Projeto Noel de Câmara visando essa implantação nas zonas rurais, visando fazer com que os alunos, as pessoas da agricultura, não vendo só o alunado, as pessoas em geral da comunidade estejam inseridos, ter propriedade de se apropriar de uma leitura e a partir da leitura ter uma melhor visão do mundo. Apropriar a visão do mundo, até sua própria fala. Esse é o objetivo da Arca das Letras, já fiz visita como a professora né? Tentando atingir as crianças, daí, as crianças como eles tem um dom muito bonito aí tentar atingir eles pra atingir os de maiores idades. A gente fez a visita, ela já escolheu os livros e já trabalhou isso em sala de aula e sempre nas reuniões, nas oficinas eu procuro expor pra que as pessoas procurem a Arca das Letras, porque parece pequeno, mas tem bastante conhecimento. (Informação verbal)⁴⁰

As famílias têm acesso aos acervos que contêm livros didáticos, literatura infantil, para jovens e adultos, dicionário, livros e cartilhas de cidadania e apoio à produção rural.

Quanto ao banco de sementes, existe o Programa Nacional de Sementes, que é uma iniciativa do MDA, voltado para fortalecer as experiências de manejo sustentável desenvolvidas pelas famílias dos camponeses do semiárido brasileiro. A proposta é distribuir sementes pertencentes à cultura local, a exemplo do milho e do feijão, para que haja a possibilidade desses camponeses planejarem melhor a sua safra e conviverem melhor nos períodos de estiagem, no que se refere às plantações de lavouras e ao plantio de espécies destinadas à forragem animal.

Em Lajedo de Timbaúba, o banco de sementes é organizado pela Associação dos Moradores, onde todos os camponeses da comunidade podem ter acesso às sementes, inclusive aqueles que não fazem parte da Associação. Neste caso para aprovação prévia dos associados, as demandas são “levadas” para o coletivo, ou seja:

[...] discute na Associação e ela que decide. Vale pra comunidade toda, até pra mais... por exemplo, porque a gente jamais vai deixar um vizinho sem plantar porque não choveu e ele tá em difícil, que ele não planta. Porque aqui a gente tem cuidado com a gente, toda vida fizemos isso nós somos solidários aos outros vizinhos, que quando tem um doente nós tentamos ajudar, o que eles precisam a gente tenta [...] E se nós precisamos também os outros vizinhos tão preocupados também [...] A gente pra ser comunitário tem que ser dessa maneira. Tem que usar esse meio, não só os daqui [...] Quatro organizados e cinco morrendo de fome [...] não é por aí. Eu sou muito trazer os que tão sofrendo do que os que tão contribuindo. Porque os que tão contribuindo já tão com a cabeça feita e os que tá

⁴⁰ Informação concedida ao autor. Pesquisa direta, novembro de 2007.

lá fora tão sofrendo. Se tão sofrendo é porque não tem conhecimento [...] Nessa forma nós discutimos o banco de sementes. (Informação verbal)⁴¹.

Um fato importante é que, em Lajedo de Timbaúba, o banco de sementes não é só destinado ao armazenamento de sementes para o cultivo de lavouras tradicionais, mas também há um trabalho de armazenamento de sementes voltado para espécies de plantas alternativas para a forragem animal.

[...] porque não é só semente do consumo humano, é semente do consumo animal, a forrageira, hoje eu aprendi uma coisa: a gente planta o milho, porque não plantar o sorgo, que é uma planta forrageira que não tá servindo pra gente se alimentar, mas tá servindo pra alimentar um animal. E a solução é essa. (Informação verbal)⁴²

O espírito inovador e a capacidade de articulação dos camponeses em Lajedo de Timbaúba, são exemplos a serem seguidos por outras comunidades. A necessidade de sobrevivência em uma área semiárida faz com que a competência criativa e adaptação dos camponeses sejam colocadas em prática constantemente, basta observar o modelo de organização implantado a partir do Grupo de Mulheres. Trata-se de um grupo de camponesas que se articularam e formaram um sistema de pequena produção e beneficiamento de frutas nativas durante as diferentes épocas do ano.

O início desse trabalho se deu a partir de uma visita de intercâmbio realizada por algumas famílias de Lajedo de Timbaúba ao município de Remanso-BA, em meados de 2002, visando conhecer as experiências desenvolvidas com o beneficiamento de frutas. No regresso do intercâmbio, um grupo formado por dez mulheres se organizou e passou a beneficiar frutas para alimentação das famílias, diversificando assim a oferta de alimentos na forma de sucos, compotas, doces e geleias. É importante frisar que essa iniciativa mostrou, dentre outras potencialidades, as frutas nativas existentes na comunidade e que pouco estavam sendo aproveitadas.

O grupo adquiriu, com ajuda da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (EMEPA), duas máquinas destinadas a extrair sucos das frutas,

⁴¹ Depoimento concedido ao autor pelo Sr. Inácio Tota. Pesquisa Direta, novembro de 2007.

⁴² Idem.

semelhantes a uma cuscuzeira, equipamento conhecido através das visitas de intercâmbio. Trata-se de um equipamento simples, contudo, com funções diversificadas. Além desses maquinários, foi doado também pelo centro de experimentação da EMEPA, um freezer para armazenamento das polpas e sucos.

Atualmente o Grupo de Mulheres conta com cinco participantes:

[...] começou com dez [...] Mas o problema era tão difícil que só ficamos cinco que tá batalhando ainda pelo grupo. Mas pra vista que teve, agora tá muito fácil porque antes era difícil, a gente consegue vender produto, já vende para merenda escolar, pra CONAB, pros eventos que a gente participa, pra COPERNUTE, de Campina Grande, a gente já vendeu pra uma cooperativa, um grupo de 32 mulheres que trabalham... A gente já vendeu lá também. Foi muito difícil pra gente começar esse grupo, pra formar esse grupo, foi tanto que as outras cinco desistiram, o problema era recurso e a gente não tinha [...] Aí foram saindo, foram saindo e a gente foi ficando porque a gente quis tentar, não deixar cair o grupo porque a gente fez o grupo pra trabalhar com frutas que é o que tem muito aqui no Cariri, é muita fruta nativa e a gente deixar se perder? Assim a gente vai continuar nosso grupo com as cinco mesmo que tem. E até agora, graças a Deus tá dando certo. O que falta pra gente é a gente ter o local suficiente pra trabalhar, porque a gente trabalha na casa dessa menina aí, mas se a gente tivesse o local suficiente pra gente trabalhar, hoje mesmo eu fui em Afogados, conhecer o trabalho de um grupo de mulheres, achei muito importante o trabalho lá, todas bem organizadas, já estão vendendo pro mercado, pras feiras e tem a feira ecológica que elas vendem, muito importante. É isso que a gente quer trabalhar com nosso grupo pra feira ecológica. (Informação verbal)⁴³

Portanto, a esperança e a organização comunitária se manifestam das mais variadas formas em Lajedo de Timbaúba, conforme podemos observar nos registros fotográficos a seguir, nas páginas 113 e 114.

Já a localização do sítio pode ser visualizada na Ilustração 66, na página 115.

⁴³ Depoimento concedido ao autor pela Sra. Maria do Socorro Barbosa, membro do Grupo de Mulheres de Lajedo de Timbaúba. Pesquisa Direta, novembro de 2007.



Ilustração 58 – Banco de sementes coletivo. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor



Ilustração 59 – Reunião dos camponeses para discutir o seguro safra. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 60 – Projeto Arca das Letras, exemplo de cidadania e organização comunitária. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 61 – Componentes do grupo de mulheres. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 62 – Equipamentos e embalagens destinadas aos produtos do Grupo de Mulheres. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 63 – Produtos oriundos do esforço e trabalho do grupo de mulheres. Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, outubro de 2007. Foto do autor.



Ilustração 64 – Produtos acabados oriundos das frutas nativas da comunidade de Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, junho de 2008. Foto do autor.



Ilustração 65 – Polpas e picolés (dindins) de frutas nativas, produtos destinados à comercialização, resultado do esforço e organização do Grupo de Mulheres Lajedo de Timbaúba. Soledade-PB. Pesquisa direta, junho de 2008. Foto do autor.

4.2 A difícil sobrevivência em Cajazeiras II, em Assunção

Ao discorrer sobre as condições de vida e organização na comunidade de Cajazeiras II em Assunção, verificamos que existe uma lacuna muito grande entre as duas áreas de estudo da pesquisa. Na realidade, há um hiato no que tange à organização e à esperança, em comparação com a comunidade de Lajedo de Timbaúba, em Soledade.

Fica evidente que a forma como o poder público local se reproduz em Assunção cria obstáculos à organização e à participação da população, principalmente do contingente de camponeses e moradores pobres da zona rural, parte da sociedade mais excluída no município, a qual se vê alijada de equipamentos públicos de melhor qualidade.

O poder público local mantém o já tradicional “sistema de favores” e de compadrio como forma de dominação e dependência da população carente.

A exceção se apresenta na semelhança do costume das terras compartilhadas, pois, como em Lajedo de Timbaúba, na comunidade de Cajazeiras II, a propriedade de 5 ha foi dividida mediante herança deixada pelo patriarca, o Sr. Manoel Francisco Xavier, para oito irmãos. Outra semelhança é o quadro de concentração fundiária e a precariedade dos serviços básicos essenciais no campo. Hoje, no sítio, existem 15 famílias morando no mesmo espaço, constituindo um aglomerado de 73 pessoas, entre adultos e crianças.

Esta forma de partilhar a terra é comum nas comunidades camponesas, como podemos observar na fala de Moura (1986, p. 25) quando ela afirma que:

[...] outras inquietações podem resultar da observação do camponês na família e na relação com os parentes, ou nas práticas de herança que aciona para dar continuidade ao uso social da terra que habita e trabalha e à própria organização da vida. No campesinato, é impossível separar a prática econômica da familiar.

Outra grande diferença entre as duas áreas da pesquisa é a dimensão das terras compartilhadas, pois, enquanto que em Lajedo de Timbaúba a área compartilhada é de 200 ha para uma comunidade formada por 98 pessoas, em Cajazeiras II a área compartilhada é de apenas 5 ha para um contingente de 73 pessoas.

Sabemos que, para o camponês:

Sua vida familiar, relações de parentesco e herança são regidas por códigos flexíveis o suficiente para adaptar as mais diversas relações que surgem entre parentes a inflexíveis realidades materiais de áreas fisicamente limitadas à necessidade de possuir terra para assegurar a continuação da família; à garantia de mão-de-obra familiar para desempenho de diferentes tarefas, num contexto onde não é possível arcar com despesa de assalariar estranhos (MOURA, 1986, p. 27).

Sendo assim, o sítio Cajazeiras II apresenta um cotidiano voltado para as relações de parentesco, onde há pouca organização social. Registramos através da pessoa da Sra. Ivonete Alves de Farias⁴⁴ que o município desenvolve ações com caráter de inclusão social, no sentido de minimizar os efeitos da escassez de água através de parceria com a Articulação no Semi-Árido Brasileiro - ASA/PB, com a Diocese da cidade de Patos-PB e o Programa de Promoção e Ação Comunitária (PROPAC).

Segundo a coordenadora da Comissão Executiva Municipal, 86 famílias nas comunidades da Barra, Cajazeiras I, II, III e Samambaia já foram beneficiadas pelo projeto das cisternas de placas na zona rural do município, é importante frisar, sem nenhum recurso do poder público local, contando apenas com o apoio da sociedade civil organizada e do terceiro setor. Verificamos ainda, que essas ações são realizadas na comunidade mediante a criação de um FRS, administrado em prol do atendimento das necessidades locais.

No tocante a nossa área de estudo, ou seja, em Cajazeiras II, as ações de inclusão social, mediante a aplicação das tecnologias sociais se limitam apenas às cisternas de placas, através do P1MC, em parceria com a ASA-PB, a diocese de Patos e com a participação do FRS, mediante a coordenação da Sra. Ivonete Alves.

O sítio de Cajazeiras II está localizado na zona rural do município de Assunção, cerca de 1,2 km da sede. O acesso até o sítio é feito por estrada de barro. As famílias moram em casas simples, algumas delas apenas no tijolo aparente, sem reboco. Trata-se de um aglomerado de casas, numa pequena área

⁴⁴ Moradora da sede do município (zona urbana) e coordenadora da Comissão Executiva Municipal de Assunção, ligada a Diocese de Patos - PB. Entrevista concedida ao autor. Pesquisa direta, 25 de outubro de 2005.

onde podemos observar a convivência de animais de criação (vacas, galinhas, porcos, guinés), fruteiras, pequenas hortas e pequenos plantios de feijão e milho.

Embora não exista uma divisão física dos lotes, há no imaginário social, de acordo com a fala dos camponeses, uma delimitação desses lotes, bem como o respeito por essa divisão entre os parentes/moradores.

Quanto ao acesso a terra, verificamos que alguns camponeses do sítio Cajazeiras II são parceiros em terra de terceiros, pagando ao proprietário das terras a terça parte da produção obtida, nas quais eles cultivam milho e feijão.

A líder do sítio, dona Maria Luzimar, é gari da prefeitura de Assunção, esposa do Sr. Hélio Francisco Xavier, camponês e um dos herdeiros do sítio, que trabalha como parceiro junto com sua irmã, dona Maria de Lourdes, nas terras pertencentes ao ex-prefeito de Assunção, Sr. Antonio Martiniano dos Santos.



Ilustração 67 - Estrada que dá acesso ao sítio Cajazeiras II, zona rural. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor.



Ilustração 68 – Cisterna de placa, pertencente a Dona Luzimar uma das líderes da comunidade de Cajazeiras II. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor.



Ilustração 69 – Pequeno pomar de frutas e roçado de legumes. Sítio Cajazeiras II. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor.



Ilustração 70 – Cisterna de placa, possibilitou captação de água potável das chuvas para os camponeses em Cajazeiras II. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor.

Essa condição de parceiro se repete com os demais irmãos e parentes do sítio, onde aqueles que buscam cultivar a terra são obrigados a plantar milho e feijão em áreas de outros proprietários de terras, onde na maioria das vezes não é possível nem “pagar” a “terça” parte ao proprietário das terras arrendadas, devido à baixa produção da colheita. Pudemos verificar essa situação em nossos trabalhos de campo nos períodos de maior escassez de chuvas e por ocasião do excesso delas que causam o baixo rendimento das colheitas. Fatos como esses se comprovam com a fala da Sra. Maria de Lourdes, que plantou milho e feijão no início do ano de 2008, e nos fez o seguinte relato: “[...] a plantação abrejou, a água deu na perna, perdeu tudo, tenho vontade de plantar no Catolé, entre Assunção e Junco”. (Informação Verbal).⁴⁵

Dentro da organização familiar na propriedade, alguns membros da família mantêm algumas fruteiras e produzem pinha, manga, acerola e caju, os quais vendem para atravessadores na sede do município de Assunção. A outra parte planta legumes e verduras e cria animais para consumo próprio.



Ilustração 71 – Criação de porcos em cativeiro, fonte de sustento para os camponeses em Cajazeiras II. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor.

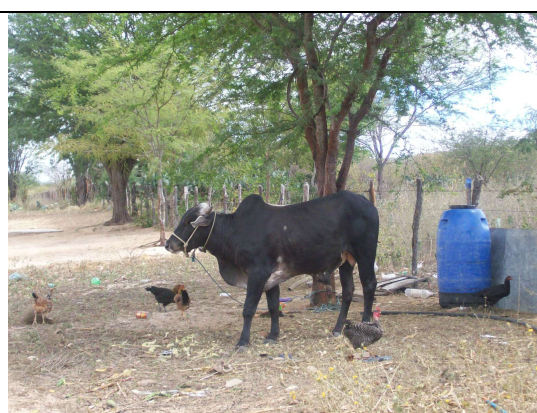


Ilustração 72 – O leite de vaca e a criação de galinhas são outras fontes de sustento dos camponeses em Cajazeiras II. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor.

⁴⁵ Depoimento concedido ao autor. Pesquisa direta, setembro de 2008.



Ilustração 73 – Camponeses parceiros em plantação de milho e feijão. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor.



Ilustração 74 – Na comunidade de Cajazeiras II habita um grande número de camponeses, entre eles muitas crianças. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor.

Dos oito irmãos herdeiros do sítio, apenas cinco moram na comunidade, os outros dois moram na sede do município em Assunção e uma faleceu, contudo, seus parentes e herdeiros, entre filhos e netos, permanecem na comunidade.

Entre eles há cinco aposentados, fato que reforça o orçamento familiar de todo o grupo. Boa parte deles é assistida pelo Programa do Governo Federal da Bolsa Família⁴⁶.

A articulação da comunidade e a abertura para novas ideias, bem como o envolvimento do poder público local, são muito baixos, o que resulta na carência de ações voltadas para projetos de inclusão social e de convivência com o semiárido, a exemplo do que encontramos em Lajedo de Timbaúba.

O município de Assunção apresenta um cenário precário no tocante ao acesso de água. O poder público local tem como hábito solicitar sua inclusão no decreto de situação de emergência, a fim de receber água através dos carros-pipa, distribuídos pelo Exército Brasileiro.

Das 15 famílias camponesas, 13 têm cisternas de placas, construídas a partir da articulação com a ASA e com a Diocese de Patos, através da intermediação do FRS. Cada cisterna tem capacidade para 16 mil litros, o que garante água potável para boa parte do ano.

⁴⁶ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa do Governo Federal de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza. O PBF integra o Programa Fome Zero, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.



Ilustração 75 - Ao lado da casa, a cisterna eliminou as grandes caminhadas em busca de água potável. Cajazeiras II. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor.



Ilustração 76 – A “igrejinha”, local de reuniões e missas na comunidade Cajazeiras II. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor.



Ilustração 77 – Plantio de coentro, utilizando água do pequeno barreiro. Cajazeiras II. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor.



Ilustração 78 – Placa registrando o programa P1MC em cisterna de placas em Cajazeiras II. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor.



Ilustração 79 – Sr. Rogaciano, camponês e parceiro em terras de terceiros. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto do autor.



Ilustração 80 – Registro de entrevista na “igrejinha”, com dona Ivonete Alves e com grupo de mulheres de Cajazeiras II. Assunção-PB. Pesquisa direta, junho de 2007. Foto de Rosileide Maria de Assis.

A pesquisa mostrou que segundo o relato dos camponeses, as cisternas trouxeram mudanças nos hábitos e nas condições de vida da comunidade. É o que relata dona Maria Luzimar:

[...] a cisterna trouxe muita alegria. Foi construída por nós, de Patos e tá servindo a todo mundo [...] Quase todo morador tem a sua cisterna, tá todo mundo com água [...] Cada um tem a água pra botar na cisterna, tem outra que é da prefeitura e o exército tá colocando água pra outro pessoal tirar [...] Então é só alegria. O prefeito tá trazendo água do poço lá pra comunidade, tão colocando a caixa. Só alegria pra todos [...]. Graças a Deus todo mundo tá com saúde agora, água da chuva é mais tranqüila e é melhor pra beber do que a de poço. (Informação verbal).⁴⁷

Mediante a pesquisa pudemos averiguar que os camponeses do sítio Cajazeiras II obtinham água antes da construção das cisternas de um poço, no sítio vizinho, distante cerca de 3 km. Esse transporte era realizado através de carro de boi, jumento ou então na própria cabeça dos camponeses.

Entretanto, foi verificado que no período do ano em que a água das cisternas não é suficiente, eles são obrigados a comprar água através do carro-pipa, a preços que variam entre R\$ 50,00 e R\$ 70,00 por carro, conforme relata dona Sônia, moradora do Sítio Cajazeiras II:

Melhorou aos poucos. Só que assim, negócio de ajuda... Ajuda foi de Deus né? Porque quando enche, teve uma época do ano que sangrou duas vez, muita água. Pegava só pra beber. Pro resto pegava no açude pra lavar roupa, pra tomar banho... Ela rendeu muito. Mas esse ano foi seco, teve que pagar pipa, 50,00 reais. (Informação Verbal)⁴⁸.

A visão conservadora e arcaica do poder público é marcante no semiárido paraibano. Durante a pesquisa, pudemos observar que o poder político local dos dois municípios se mantém afastado das ações que possibilitam um processo de convivência com o semiárido. Essa mentalidade política torna-se moralmente injusta, economicamente improdutiva e socialmente geradora de miséria no campo. Isso pode ser comprovado na fala da Sra. Ivonete Farias, quando ela afirma que:

⁴⁷ Informação concedida ao autor. Pesquisa direta, novembro de 2007.

⁴⁸ Idem.

O poder público aqui tem uma cisma muito grande com comunidade que se organiza, eles ficam sempre afastado [...] A gente já buscou parceria mas eles sempre ficam com medo, né? De perder o poder [...] Acho que por falta de esclarecimento [...] Eles nem tem noção do trabalho comunitário e nem se deixam aprender, parece até interesse de não ter progresso. Essa é a realidade. Crua, mas é. (Informação Verbal)⁴⁹.

Acreditamos que a forma como o poder político local se reproduz cria obstáculos à organização e participação da população na construção de sua territorialidade.

Segundo Oliveira (1997), é importante evidenciar que este processo de exclusão social que o país está inserido é reflexo e produto de um desenvolvimento territorial desigual. Oliveira (1997, p. 36) afirma ainda que assim como “a concentração fundiária tem suas raízes históricas, as relações de trabalho no campo também as têm”.

Seguindo esse pensamento, “a escravidão foi a primeira forma generalizada de relação de trabalho no campo brasileiro; e junto com ela também se desenvolveu o trabalho camponês” (OLIVEIRA, 1997, p. 36).

Para Martins (1994, p. 13):

A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros. A sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado. E Estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil, o atraso é um instrumento de poder.

Ao interpretar as lacunas no que diz respeito às questões estruturais é que podemos observar que a sociedade é estrategicamente manipulada e dominada pelo Estado.

Segundo Martins (1994, p. 20), “a política do favor, base e fundamento do Estado brasileiro, não permite nem comporta a distinção entre o público e o privado”.

Assim pudemos testemunhar na territorialidade local dos municípios de Assunção e Soledade o que observamos no contexto geral do país, ou seja, que:

⁴⁹ Informação concedida ao autor. Pesquisa direta, novembro de 2007.

[...] as oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado. Em consequência, nenhum grupo ou partido político tem hoje condições de governar o Brasil senão através de alianças com esses grupos tradicionais. E, portanto, sem amplas concessões às necessidades do clientelismo político (MARTINS, 1994, p. 20).

Para Martins (1994), a política no Brasil tem como forte base de sustentação, o poder pessoal e oligárquico, o qual é alicerçado numa plataforma de clientelismo, que serve para legitimar essa relação política perversa, a qual manipula, ainda segundo Martins (2002, p. 174), “sobretudo a consciência das elites atuais, grandemente insensíveis à gravidade social e política de uma questão agrária que se expressa como problema social e problema de exclusão social”.

Na verdade, estamos muito longe de uma sociedade de cidadãos. Nossas tradições históricas e nossos dilemas históricos não resolvidos nos empurram perigosamente em outra direção. A propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do País (MARTINS, 1994, p. 12).

Oliveira (1997, p. 11), expressa sua opinião a respeito da questão social da territorialidade brasileira da seguinte forma:

[...] se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais.

A situação colocada pôde ser registrada ao longo desta pesquisa nos sítios de Lajedo de Timbaúba e em Cajazeiras II, ou seja, um campesinato resistente, que se nega a extinguir-se e que se multiplica alicerçado na esperança e no protagonismo.

É nesse cenário de limitações e entraves políticos, embora, ao mesmo tempo com um vasto exemplo de alternativas e possibilidades, que a comunidade de Lajedo de Timbaúba, segundo nossa análise e conclusão, serve de modelo a ser seguido pelas comunidades camponesas inseridas no semiárido brasileiro, inclusive

para a comunidade de Cajazeiras II em Assunção, a qual pode ser visualizada na Ilustração 81, na página a seguir.

Este exemplo vem demonstrando a fé e a perseverança na busca da identidade com a terra e com os valores locais, considerando sempre um contexto de pertencimento ao lugar de origem, fator essencial para se alcançar um desenvolvimento local autossustentável, calcado na realidade de suas limitações físicas. Entretanto, está voltado para as mais variadas possibilidades e longe da dependência do assistencialismo sem perspectivas de engajamento, atrelado ao conceito largamente defendido por diversos estudiosos das ciências sociais e agrárias, à possibilidade de convivência com a semiaridez.

Considerações finais

O espaço social dos municípios de Assunção e Soledade e consequentemente dos sítios de Lajedo de Timbaúba e Cajazeiras II são espaços que registram na sua territorialidade a memória de sua história ao longo do processo de construção e reconstrução espacial. Segundo Santos (1986, p. 213), “[...] a construção do espaço é obra da sociedade em sua marcha histórica ininterrupta”. Assim, acreditamos que os poderes constituídos apresentam dificuldades em compreender e pouco se preocupam com o contexto histórico, cultural e social do camponês. A estrutura fundiária do Brasil, herdada do regime das capitanias/sesmarias, quase não sofreu modificação ao longo dos últimos 400 anos da história brasileira.

Nos dois municípios pesquisados encontramos uma estrutura fundiária arcaica e concentradora de terras, onde o latifúndio se apresenta de forma marcante, como reflexo na forma da organização espacial no campo, a qual tem gerado exclusão social e dependência econômica dos camponeses em relação aos latifundiários e ao poder público local.

Para Oliveira (1997, p. 36), “se a concentração fundiária tem suas raízes históricas, as relações de trabalho no campo também as têm. Como sabemos, a escravidão foi à primeira forma generalizada de relações de trabalho no campo brasileiro e junto com ela também se desenvolveu o trabalho camponês”.

Os dados socioeconômicos mostram um avanço no processo de exclusão social no campo, onde a luta pela terra se torna cada vez mais uma questão jurídica e não social. “A luta e a Reforma Agrária vão para o banco dos réus” (OLIVEIRA, 2003, p. 115). Neste sentido, vimos, no dia a dia, que os trabalhadores sem terra são “tratados como fora-da-lei por lutarem contra o latifúndio e pela terra” (OLIVEIRA, 2003, p. 115).

“A tendência do capital é tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e nas cidades, na agricultura e na indústria”. (MARTINS, 1986, p. 152). Ainda segundo Martins (1986), não é mais possível separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; não é mais

admissível imaginar a luta pela terra que não seja uma luta contra o capital, ou seja, uma luta contra a exploração e a expropriação.

No contexto atual da humanidade, o espaço tem um papel importante nas relações humanas, pois ele pode escravizar ou libertar o homem. Neste sentido, a forma como o poder público local em Assunção e em Soledade se reproduz, colabora para o surgimento de uma elite privilegiada que se mantém no poder, exercendo os velhos vícios do passado, ou seja, através das relações de dependência e compadrio, onde o poder local pouco se faz presente no tocante as reais necessidades das comunidades locais, principalmente para os camponeses.

Considerando essa premissa, podemos constatar como o espaço social pode ser territorializado de forma contraditória e alienada. Em um dos nossos trabalhos de campo, realizado durante o período em que cursávamos a disciplina de Geografia e Cultura no PPGG, ocorrido em Assunção no dia 24 de junho de 2006, tivemos a oportunidade de visitar a Praça Pio Salvador, recém-inaugurada, uma obra que tem o propósito das velhas obras de aparência, uma obra voltada para a alienação, onde foram gastos mais de R\$ 100.000,00, segundo informação da vice-prefeita Zélia Salvador. É de suma importância refletir até que ponto essa iniciativa, que tem como principal desígnio modernizar o espaço, poderá trazer benefícios para a comunidade como um todo, em detrimento de tantas outras necessidades que se manifestam no município, a exemplo do “chafariz” municipal, instalado a céu aberto, local onde a população urbana de Assunção se abastece de água, para as mais variadas necessidades, principalmente para cozinhar e beber. No local observamos mais uma vez o sofrimento da população na busca pela água para consumo humano que, devido ao descaso do poder público, cada vez mais se torna inadequado para o fim proposto, uma vez que não há investimento, apresenta péssimas condições de higiene, não apresentando nenhuma infraestrutura, num total descaso com a comunidade.

Fica evidente o despreparo, acomodação e principalmente a falta de vontade política por parte de todo o poder público local em ofertar condições melhores para a comunidade, numa clara alusão à política do pão e do circo, muitas vezes, menos pão e mais circo.

É essa realidade social contraditória e composta por sérias desigualdades, contudo decisiva para aqueles que têm a função de construir uma sociedade mais justa e calcada nos valores, nas necessidades e potencialidades dos sujeitos locais,

considerando sempre as possibilidades apresentadas pela relação sociedade e natureza.

Na compreensão de que há um desenvolvimento territorial desigual no espaço social brasileiro, precisamos encontrar alternativas, dentro de uma perspectiva de dignidade humana, que seja capaz de identificar, analisar e avaliar as mais variadas ações e recursos destinados ao fomento de projetos que promovam a implantação de tecnologias sociais de baixo custo, hoje já disponibilizadas para os camponeses inseridos nas áreas com problemas de escassez de água no Nordeste brasileiro.

Deste modo, se faz necessário reelaborar uma política cada vez mais consistente e participativa de desenvolvimento regional integrado, envolvendo, assim, agentes institucionais, tais como os Governos Federal, Estadual e Municipal, bem como a sociedade civil, os sindicatos, associações de pequenos agricultores, as universidades, as ONGs e as demais entidades ligadas ao Terceiro Setor que já atuam no semiárido, cujo objetivo é a melhoria das condições de vida e do trabalho do camponês, inserido principalmente em regiões como a que apresentamos nesta pesquisa.

Concluimos que é necessário criar condições para se construir mecanismos capazes de dotar as populações locais de autonomia a partir de relações endógenas de desenvolvimento, considerando sempre as necessidades locais dos camponeses, estabelecendo, assim, um desenvolvimento alternativo, autossustentado, comprometido e engajado com a mudança, bem como alicerçado na justiça social. Romper com essa visão pragmática voltada para o desenvolvimento econômico puro e simples, que visa apenas produzir e consumir, é emergente.

Para Fernandes (1996, p. 171):

[...] A luta pela terra e a luta pela reforma agrária se desdobram na luta por formas alternativas de organização do trabalho e da produção. Neste sentido, a busca de tecnologias apropriadas é um novo momento destas lutas. O trabalho familiar também pode se desdobrar em novas experiências. Este é o grande desafio a ser superado. [...] Todavia, a persistência na idéia linear do trabalho coletivo como forma única e definitiva não é a solução para os problemas dos trabalhadores rurais. O importante nas experiências em desenvolvimento é a diversidade de experimentos em processos de criação e de alternativas.

Portanto, a geração e a implementação de tecnologias sociais, voltadas para o espaço social do camponês, é fruto de um processo coletivo e sua disseminação só é possível mediante as relações sociais vigentes. Neste sentido, a cooperação tem fundamental importância para o avanço desse processo.

As tecnologias aqui consideradas são aquelas que podem contribuir para o aumento dos rendimentos das unidades agropecuárias familiares do semi-árido e para a atenuação dos efeitos das estiagens prolongadas sobre as camadas mais vulneráveis da população. Ou seja, tecnologias que contribuam para melhorar as condições de convivência da população com o meio ambiente do semi-árido, o que exigirá formas de organização da atividade agropecuária destinada à produção para o consumo familiar e para a comercialização (DUARTE, 2002, p.17).

É certo afirmar que, no sertão nordestino, o sertanejo, esse ser especial com características próprias inerentes a sua cultura e seus valores, vem construindo um conjunto de ações que remetem a esperança no semiárido a partir de:

[...] ações e iniciativas pedagógicas, alimentares, ecoagrícolas, organizativas, de coleta, armazenamento, cuidado e gerenciamentos de recursos hídricos, promovidas por essa extensa rede⁵⁰, que vem mudando o estigma da miséria, do fanatismo, do clientelismo e assistencialismo, responsável pela reprodução da oligarquia nordestina e do próprio governo federal. Essas iniciativas oriundas do esforço ecumênico e solidário, de um diferenciado conjunto de atores e entidades, vem fornecendo pistas para um plano alternativo, de baixo custo e de muita eficiência prática, de convivencialidade dos sertanejos com os efeitos da estiagem. Desde a construção e a capacitação para o uso de cisternas de placas e barragens subterrâneas, até o aproveitamento de espécies vegetais e animais na produção e consumo de seus habitantes (BATISTA FILHO, 2001, p. 10).

Assim, o uso das mais variadas tecnologias sociais empregadas no sítio Lajedo de Timbaúba nos faz sonhar com um mundo de possibilidades e convivência cada vez mais disseminada pela esperança e pelo empoderamento dos camponeses inseridos em nosso semiárido. As tecnologias de uso e manejo da água colocadas em práticas na comunidade têm fundamental importância para que se possa alcançar uma melhoria na qualidade de vida e na consolidação do ser camponês, uma vez que essas ações contribuem de forma direta para sua

⁵⁰ Associação de pequenos produtores e moradores rurais, sindicatos, igreja, universidades, algumas prefeituras, a sociedade civil e as ONG's. (Nota do autor).

reprodução e para o seu fortalecimento enquanto ser social. É através do trabalho familiar, base da recriação do campesinato no local, que os homens e mulheres de Lajedo de Timbaúba buscam construir uma vida mais digna e mais justa dentro de suas possibilidades.

Os dois municípios participam de forma direta dos programas de inclusão social fomentados pelo Governo Federal no tocante a essas tecnologias sociais, o P1MC e o P1 + 2, programas voltados para esse fim, onde a participação da sociedade civil organizada e de diversas ONGs, é de suma importância para a elaboração de um espaço social mais justo e mais solidário para o camponês.

Pensando na construção de um espaço social mais humanizado, Santos (1986, p. 219) afirma que:

[...] os geógrafos, ao lado de outros cientistas sociais, devem se preparar para colocar os fundamentos de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que una os homens por e para seu trabalho, mas não para em seguida os separar entre classes, entre exploradores e explorados; um espaço matéria inerte trabalhado pelo homem, mas não para se voltar contra ele; um espaço, natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não uma mercadoria trabalhada por uma outra mercadoria, o homem artificializado.

Assim, como pensava Josué de Castro, é esta a realidade social, que se apresenta tão difícil, mas ao mesmo tempo tão decisiva, em forma de tarefa, para os educadores que têm a missão de moldar os novos homens, para um mundo de amanhã mais harmônico e mais humanizado.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1990. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Ed. UNICAMP/ANPOCS/HUCITEC, 1992.

AB' SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. In: **Revista de Estudos Avançados da USP**. São Paulo: v. 13, nº 36, p. 07-59. 1999.

_____. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: UNESP, 1980.

_____. **O domínio morfoclimático semi-árido das caatingas brasileiras**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ANDRADE, M. C. de. **A problemática da seca**. Recife: Líber Gráfica e Editora, 1999.

_____. Nordeste Semi-Árido: limitações e potencialidades. In: BATISTA FILHO, M. (Org). **Viabilização do Semi-Árido Nordestino**. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, 2001. (Série: Publicações Científicas do Instituto Materno Infantil de Pernambuco, IMIP, n. 6).

_____. **A Geografia e a questão social**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. (Org). **Desenvolvimento Sustentável**. Necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ASA. Agricultura Familiar e agroecologia: caminhos para a convivência com o semi-árido. In: ENCONTRO PARAIBANO DE AGROECOLOGIA – EPA. Campina Grande, julho de 2002. Disponível em <[http:// www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)>. Acesso em 14/10/2007.

_____. **Articulação no Semi-Árido Brasileiro. Cartilha**. [s.l].

BATISTA, L. F. In: BATISTA FILHO, M. (Org). **Viabilização do Semi-Árido Nordeste**. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, 2001. (Série: Publicações Científicas do Instituto Materno Infantil de Pernambuco, IMIP, n. 6).

_____. Prefácio. In: BATISTA FILHO, M. (Org). **Viabilização do Semi-Árido Nordeste**. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, 2001. (Série: Publicações Científicas do Instituto Materno Infantil de Pernambuco, IMIP, n. 6).

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CAMPOS, Maria Christina S. de Souza. A associação da fotografia aos relatos orais na reconstrução histórico-sociológica da memória familiar. In: LANG, Alice Beatriz da S. G. (Org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1992.

CARVALHO, M. G. R. F. **Estado da Paraíba**: classificação geomorfológica. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1982.

CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato no século XXI**: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CASTRO, A. M de. **Fome**: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CAVALCANTI, A. et al. **Barragem Subterrânea**. Um jeito inteligente de guardar água na terra. Recife: Diaconia, 2006. (Série Recursos Hídricos).

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Brasil**: Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CORRÊA. R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, R. H. da. **O mito da desterritorialização**: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CRUZ, Fernanda. ASA realiza I Encontro Nacional do P1MC. In: ASA BRASIL. Disponível em <http://www.asabrasil.org.br/intt_interface>. Acesso em 16/04/2008.

_____. Semi-árido paraibano festeja o lançamento do P1+2. In: ASA BRASIL. Disponível em <<http://www.asabrasil.org.br>>. Acesso em 16/04/2007.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUARTE, Renato. **O Estado da Arte das Tecnologias para a Convivência com as Secas do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. (Série Estudos sobre as Secas no Nordeste). V. 6.

DUQUE, G.; OLIVEIRA, M. do S. de L. Construção do saber e empoderamento: experiência da ASA/PB. In: I ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS. Niterói - RJ: Universidade Federal Fluminense, 2006.

DUROZOI, G. e et al. **Dicionário de Filosofia**. Campinas, SP: Papirus, 1993.
ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

FALCÃO, V.; LEITE, C. Água submersa garante até quatro safras por ano (Jornal do Comércio). In: ASA BRASIL. Disponível em <<http://www.asabrasil.org.br>>. Acesso em 13/11/2005.

FERNANDES, B.M. Reforma agrária e modernização no campo. In: **Revista Terra Livre**. Geografia, política e cidadania. nº 11-12. AGB: São Paulo, 1996, p.153-175.

FERREIRA, L. de F. G. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

GNADLINGER, J. Programa Uma Terra – Duas Águas (P1+2): água de chuva para os animais e para agricultura no semi-árido brasileiro. In: V SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUA DE CHUVA. Petrolina – PE: julho de 2005.

GUERRA, A. T; GUERRA, A.J.T. **Novo dicionário geológico e geomorfológico**. Rio de Janeiro: 2 ed. Bertrand Brasil, 2001.

GURAN, M. Fotografar para descobrir, fotografar para contar. IN: **Cadernos de Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro, 10(1): 155-165, 2000.

INFORMATIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR. Polo Sindical da Borborema. AS-PTA. [S.I].

LACERDA, A. V. & BARBOSA, F.M. **Matas ciliares no domínio das caatingas**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LOPES, C. S. **Os impactos socio-ambientais provocados pela escassez de água no município de Assunção – PB**: uma convivência possível. Monografia (Graduação em geografia). UFPB/CCEN. João Pessoa, 2003.

LOPES, F. Pesquisas confirmam: P1MC melhora a qualidade de vida das famílias do Semi-Árido. In: ASA BRASIL. Disponível em <[http:// www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)>. Acesso em 16/04/2007.

_____. P1+2 encerra fase demonstrativa. Disponível em <[http:// www.rts.org.br](http://www.rts.org.br)>. Acesso em 23/06/2008.

MARCOS, V. de. et al. Projeto integrado de monitoria do curso de Geografia da UFPB: etapa Cabaceiras. In: II SEMAGEO - Semana de Geografia. Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2005. 1 CD. Anais de Evento.

_____. **Alternativas para a produção agrícola camponesa na ótica do desenvolvimento local auto-sustentável**. João Pessoa, 2005. P. 01- 07 (mimeo).

_____. A construção do território camponês – entre velhas e novas utopias. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. São Paulo: USP, 2005. P.01. 1 CD. Anais de Evento.

MARTINS, J.de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

_____. **O poder do atraso**. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. **A sociedade vista do abismo.** Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2003.

MASCARENHAS, J. de C et al. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea.** Diagnóstico do município de Assunção. Estado da Paraíba. Recife. CPRM/PRODEEM, 2005.

_____. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea.** Diagnóstico do município de Soledade. Estado da Paraíba. Recife. CPRM/PRODEEM, 2005.

MENEZES, E. O; MORAIS, J.M.L. **Seca no Nordeste:** desafios e soluções. São Paulo: Atual Editora, 2002.

MOREIRA, E. R. F. **Os estudos regionais realizados para a Paraíba.** Apostila de Estudos. João Pessoa: Departamento de Geociências, UFPB, 2000. (mimeo)

_____; Targino, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

NOGUEIRA, G. Reservatórios cheios animam agricultores no Semi-Árido. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. Disponível em <[http:// www.rts.org.br/noticias](http://www.rts.org.br/noticias)>. Acesso em 16/05/2008.

_____. Africanos aprovam experiências da ASA na área de convivência com o Semi-Árido. In: ASA BRASIL. Disponível em <[http:// www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)>. Acesso em 09/09/2008.

_____. ASA promove encontros familiares sobre água e cidadania. In: ASA BRASIL. Disponível em <[http:// www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)>. Acesso em 16/04/2007.

MOURA, M. M. **Camponeses.** São Paulo: Editora Ática, 1986. (Série Princípios).

O CANDEEIRO. Boletim Informativo do Programa Uma Terra Duas Águas. Ano 1, nº 8, julho de 2007. Cacimbas – Paraíba.

OLIVEIRA, A.U. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A.F.A. (Org) **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2002, p. 63 -110._____.;

MARQUES, M. I. M. **O campo no século XXI**. Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Terra e Paz, 2004.

_____. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J.L.S. (org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995. P. 465-534.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e no agronegócio no Brasil. In: **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB. Ano 19, v. 21, n. 113-156. Jul/dez 2003.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987, 88 p.

PASE, H. L. Capital Social e Empoderamento. In: II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. UFSC, Florianópolis, Brasil. Abril de 2007. Anais de Evento. Disponível em <<http://www.sociologia.ufsc.br>>. Acesso em: ago 2008.

PATRÍCIO, Z. M. Qualidade de vida dos ser humano na perspectiva de novos paradigmas. Possibilidades éticas e estéticas nas interações ser humano-natureza-cotidiano-sociedade. In: PATRÍCIO, Z. M.; et al (Orgs). **Qualidade de Vida do trabalhador**: uma abordagem qualitativa do ser humano através de novos paradigmas. Florianópolis: PCA, 1999.

PAULINO, E. T. **Terra e vida**: A geografia dos camponeses no norte do Paraná. 2003. Tese (doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Território em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campe sinato e territórios em disputa**. São Paulo: expressão popular, UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

PEIXOTO, E.C; MONTE-MÓR, P. Cadernos de Antropologia e Imagem 2: Antropologia e fotografia. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO: Dados sócio-econômicos dos municípios. Disponível em <<http://www.pnud.or.br>>. Acesso em: set. 2003.

RIBEIRO, D. **O Povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, M.F.F et al. Tradição x tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Gramado: UFRS, 2004, p. 50 . 1 CD. Anais de Evento.

_____. Sertão no plural: da linguagem geográfica ao território da diferença. Tese (Doutorado em Geografia Humana). USP, 2001.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

_____. **Técnica Espaço Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: editora da USP, 2002.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da USP, 2004.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, T. de F.; BRANCO, A. Semi-Árido Nordeste: Novo Palco da Dramaturgia Malthusiana? Algumas notas para reflexão. In: BATISTA FILHO, M. (Org). **Viabilização do Semi-Árido Nordeste**. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, 2001. (Série: Publicações Científicas do Instituto Materno Infantil de Pernambuco, IMIP, n. 6).

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SILVA, L. R. da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, R. M. Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. In: REVISTA ECONÔMICA DO NORDESTE. Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set 2007.

SOARES, A. B. de C. A. **Estratégias de recriação do campesinato no município de Cabaceiras – PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFPB/CCEN. João Pessoa, 2008.

STEDILE, J. P. (Org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 155-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VEIGA, José Eli da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **CADERNOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**. Vol. 13, n. 3. Brasília, DF: Embrapa, 1996. P. 383-404.

ZAIDAN FILHO, Michel. Sexo e cidadania. In: BATISTA FILHO, M. (Org). **Viabilização do Semi-Árido Nordeste**. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco, 2001. (Série: Publicações Científicas do Instituto Materno Infantil de Pernambuco, IMIP, n. 6).

WANDERLEY, M.N.B. A agricultura familiar e camponesa: rupturas e continuidade. In: ESTUDOS DA SOCIEDADE E AGRICULTURA, nº21. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: RJ, 2003, p.42-61.

Sites pesquisados

Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA): <[http:// www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)>

Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A (**EMEPA**): <[http:// www.emepa.org.br](http://www.emepa.org.br)>

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG): <[http:// www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)>

Federação de Municípios Paraibanos (**FAMUP**): <[http:// www.famup.com.br](http://www.famup.com.br)> .

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**): <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>

Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (**IDEME**): <[http:// www.ideme.pb.gov.br](http://www.ideme.pb.gov.br)>

Instituto de Colonização e Reforma Agrária (**INCRA**): <[http:// www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>

Ministério do Desenvolvimento Agrário (**MDA**): <[http:// www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)>

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (**MDS**);
<<http://www.mds.gov.br>>.

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (**NEAD**): <<http://www.nead.org.br>>

Portal **Scielo**: <<http://www.scielo.org>>

Revistas Eletrônicas da **CAPES**: <<http://www.periodicos.capes.org.br>>

Apêndice A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

LAJEDO DE TIMBAÚBA: SOLEDADE-PB.

01. Como anda a questão das barragens subterrâneas aqui em Lajedo? Como é que a comunidade está desenvolvendo a implantação das barragens?
02. Os recursos que chegam pra Associação são oriundos das ONG's e outros chegam também da contribuição dos agricultores. Como é que funciona a distribuição desses recursos para os agricultores?
03. No caso o agricultor entra com a mão-de-obra tanto pra cisterna como para a barragem?
04. Quem trouxe essa nova proposta desse modelo de cisterna de placa?
05. Qual a origem do sítio Lajedo do Timbaúba?
06. Quantos hectares têm o sítio?
07. Quais são as ações que o Projeto Dom Helder vem desenvolvendo na comunidade?
08. Como funciona essa participação no mesmo território Dom Helder e da ASA, o trabalho é voluntário ou tem alguma relação de vínculo com o Dom Helder?
09. O Projeto Dom Helder tem um conjunto de mobilizadores sociais?
10. Como é que funciona na comunidade o projeto Arca das Letras desenvolvido pelo Dom Helder?
11. Como funciona o grupo de mulheres que trabalham com frutas, e que tem uma

articulação aqui na comunidade?

12. Como é que está se dando o apoio dos órgãos, da ASA, da PATAC, da Petrobrás, do Banco do Brasil no que diz respeito ao P 1+ 2? Como é que está o programa hoje, passado seis meses do seu lançamento?

13. Sabemos que tudo aqui acontece no coletivo, na prática como é essa reunião do coletivo e aonde acontece?

14. Quem vai pra essa reunião? É o presidente da associação que representa a comunidade ou todos os habitantes tem direito de participar?

15. Em Lajedo de Timbaúba quantas barragens subterrâneas existem? Todas as propriedades têm uma?

16. Nem toda casa tem cisterna de placa, como está esse processo? Existe algum projeto para colocar em todas as casas do sítio?

17. Qual é a participação da prefeitura? A prefeitura tem dado apoio a essas ações de iniciativa das ONG's?

18. Quando podemos considerar que uma barragem subterrânea é grande?

19. Que alternativas vocês usam para poupar a água das cisternas?

20. O que é uma passagem molhada?

21. Existe no sítio alguma passagem molhada?

22. Em conversa com o Vice-prefeito o Sr. Zé Bento, ele disse que aqui na zona rural de Soledade já tem 117 cisternas que estão sendo abastecidas com carro-pipa. Essa afirmativa é correta?

23. Quais as cisternas do sítio que estão cadastradas para receber água dos carros pipas oficiais?

24. Quer dizer que o programa é assim, coloca água dos carros pipas nas cisternas de 1 em 1km?
25. Como ficam as demais propriedades que não estão cadastradas para receber água dos carros pipas?
26. Quem administra o Fundo Rotativo Solidário da Comunidade?
27. O banco de sementes também é coletivo? Todos participam?
28. Um morador que não faz parte da associação dos moradores tem direito a ter acesso ao banco de semente?
29. Qual é a participação da ASA na micro-usina de beneficiamento de frutas?

Apêndice B

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

CAJAZEIRAS II: ASSUNÇÃO-PB.

01. O que a cisterna de placas trouxe de bom par o sítio?
02. Como era antes da chegada das cisternas de placas? Como está agora?
03. Em sua opinião a vida melhorou? Como o pessoal do sítio conseguiu fazer as cisternas.
04. Houve participação de recursos de vocês? Como é que vocês se organizaram pra construir?
05. Onde o pessoal do sítio pegava água antes da construção das cisternas?
06. Qual era a distância que o pessoal percorria para adquirir a água?
07. A água das cisternas é utilizada para que?
08. Qual foi a ultima vez que choveu aqui em Assunção?
09. Cada morador do sítio tem uma ou duas cisternas? Como é que funciona?
10. Quantas famílias moram no sítio? Todos têm cisternas?
11. Como se dá a organização e o trabalho da Diocese e da ASA junto a comunidade para construir as cisternas?
12. Vocês notaram alguma melhora no ponto de vista da redução das doenças após a implantação das cisternas de placas?

13. Que tipo de atividades, de encontros, de programações vocês fazem na Capela São Francisco que existe no Sítio?

14. As atividades são específicas para mulher e homem? Como é que funciona esse essas relações na Capela?

15. Quem teve a idéia de construir a capela, como funcionou?

16. Como se dá as atividades religiosas no sítio?

17. Existe alguma atividade coletiva que partilhe as festas, as comemorações, os eventos culturais? Já que no sítio praticamente todos são parentes, todos são irmãos, primos, cunhados?

18. Além de cada um morador ter a sua cisterna, existe uma cisterna coletiva. Como é que se manifesta na prática essa partilha?

19. Como está essa cisterna coletiva? Que o exército bota água, qual a frequência?

20. De onde essa água dos carros pipas do exército vêm?

21. Quem construiu essa cisterna coletiva?

19. No período sem chuvas o exército coloca essa água mediante acordo com a prefeitura na comunidade?

20. E quando não tem essa água, vocês compram água para as cisternas de vocês? Qual é o preço que vocês pagam?

21. Quantas crianças têm no sítio ao todo?

22. Como as crianças se deslocam até a sede do município para freqüentar as aulas?

23. Qual é a distância do sítio até a sede do município?

24. Como é seu trabalho de gari, seu dia-a-dia como esse trabalho de limpeza urbana que a senhora faz junto aqui com a comunidade de Assunção?

25. Qual é a importância que a senhora acha para esse seu trabalho de gari?

26. Em que mês se plantou o feijão e em que mês houve a colheita e como se deu esse processo?

27. A quem pertence a terra que vocês estão plantando?

28. Como se deu a colheita esse ano? Vocês irão plantar de novo quando?

29. Como anda a colheita das fruteiras?

30. Como é conduzido o curso de gerenciamento de recursos hídricos? E por quem?

31. Existe alguma participação do político local nessas ações?

32. Como a Associação da Pastoral da Criança de Assunção busca ocupar a mão-de-obra pra tentar atrair as pessoas e especialmente as mulheres para a participação na associação?

33. Como surgiu essa idéia de trazer o curso de artes para a associação?